

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
LUCIANA GOULART DA ROCHA FONSECA**

**A MÍDIA BRASILEIRA E A CRISE CONTEMPORÂNEA:
uma análise a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico**

Florianópolis

2018

LUCIANA GOULART DA ROCHA FONSECA

**A MÍDIA BRASILEIRA E A CRISE CONTEMPORÂNEA:
uma análise a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em Serviço Social. Orientadora: Prof.^a Dr.^a María del Carmen Cortizo.

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fonseca, Luciana Goulart da Rocha

A MÍDIA BRASILEIRA E A CRISE CONTEMPORÂNEA: uma
análise a partir do conceito gramsciano de
intelectual orgânico / Luciana Goulart da Rocha
Fonseca ; orientador, Maria del Carmen Cortizo,
2018.

197 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

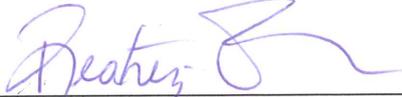
1. Serviço Social. 2. Intelectual Orgânico -
Gramsci. 3. Mídia Brasileira . 4. Crise
contemporânea. 5. O Golpe de Estado de 2016. I.
Cortizo, Maria del Carmen. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. III. Título.

Luciana Goulart da Rocha Fonseca

**A MÍDIA BRASILEIRA E A CRISE CONTEMPORÂNEA:
uma análise a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico**

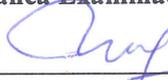
Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestra em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2018.



Prof.^a Dr.^a Beatriz Augusto Paiva
Coordenadora Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a María del Carmen Cortizo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a Dr.^a Eliete Cibele Cipriano Vaz
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Paulo Henrique Liedtke
Universidade Tuiuti - PR

AGRADECIMENTOS

É com prazer que aproveito esta oportunidade para agradecer emocionada a tudo que me foi dado viver na UFSC e, notoriamente, no curso de Serviço Social.

O apoio recebido durante minha graduação e pós-graduação fez crescer o afeto que nos uniu neste trabalho de equipe, sempre com alegria, dedicação, amizade e bom humor, uns desejando a vitória dos outros.

Devo agradecer, em primeiro lugar, à Maria Del Carmen Cortizo, por ter, carinhosamente, tutelado meu progresso ao longo dos cursos de graduação e pós-graduação, compensando o esforço com que me dediquei ao aprendizado.

Um grande abraço e eterna gratidão a todos que me acompanharam nesta caminhada: colegas e amigos. Especialmente ao Lucas e à Carol que sempre estiveram muito próximos.

Aos professores Paulo e Eliete, cujas críticas e sugestões nortearam as leituras que me oportunizaram chegar à banca de qualificação e a conclusão deste trabalho.

Agradecimento especial também direciono à minha família, pelo incentivo, compreensão, carinho e união para que eu alcançasse meu objetivo.

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*) por ter me ensinado que fora do conhecimento não existe vida e que sempre é tempo de aprender.

RESUMO

O tema dos intelectuais é fundamental para compreender a cultura de uma nação e o processo de construção e reprodução de hegemonia. Este trabalho tem como objetivo estudar o conceito gramsciano de intelectual orgânico, procurando compreender o papel da mídia brasileira na conformação do projeto hegemônico que produziu o Golpe de Estado em 2016, e o dismantelamento do projeto vigente no Brasil desde 2003, que apesar de suas limitações, apontava para importantes avanços sociais. Nesse sentido, compete refletir sobre o projeto hegemônico instalado no Brasil após a redemocratização nos anos de 1980, que produziu uma democracia limitada e frágil. Acreditamos que o conceito de intelectual orgânico de Gramsci pode contribuir para compreender o papel da mídia no arranjo/desarranjo dos projetos societários brasileiros, dimensionando também a relação entre senso comum e intelectuais. No intuito de atingir o objetivo do trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, numa perspectiva teórico-crítica através do método dialético-crítico, considerando os fatos em seu contexto histórico-social, a partir de contradições que se desenvolvem e germinam novas contradições.

Palavras-chave: Intelectual. Intelectual orgânico. Hegemonia. Mídia. Democracia.

ABSTRACT

The subject of the intellectuals is essential to understand the culture of a nation and the hegemony process of construction and reproduction. This work aims to study the Gramscian concept of an organic intellectual in order to understand Brazilian media role in the context of the hegemonic project that resulted in 2016 coup and the dismantling of the project that had been structured in Brazil since 2003, which despite the limitations pointed to important social progress. For this purpose, it is necessary reflection on the hegemonic project that is installed in Brazil after the redemocratization in the 1980s, producing a limited and fragile democracy. It is believed that Gramsci's concept of organic Intellectual can play a important role to comprehend media role in the disarrangement/ arrangement of Brazilian social projects. It is also important to reflect on the relationship between common sense and intellectual perspectives. In order to achieve the proposed objectives, it is intended to carry out a bibliographic research With a qualitative approach, in a critical theoretical perspective through the dialectical method in which the facts can not be considered outside the social historical context and the contradictions develop and germinate new contradictions.

Keywords: Intellectual. Organic intellectual. Hegemony. Media. Democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 INTELLECTUAIS E POLÍTICA EM GRAMSCI	28
1.2 ALGUNS PENSADORES DO SÉCULO XX: INTELLECTUAIS, POLÍTICA, DIFUSÃO DAS PALAVRAS E MÍDIA	56
2 A MÍDIA NO BRASIL.....	67
2.1 RADIODIFUSÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO SERVIÇO PÚBLICO: LEI DE IMPRENSA E LEI DE RADIODIFUSÃO	67
2.1.1 A Lei de Imprensa de 1967.....	76
2.2 DEMOCRACIA, MÍDIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO .	82
2.3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E O CORONELISMO ELETRÔNICO	87
2.4 AVANÇOS E DIFICULDADES NO GOVERNO LULA (2003-2010).....	103
2.5 O GOVERNO DILMA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO (2011-2016)	112
2.5.1 Regulação da mídia no Brasil e leis em vigor na atualidade.....	123
3 A MÍDIA COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO DA CLASSE DOMINANTE.....	126
3.1 A MÍDIA COMO INSTITUIÇÃO POLÍTICA	126
3.2 VIA DE DUAS MÃOS: A FORÇA POLÍTICA DA MÍDIA PARA CONQUISTA DA HEGEMONIA E OS PROJETOS DE GOVERNO PARA MANUTENÇÃO/OBTENÇÃO DA HEGEMONIA	140
3.3 LULA, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A CHEGADA AO PODER.....	148
3.4 DILMA ROUSSEFF CHEGA AO PODER	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	190

INTRODUÇÃO

Neste estudo pretendo analisar o papel da mídia¹ como intelectual orgânico para a conformação de um projeto hegemônico que, além de subjugar uma sociedade, produz consenso nessa mesma sociedade. Qual o peso dos intelectuais – “intelectuais orgânicos”, considerando a mídia como tal – na formação do *status quo* devido à força de sua insígnia? Qual o papel da mídia na modelagem do projeto hegemônico que culminou com o Golpe de Estado de 2016? É a partir das elaborações gramscianas sobre os intelectuais que me apoio para compreender como aconteceu o desmantelamento do projeto político estabelecido pelo governo Lula desde 2003.

O homem é ser político quer queira, quer não queira. Não pode ser neutro. Pode no máximo ser “neutralizado”, seja no sentido de sua emasculação política para servir sem reclamar, seja no sentido de uma estratégia de distanciamento, como forma de controle da ideologia (DEMO, 2007, p. 25).

Conhecer o papel da mídia brasileira na organização da cultura para conformação/transformação do projeto societário brasileiro, que culminou com o golpe de Estado ocorrido em 2016, consiste em ponto fulcral deste projeto. Compreendendo que, no mundo contemporâneo, a mídia exerce funções, acima de tudo, políticas, tanto Nogueira (2013) como Liedtke (2006), observam que a mídia representa um discurso heterogêneo, espaço de lutas e conflitos.

¹ O uso generalizado da palavra mídia é recente nas pesquisas em comunicação no Brasil, amplamente empregada a partir da década de 1990. Em muitas das publicações especializadas, porém, mídia é utilizada no mesmo sentido de imprensa, grande imprensa, jornalismo, meio de comunicação, veículo. Às vezes, é citada no plural, num esquecimento - deliberado ou não - de sua origem latina como plural de *medium* – meio (GUAZINI, 2001, p. 49).

Neste sentido ela também se torna um alvo de disputas, pois a ocupação de seus espaços, além de servir para a conquista da hegemonia e para a produção de consensos, torna-se funcional para incluir temas determinantes na configuração da agenda pública e política (*agenda-setting*). (LIEDTKE, 2006, p.13).

Conforme Nogueira,

A capacidade de agendamento público dos veículos de comunicação social (*agenda-setting*) é um dado universal, não tem a ver só com o Brasil. Se por aqui, alguns acusam o *Estadão* e a *Folha* de fazerem o jogo da “direita”, outros dizem o mesmo da *Carta Maior* e da *Carta Capital*, que fariam o jogo do PT, por exemplo. Não se deveria esperar que jornais dessem tratamentos idênticos aos governos. [...] Jornais são cidadãos coletivos: posicionam-se e dão ênfases noticiosas conforme suas posições (NOGUEIRA, 2013, p.181).

Dimensionar o intrincado processo da conjuntura atual no Brasil demanda clareza sobre projetos políticos², reconhecimento de seus princípios e formas de implementação, especialmente na convergência discursiva de projetos democratizantes estabelecidos em resistências contra os regimes autoritários, atuantes no desenvolvimento democrático com os projetos neoliberais instaurados com diferentes especificidades a partir dos anos de 1980.

Todavia, inegavelmente, vivencia-se, atualmente, uma sobrevalorização do superficial, da fragmentação da questão social, do

²A noção de projetos políticos está sendo utilizada neste trabalho para designar conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. Essa definição simples, vinculada ao pensamento gramsciano, contém, no entanto, várias implicações. A primeira é o esforço de enfatizar a intencionalidade como componente da ação política, afirmando, portanto, o papel do sujeito e da agência humana como dimensões fundamentais da política (DAGNINO; OLVERA; PANICHI, 2006, p. 38).

individualismo e da despolitização das massas. Essas dimensões colocam-se como árduos desafios ao se problematizar a formação/desconstrução da vontade coletiva, sobretudo no Brasil, com uma mídia autointitulada neutra, mas tendenciosa aos interesses das elites dominantes, visando lucros, subsumidos, como apontava e alertava Marx no século XIX. A mais valia, retirada dos trabalhadores, direciona-se a essas elites e seus asseclas, com uma mídia e seus articulistas econômicos “pagos direta ou indiretamente por esta mesma elite para legitimar esse saque ao bolso coletivo” (SOUZA, 2016, p.13).

Emiliano José³ denunciava, em 1996, a capacidade da imprensa em ocultar suas posições políticas sob a máscara da neutralidade.

A Imprensa continua sólida na sua posição de camuflar suas opções políticas, tão evidentes, sob o manto sagrado daquilo que ela arbitrariamente qualifica como notícia, sob a postura olímpica de quem apenas cobre os acontecimentos. Nunca admite ter lado, preferência, partido – e ela sempre os tem [...]. Ela sempre toma partido. Sabe de que lado está. Politiza sua ação. Tem consciência disso [...] (JOSÉ, 1996, p. 7).

Assim como se observa a importância da mídia brasileira formal na conformação de um projeto hegemônico em curso, em contraponto tem-se a mídia informal, alternativa – dos blogs, da mídia ninja (acrônimo de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), dos jornalistas livres, dos sites da internet; fenômenos do jornalismo alternativo que procura apresentar fatos contextualizados dentro de um tempo e movimento, contrapondo-se à mídia tradicional que fragmenta acontecimentos e dados, pasteurizando-os para a grande massa.

³ Emiliano José – ex-vereador, ex-deputado estadual e ex-deputado federal – é jornalista profissional e tem os títulos de mestre e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, tendo atuado como professor na Universidade Federal da Bahia por 25 anos. Escritor e articulista de jornais e revistas desde 1974, é também autor de mais de uma dezena de livros sobre o tempo em que esteve preso político, a respeito de personagens históricos da resistência democrática e dos anos de chumbo da ditadura militar.

Entender o envolvimento entre Estado e mídia requer observar também o entrelaçamento entre governo e empresários do ramo, pois as organizações de mídia no Brasil expandiram-se a partir de “camaradagens” com o poder. No âmbito teórico (empírico), esta dissertação visa analisar a mídia como intelectual orgânico para a conformação ou transformação de hegemonias, demonstrando a atualidade dos escritos de Gramsci em relação à potencialidade do partido⁴, destacando que, atualmente, a mídia assume este papel, tornando-se o principal “aparelho de hegemonia”.

É importante destacar os estudos de Gramsci sobre Maquiavel, em especial sua obra *O Príncipe*⁵, para compreender porque inserimos a mídia na categoria de intelectual orgânico, dadas as suas atividades no conjunto de relações sociais. Maquiavel, pondo caráter inovador à ideologia política e à ciência política, colocando-as pela primeira vez como atividades autônomas, com ordenamentos diferentes da moral e da religião, demonstrou que o processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, fazia-se representar com qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta.

O moderno príncipe, segundo Gramsci (2007), se consubstancia num organismo, elemento complexo da sociedade iniciada na concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Para Gramsci, este não era apenas o partido político, mas um projeto de sociedade. O moderno príncipe (intelectual orgânico), desenvolvendo-se, revoluciona todos os princípios de relações intelectuais e morais vigentes, uma vez que o seu desenvolvimento significa, de fato, que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, virtuoso ou criminoso, na medida em que possui como ponto de referência o próprio moderno príncipe e serve para aumentar seu poder ou opor-se a ele.

⁴ Deve-se considerar que a visão do partido para Gramsci não é o de uma organização burocrática ou um instrumento de poder, mas a de uma força ideal destinada a realizar reforma intelectual e moral, que tem na reforma econômica da sociedade apenas o modo concreto de se manifestar. Gramsci também destaca o papel dos partidos que atuam como intelectuais, produzindo projetos políticos, exercendo funções educativas e orientando ações políticas reais.

⁵ O Príncipe, em italiano *Il Principe*, foi escrito por Nicolau Maquiavel em 1513 e publicado postumamente em sua primeira edição em 1532.

Com a globalização do capitalismo, modificam-se as formas de sociabilidade e as lutas das forças sociais, no campo de uma vasta, intrincada e uma controversa sociedade civil mundial em crescimento (IANNI, 1999).

Segundo Ianni, 1999, é seguro que Maquiavel e Gramsci trabalharam especialmente com as categorias hegemonia e soberania. Categorias estas que, em diferentes linguagens, confirmaram-se como fundamentais da política. O *príncipe eletrônico* para além de *condottiero* e de um partido político é um ente enigmático e dinâmico, “presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial” (p.14).

O príncipe eletrônico é o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e políticos desenhados no novo mapa mundo (IANNI, 199, p.14)

O papel dos intelectuais na sociedade e na comunidade científica constitui assunto de relevância social, econômica, jurídica e educacional. Perquirir a importância dos intelectuais torna-se fundamental para compreender a formação/conformação de um projeto hegemônico.

Pretendemos desenvolver uma reflexão sobre como a mídia brasileira assume o papel de intelectual – *intelectual orgânico* –, formador de opinião (consenso) na conjuntura do Golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016. Para essa análise, compete perceber como se construiu a legislação de comunicação no Brasil e também as características do padrão histórico brasileiro das empresas de comunicação, identificando que o controle do setor se concentra nas mãos de pessoas físicas ou “empresas” familiares.

Na condição de formadora de opinião, não é possível dissociar a mídia do Estado e nem da política. A mídia, no mundo contemporâneo, tem papel central e decisivo envolvendo diferentes campos da atividade humana. A relação característica entre mídia e política está presente em todo o movimento democrático:

Na construção da agenda, através do filtro das informações publicadas, do modo de editá-las, da seleção e ênfase das opiniões, na visibilidade e dramatização dos temas escolhidos; na ponderação e presença dos próprios atores políticos [...] contribuindo decisivamente para a formação da opinião e dos juízos públicos (JOSÉ, 2015, p.13).

Conhecer o processo de formação do Estado brasileiro permite apreender como se estabeleceram as relações de poder, sejam econômicas, políticas ou culturais na sua processualidade histórica. Segundo Souza (2015), é preciso desvelar “o mito da brasilidade” criado e apoiado por intelectuais *feitos* para dar sustentação a interesses e ações do projeto hegemônico neoliberal vigente no país. Buscamos ponderar que tipo de democracia se estabeleceu no Brasil, bem como os fatos que resultaram no impedimento da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016 e o avanço das forças reacionárias de direita para o fortalecimento de uma hegemonia neoconservadora. Com base em instrumentos de informação pública, tal projeto estabeleceu-se abalizado pelo mundo “científico”, deflagrando uma ofensiva direitista no parlamento, na mídia, nas tribunas, nas igrejas e nas ruas em defesa de posições conservadoras e anacrônicas.

Em 1930, Gramsci já escrevia que os intelectuais possuem papel fundamental na associação ou dissociação de uma relação de hegemonia, na formação ou conservação de um “bloco histórico”. O estudioso indicava como grandes intelectuais ou intelectuais agrupados em revistas, jornais ou outros meios de comunicação exerciam reiteradamente a função de partidos políticos (COUTINHO, 1981). Sua obra e análise construíram um estatuto político aos intelectuais, pois, em sua concepção, inexistia uma teoria do Estado sem uma teoria dos intelectuais e dos aparelhos hegemônicos por estes organizados. Para o estudioso italiano, o Estado também abarca o “aparelho privado” de hegemonia ou sociedade civil, lugar onde se determina a hegemonia e se contrapõe diferentes projetos de sociedade, até o domínio daquele que alcança direção geral econômica, política e cultural.

Eu amplio muito a noção de intelectual, não limitando-a à noção corrente que se refere aos

grandes intelectuais. Este estudo leva, também, a algumas determinações do conceito de Estado, que normalmente é entendido como sociedade política (ou ditadura ou aparelho coercitivo para conformar a massa popular ao tipo de produção e à economia dum momento particular), e não como equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia dum grupo social sobre toda sociedade nacional conduzida pelas organizações assim chamadas privadas, como Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) e; exatamente na sociedade civil atuam os intelectuais (B. Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e um “instrumento” muito eficaz de hegemonia, ainda que algumas vezes possa estar em desacordo com este ou aquele governo) (GRAMSCI, 2005, p. 264).

Toda ciência e arte política sustentam-se no fato de que há dirigentes e dirigidos, governantes e governados e, portanto, cremna existência de um mecanismo mais profícuo de dirigir e, desta forma, *dominam-se as diretrizes de menor objeção para alcançar a sujeição dos dirigidos e dos governados*. Consideramos a divisão entre governantes e governados fruto da categorização de grupos sociais, manifesta também no interior do mesmo grupo, mesmo quando socialmente coeso, dado a cisão pela separação do trabalho, uma realidade técnica (COUTINHO, 1981).

Osório (2014), em análise política, compreende as formas adotadas pelo Estado, e suas determinações em classes ou frações de classes que detêm o poder, a fim de uma correta interpretação da realidade. Entender que as classes dominantes detêm o poder extrapola a resposta simplista de algumas correntes, visto a abrangência da burguesia e do proprietário fundiário, mas também as frações destas classes: industrial, comercial, financeira e agrícola; e os setores ocupados: grande, média e pequena burguesia. Por isso, analisar quem detém o poder exige a análise de períodos históricos específicos.

A reprodução do capital e sua convergência é um fator fundamental para a definição das orientações dos processos econômicos e do terreno que define quais esferas do capital determinam sua

supremacia. Percebendo a política para além de simples reflexo da economia, é preciso compreender como setores beneficiados pelas tendências do grande capital conseguem converter essa posição em privilégios. Atingir tal edificação requer depreender como se dá um projeto político e ideológico que admita estabelecer pactos no interior das classes dominantes com certos setores das classes dominadas, a fim de persuadir aliados e demais classes ou utilizar-se de mecanismos da coerção e consenso (SOUZA, 2015).

Mesmo na posição de dominado, Gramsci acredita que nenhum indivíduo se torna totalmente cego e alienado, inábil a pensar criticamente, organizar-se e lutar por possibilidades outras. O estudioso observa que existe na consciência dos explorados uma mescla contraditória de valores, em parte derivados da perspectiva de seus governantes e, em parte, decorridos do próprio saber popular e experiências sociopolíticas.

Abarcar o processo de elaboração do alicerce ideológico de uma classe dominante de forma a manter, desenvolver e defender frente teórica de sustentação, demanda visualizar o funcionamento da imprensa em múltiplas dimensões – editoras, jornais, revistas, periódicos, etc. Todos esses espaços têm velado ou não um programa e se baseiam numa determinada corrente, parte primordial de uma estrutura ideológica (COUTINHO, 1981). Porém, para além dela, outros organismos podem influir na opinião pública⁶: “as bibliotecas, as escolas, os círculos e clubes

⁶ Segundo Liedke, o termo opinião pública é difuso. Os jornalistas utilizam com frequência esta expressão para explicar como a imprensa aborda determinados temas, emitindo consensos em assuntos controversos, a partir da repercussão predominante no meio, imaginando coincidir com a visão da sociedade. Muitos políticos também partilham desta visão. Para efeito de análise, isto seria a opinião publicada e não a opinião pública, ou seja, o conjunto de crenças, valores e atitudes da maioria da população. Apesar de defendermos a intensa interferência da mídia na sua formação, optamos pela definição de Bobbio (2002, p. 842), para quem a opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como “opinião”, sempre discutível, varia com o tempo e permite a discordância. Na realidade ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendimentos. Enquanto “pública”, isto é, pertencente ao âmbito político, para Bobbio conviria antes falar de opiniões no plural, já que neste universo não há espaço para uma verdade política, para uma epistemocracia. “Conclui que a opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser

de vários tipos, até a arquitetura, a disposição das ruas e os nomes dessas” (COUTINHO, 1981, p.198).

Para uma classe transformadora se contrapor a esse conjunto de barreiras e fortificações criadas pela classe dominante é preciso consciência da própria formação histórica, e isso demanda um complexo trabalho ideológico, “cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a esvaziar de seu elemento de massa humana” (COUTINHO, 1981, p.199).

No vocabulário de Gramsci o conceito de ideologia apresenta-se complexo, aludindo à propagação de conceitos filosóficos, da materialização de como os sujeitos se percebem no mundo. Destarte, as ideologias podem tanto ser instrumentos de sujeição quanto de estímulo aos grupos subalternos, pois além do poder de fragmentar, podem deter função orgânica, de discernimento e de alicerce para reunir diferentes lutas disseminadas na sociedade. Gramsci “está convencido de que é por meio da ideologia que determinados grupos sociais [...] tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias responsabilidades, do próprio devir” (SEMERARO, 2006, p.31).

A opinião pública, intimamente ligada à hegemonia política e a ideologia, constitui intersecção entre “sociedade civil” e “sociedade política”, entre consenso e força. O Estado, quando pretende uma ação nada popular, cria e organiza antecipadamente a opinião pública que poderia ser discordante. Nesse sentido, trava-se luta pelo domínio dos órgãos de opinião pública, intentando que uma só potência formate a opinião e, assim, “a vontade política nacional, dispensando os discordantes numa poeira individual e desorgânica” (COUTINHO, 1981, p.199).

Somos, continuamente, tomados por processos de modernização excludentes, consubstanciados em acordos de classes dominantes, buscando infinitamente excluir os dirigidos de qualquer participação

opinião, por ser *doxa* e não *episteme*; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada. A história do conceito coincide com o monopólio do poder na formação do Estado moderno. Por isso a opinião pública foi utilizada para combater o conceito de segredo de Estado, para obter o máximo de ‘publicidade’ nos atos de Governo. Apesar de Bobbio não enfatizar isto, reiteramos a importância da mídia na visibilidade pública da política, portanto, incidindo sobre a formação da opinião pública e permitindo maior transparência ao poder estatal. [...]” (LIEDTKE, 2006, p. 3).

tanto nas decisões políticas quanto nos benefícios da modernização e do progresso econômico. De Collor à Dilma, assistiu-se ao discurso da prioridade dos interesses nacionais, de cumprir compromissos com os juros da dívida externa (com o capital) e, seriamente, jamais com as classes trabalhadoras. Democracia é soberania popular, é a construção de uma sociedade participativa, em igualdade.

No Brasil não se postula o fim da democracia, porém existe um desacordo político e ideológico sobre o seu conceito. Na concepção liberal, democracia refere-se apenas às regras formais que proporcionam uma rotatividade das elites no poder através dos processos eleitorais (SEMERARO, 2001). Trata-se de uma democracia procedimental, que apenas engendra as formas nas quais a população determina quem administrará o aparelho do Estado, definindo essencialmente as alternâncias da classe dominante, diferentemente da democracia substantiva, que questiona a separação entre esfera política e esfera econômica. Nessa dimensão, sustenta-se como uma unidade orgânica, onde a igualdade social de seus indivíduos é central, construindo-se em sociedade, primando o bem dessa sociedade, para que isso expresse o bem dos indivíduos. Uma sociedade torna-se democrática quando consegue ser igualitária em oportunidades e bem-estar para todos (OSÓRIO, 2014).

Cabe destacar que todas as frações envolvidas no impedimento da Presidenta Dilma Rousseff afirmaram defender a “democracia”, o “Estado democrático de direito” e as “instituições”; porém, por trás deste discurso, tratou-se de um verdadeiro embate de frações pelo poder, pela posse provisória do aparelho de Estado para servir a um projeto direcionado pelo processo de acumulação à elite brasileira, em detrimento das conquistas dos trabalhadores. Esse arranjo evidencia que, nas sociedades capitalistas modernas, a elite mandatária detém o poder financeiro, disputando por todas as demais elites que exercem influência variada na sociedade.

[...] Compra-se, primeiro a elite intelectual cuja opinião possui o prestígio e o condão de influenciar a opinião de muitos, depois se compra a elite política de modo direto financiando eleições e compra-se depois, direta ou indiretamente, a elite jurídica, jornalística, literária e etc. (SOUZA, 2016, p.22-23).

Apesar de as décadas de 1970 e 1980 representarem a luta pela democracia participativa, foco de movimentações sociais e meta a ser atingida por atores políticos e sociais frente aos regimes ditatoriais de diferentes espécies, reduziu-se a análise e, portanto, o processo político virou uma disputa

[...] entre forças democráticas e autoritárias e no qual a democracia representativa era um fim em si mesmo, e se perdia de vista que o processo democrático é interminável, não linear, complexo, cheio de tensões e interrupções, e que contém em si mesmo projetos, aspirações, experiências que não se esgotam nem estão contidos na representação eleitoral (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006. p. 18).

Na análise de Semeraro (2006), a partir da metade dos anos 1970, iniciou-se uma nova onda do capitalismo e sua paradoxal recomposição suscitou grandes mudanças em processos produtivos, práticas políticas e na função dos intelectuais. De abrangência estrondosa, devido a sua forma complexa e flexível, através da “indústria cultural” inseriu o conhecimento sob os propósitos da produtividade e do mercado e, dentro desta perspectiva, diminuiu todos os aspectos da vida social, tornando-se impessoal.

Em meados dos anos 1990, a sociedade civil, na América Latina, perdeu o potencial democrático e hoje parece obsoleta. Existe um consenso na sociedade, indicando visão hegemônica que supervaloriza as colaborações da sociedade civil à democracia, ocultando a variedade de projetos e uma concepção de sociedade civil reduzida a um “Terceiro Setor”, onde cabem todos os tipos de associações,

[...] Sem rosto e sem lugar, [...] hoje se impõe, feito oráculo hermético, pelos indicadores econômicos anunciados todos os dias e por um dilúvio de informações que anulam a reflexão e a interlocução. Longe dos problemas da

emancipação humana e imune às investidas da política, essa forma de poder encontra sua lógica mais acabada, na cultura pós-moderna [...] (JAMESON, 1996, p. 85, apud SEMERARO, 2006, p.10).

O poder político, social e cultural das classes dirigentes estrutura-se na esfera ideológica. Aos intelectuais representantes das classes dominantes cabe a importante função de produção e reprodução da ideologia atuante na formação de valores sociais e culturais hegemônicos e uma concepção geral de mundo que formate os modos de pensar e agir, almejando garantir, de maneira concreta e contínua, os interesses dos dirigentes. Enquanto isso, aos intelectuais das classes dirigidas compete o trabalho imperioso de romper com a hegemonia dos dirigentes, a partir da compreensão do que está posto, construindo uma crítica social a fim de superar a ideologia dominante e, por conseguinte, desenvolver as bases de uma nova ideologia de sustentação e suporte a ação prática – práxis.

Gramsci, pensador marxista, pautou seus estudos em perspectiva crítica e histórica dos processos sociais, analisando a realidade a partir de suas variadas acepções, constatando antagonismos e contradições. Percebendo mediações, processos e estruturas de forma crítica, pautados na historicidade do social, entende a realidade como única trajetória profícua na pesquisa científica. Na sociedade civil apreende-se a gama de relações sociais que abarcam o *devir* concreto da vida cotidiana, o intrincado de instituições e ideologias nas quais as relações se desenvolvem e se estabelecem, não de forma coesa, mas como manifestação de projetos e condutas sociais diferenciadas, espaço de luta de classes sociais e conflito na construção da hegemonia por meio de suas diversas instituições.

Compreender o *devir* requer perceber que nada é estático e que a transformação sempre é possível (SIMIONATTO, 1997). A força iminente da história consiste em liberdade “manifesta concretamente na vontade associativa dos homens, na capacidade de determinação política de grupos organizados que, em meio à multiplicidade de formas e interesses sociais, sabem construir conflitiva e consensualmente uma hegemonia”, estabelecendo uma direção capaz de “gerar autodeterminação” (SEMERARO, 2001, p.18).

Neste trabalho, como objetivo geral analisamos o papel da mídia brasileira em relação à conformação do projeto hegemônico que produziu o Golpe de Estado em 2016 e ao desmantelamento do projeto vigente no Brasil desde 2003, valendo-nos de elaborações gramscianas sobre o papel político dos intelectuais. Como objetivos específicos, propomos estudar, particularmente, o conceito de “intelectual orgânico” em Gramsci; o desenvolvimento da mídia brasileira a partir da ditadura militar, as leis que regem os meios de comunicação no Brasil e seus desdobramentos, bem como ponderar o papel da mídia em relação ao atual projeto hegemônico.

Diante desse intento, apresentamos os capítulos que compõem a tessitura dessa dissertação: No capítulo 1, *Intelectuais e a Política em Gramsci*, discutimos o conceito de “intelectual orgânico”, compreendendo seus alcances e desdobramentos ético-políticos. Sabendo que as categorias em Gramsci estão imbricadas, enfatizamos conceitos que mostram a concepção de sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado, ideologia, hegemonia, vontade coletiva, corporativismo, economicismo, intelectual, intelectual orgânico, entre outras. Com base em leituras de Nogueira, Portelli, Semeraro, Simionatto, Santos, entre outros, analisamos a relação dos intelectuais com a história em movimento. Gramsci avançou ao perceber a posição estratégica dos intelectuais no tocante aos processos de formação da hegemonia, portanto, estreitamente ligados ao estudo da categoria Estado. Para ele não importa como os filósofos pensam o mundo e sim o que fazem para mudá-lo.

No capítulo 2, *Organização da mídia no Brasil*, apreendemos como o sistema da grande mídia, forjado na ditadura militar, permanece quase inalterado até os dias atuais e quais forças trabalham para a continuidade desta hegemonia. Dialogamos com autores como Barros, Liedtke, Dreifuss, Amaral, Coutinho, Azevedo, Guimarães, Lima, Aguiar, entre outros.

No capítulo 3, intitulado *A mídia como intelectual orgânico da classe dominante*, construímos uma reflexão sobre o poder da mídia tradicional como intelectual orgânico do atual projeto hegemônico.

1 INTELLECTUAIS E POLÍTICA EM GRAMSCI

Neste capítulo discutimos o conceito de “intelectual orgânico”, compreendendo seus alcances e desdobramentos ético-políticos. Cientes de que as categorias em Gramsci estão imbricadas, analisamos os conceitos de sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado, ideologia, hegemonia, vontade coletiva, corporativismo, economicismo, intelectual, intelectual orgânico, entre outros. Gramsci percebeu a posição estratégica dos intelectuais no tocante aos processos de formação da hegemonia, portanto, estreitamente ligados ao estudo da categoria Estado, importando não o modo como os filósofos pensam o mundo, mas o que fazem para mudá-lo.

1.1 INTELLECTUAIS EM GRAMSCI

O posicionamento político dos intelectuais é tema discutido há muito tempo e, no decurso da história, pode-se perceber uma sucessão de filósofos, religiosos, literatos, artistas e cientistas que, em quase sua totalidade, apresentam objeção evidente ao senso comum das massas. Alguns acreditavam num posicionamento puramente desinteressado e descontaminado de paixões políticas, convictos de que o papel do intelectual se conecta apenas a uma área, como à filosofia, em busca da verdade e da justiça; enquanto outros adotavam uma postura crítica de mudanças.

Bendaacreditava na neutralidade do intelectual, Sartre defendia o papel ativo do intelectual na sociedade, Bobbio apontava a posição deste ator sobre a *cidade* e Weber, distinguindo a ética da convicção da ética da responsabilidade, acreditava que nem todo feito resulta num bem, pois o intelectual envolvido com a política faria um *pacto com o demônio*. Ou ainda, como desvela Foucault, instituições de poder constroem os indivíduos e formatam as condutas. Qual a função desses intelectuais na modernidade, que servem para manter dominadores e dominados, entendendo que hoje o papel do intelectual se articula mais ao mercado do que com a verdade? Como as ideias dominantes são capazes de manipular, distorcer e construir verdades que se legitimam para o povo,

em sua grande maioria excluídos, a fim de manter o *status quo*, apoiados em intelectuais “feitos” para dar sustentação às elites? As explicações para interpretar e compreender a vida, antes abalizadas pela Igreja, nos últimos dois séculos, tornaram-se obras de intelectuais seculares.

A questão entre intelectuais e política e intelectuais e poder constitui centro das atenções ao longo da história e, portanto, o tema dos intelectuais é fundamental para entender a cultura. São muitas as imagens sobre os intelectuais, por isso não formam uma categoria homogênea. Apesar de diferentes denominações, intelectuais compuseram e compõem as diferentes sociedades, ao lado do poder econômico e político. O poder ideológico, diferentemente, não atua de forma coercitiva, ou na materialidade da sobrevivência, mas fabrica e difunde ideias, insígnias, visões de mundo, preceitos objetivos, mediante o uso da palavra. Cada sociedade preserva suas particularidades e em cada uma encontramos detentores do poder ideológico, variáveis em cada período, dependendo das relações de força⁷ mantidas com os demais poderes.

Gramsci, ainda muito jovem, compreendeu o posicionamento dos intelectuais para conformação/transformação dos acontecimentos históricos na Itália e no mundo. Tais estudos analisaram os pensadores do

⁷ “Para uma análise das situações, deve-se entender o que são relações de força, ou seja, [...] estabelecer os diversos níveis de relações de forças [...]. A análise das relações de força deve iniciar pela relação de forças internacionais, a fim de que se conheça o que é uma grande potência e sobre os agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos, portanto, sobre o conceito de independência e soberania no que se refere às pequenas e médias potências”. O passo a seguir é analisar as relações objetivas sociais: o grau de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos no interior do Estado) e as relações de políticas imediatas (ou seja, – potencialmente militares).

As relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e explora para impedir o predomínio dos partidos adversários. Por isso, Gramsci (2007), ao analisar os escritos de Maquiavel conclui que o ‘partido do estrangeiro’ não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas.

seu tempo para compreender o movimento da sociedade em que vivia. Na visão do pensador, o indivíduo existe como sujeito social, porém, para que os indivíduos se tornem sujeitos coletivos, é preciso um árduo trabalho político e cultural e, acima de tudo, perceber as intrincadas relações que envolvem a sociedade. O autor reconheceu o valor dos indivíduos não como centro do mundo, mas como parte de uma realidade orgânica.

Em 1845, Marx e Engels escreveram a respeito de uma sociedade em completa ebulição social, marcada pelas atividades nas fábricas, e cuja agitação política revolucionava as relações sociais. Opondo-se à burguesia estabelecida nos centros de poder, emergiam grupos organizados de trabalhadores com anseios próprios e lutas por outro projeto de sociedade. Nesta conformação, os intelectuais precisavam sair do mundo das ideias e das palavras. Marx, ao lançar “críticas ao idealismo abstrato, ao positivismo cientificista e ao materialismo vulgar” (SEMERARO, 2006, p. 130) mostrava, com seu envolvimento nas lutas operárias, o irromper de um novo tipo de intelectual: um indivíduo ao mesmo tempo cientista, crítico e revolucionário.

Nascia, então, a filosofia da práxis. E com ela novos intelectuais politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e escrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com as controvertidas práticas de reprodução simbólica (SEMERARO, 2006, p.130).

Segundo Semeraro (2006), para inteirar-se de problemas humanos e sociais, os intelectuais deveriam estar uníssonos a tempos e movimentos sociais, políticos e econômicos da sua época. Marx, ao estudar o mundo do capital para desvendar seus mecanismos, se contrapunha aos *Philosophes*, para quem o mundo poderia ser mudado apenas por pensamentos e ideias. No entendimento do autor, a construção de ideias e conceitos ocorre dentro de determinados processos históricos e econômicos, em comunhão com seus protagonistas políticos. Era preciso que os intelectuais estudassem as contradições dos centros de produção, que os intelectuais-políticos se apropriassem da óptica dos espoliados e incorporassem seus pensamentos revolucionários para fazer

parte do “movimento real que supere o estado de coisas existentes” (MARX; ENGELS, 1989, p. 32, apud SEMERARO, 2006, p. 131).

Marx estava convencido, de fato, que as classes desapropriadas e os povos saqueados possuem inteligência “objetiva”, o ponto de vista mais concreto e radical proveniente da violência sofrida, do trabalho alienado, das necessidades elementares desatendidas, das relações sociais e humanas dissolvidas [...]. (SEMERARO, 2006, p.131).

Para Marx, fazia-se necessário um novo projeto, nascido do proletariado e a conquista de sua hegemonia, com o apoio dos intelectuais, conduziria a uma sociedade verdadeiramente democrática.

Gramsci, em seu tempo, compartilhou de ideias de Marx, acreditando que a “compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem pela inserção ativa nos embates hegemônicos”. Aprofundando estudos sobre a relação direta entre intelectuais, política e classe social, demonstrou que “a filosofia, bem como a educação, deve tornar-se *práxis política* para continuar a ser filosofia e educação” (SEMERARO, 2006, p. 132). Este estudioso apreendeu as intrincadas dinâmicas do crescimento da “sociedade civil” e, em contraposição às teorias de seu tempo, de elitização dos intelectuais que, abismados com o avanço das massas, desprezavam a democracia popular ou separavam a política da ciência. Aquilatou com uma metodologia própria o saber popular, defendeu a socialização do conhecimento e recriou a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos “subalternos” (SEMERARO, 2006, p.133).

Esta reflexão compõe, principalmente, o pensamento marxista de Gramsci (autor dos *Cadernos do Cárcere*) e do interesse por seus escritos por parte de intelectuais, políticos e integrantes de movimentos sociais brasileiros e latino-americanos. Sobretudo, a partir da década de 1970, devido à identificação com uma história de vida marcada por privações, discriminações e violências sofridas pelos aparelhos de repressão de regiões periféricas. Gramsci viveu cerca de 20 anos, no período fascista, nos cárceres da Itália, consciente do fim de um ciclo histórico e começo de um tempo marcado pela incursão das massas na história.

Considerando a conjuntura política, econômica e social do seu tempo, como o fascismo na Itália, o retrocesso político na União Soviética e o economicismo americano, Gramsci repensou alguns conceitos da tradição marxista e a questão do Estado em relação à sociedade. Percebeu, muito cedo, que nas lutas das classes trabalhadores não havia “um projeto de Estado e de sociedade que tornasse os trabalhadores mais organizados e independentes diante dos sistemas totalitários e das teorias liberais, então hegemônicas” (SEMERARO, 1999, p.69).

A política é o *locus* a partir do qual Gramsci avalia a totalidade da vida social, os problemas da cultura e da filosofia. No campo da teoria política ou, de forma mais abrangente, da concepção de uma “ontologia marxista da práxis política”⁸, contribui com o marxismo. O componente liberador destaca-se na leitura de Gramsci, ressaltando a função “da vontade e da ação na transformação do real, a recusa do fetichismo dos ‘fatos’ e dos mitos cientificistas que levavam a um determinismo vulgar e fatalista” (COUTINHO, 1981, p.18).

Gramsci ingressou no Partido Socialista Italiano (PSI) em 1911, e desde cedo, sentiu-sedesconfortável num ambiente determinado pelo falso dualismo das correntes marxistas reformistas e maximalistas⁹, que

⁸ Conforme Raul Burgos, ontologia é uma palavra que aparece raríssimas vezes nos escritos de Gramsci. Esta significa o estudo do ser e consiste numa parte da filosofia que estuda a natureza do ser, a existência e a realidade. Segundo Burgos, deveríamos, ao tratar-se de Gramsci falar em quimiologia – o movimento do ser (Informação fornecida em banca de defesa de doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, 2017).

⁹ “[...] Por um lado, os maximalistas limitavam-se a esperar a hora-H, o ‘grande dia’, que seria trazido ‘naturalmente’ pela evolução do capitalismo; enquanto isso, tratava-se de evitar qualquer compromisso com a ordemvigente, empenhando todas as forças numa ação de propaganda radical e intransigente; o resultado dessa posição era uma mistura de radicalismo verbal e de impotência prática. Por outro lado, os reformistas – sem avaliarem que a luta pelas reformas não é um movimento unívoco, mas um terreno dinâmico de alternativas, onde a correlação de forças pode se alterar tanto em favor do proletariado quanto da burguesia – limitavam-se a endossar as pálidas reformas propostas pelas classes dominantes [...] o socialismo chegaria como por um milagre; e daí até confundir as próprias reformas com o socialismo, o movimento com o objetivo final [...]. O abismo entre a tática e a estratégia – a incapacidade de articular o objetivo final com a luta concreta para aproximar-se dele – refletia-se no falso dilema “reforma ou revolução”, na oposição/complementaridade de reboquismo reformista e de

buscavam uma resposta aparentemente diversa à luta pelo socialismo. Gramsci deu um valor extraordinário ao trabalho de educação em suas atividades socialistas, pois, conforme sua própria fala em 1916, toda revolução precede-se de “intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias em grupos de homens antes refratários e que só pensavam em resolver dia a dia, hora a hora, por si mesmos, seus próprios problemas econômicos e políticos” (GRAMSCI, 1988, p.24, apud COUTINHO, 1981, p. 23).

Na luta pela cultura e na preparação ideológica organizada favorece-se o rompimento entre reformismo ineficaz e maximalismo vazio. A cultura é o meio distinto de sobrepujar o individualismo, de estimular nos homens a sua consciência coletiva. Numa acepção ampla do socialismo, em 1917, Gramsci acreditava que os socialistas deviam estabelecer a ordem em si, a “possibilidade de realização integral da própria personalidade humana como algo concedido a todos os cidadãos” (COUTINHO, 1981, p.24). No mesmo ano, a criação de uma Associação Socialista de Cultura entra em pauta, complementando a frente da luta operária e ampliando o campo de possibilidades para além de batalhas econômicas e políticas.

Gramsci não teve suas ideias aceitas dentro do PSI, fundando, em fins de 1917, aparte dos quadros do PSI, um “Clube de Vida Moral”, no intuito de promover debates intelectuais que educassem moral e culturalmente os jovens socialistas, contribuindo para a superação do individualismo e para o alcance da consciência do valor da solidariedade humana. Este desenvolvimento constituiu o desígnio ético do socialismo integral em que acreditava, resposta prática ao verbalismo dos maximalistas. Na visão de Gramsci, o socialismo demanda a criação de uma nova cultura, por isso a importância de “uma reforma moral e intelectual”.

Para Semeraro (1999), Gramsci contraria reduções economicistas de imobilidade e omissão. No Partido Socialista, assim como os ortodoxos, os revisionistas estipulavam um vínculo de “causalidade direta com o desenvolvimento econômico, até defender a

passividade maximalista. E como, na prática, os reformistas agiam e os maximalistas limitavam-se a fazer agitação e propaganda, os primeiros – mesmo quando em minoria – eram na verdade os dirigentes do partido, a sua corrente hegemônica (COUTINHO, 1981, p. 20-21).

seqüência mecânica de suas etapas” (SEMERARO, 1999, p.150) e, sob este ponto de vista, o socialismo estava a mercê do capitalismo. A revolução, suas consequências e insuficiências ficavam a cargo das façanhas humanas e as derrotas sinalizavam dificuldade para mudança. Gramsci apontava o “objetivismo materialista”, e sua supremacia direta e absoluta às concepções dogmáticas, produzindo argumentos para convicções dogmáticas de revolução, alegando posições evolucionistas e mecanicistas.

Contrário a estes pensamentos, o intelectual acreditava que o erro do materialismo histórico era considerar todo ato político enquanto determinação da estrutura - como consequência de uma verdadeira e ininterrupta modificação da estrutura. Gramsci sublinhava a relevância “da iniciativa, da decisão, da organização e do envolvimento das massas, resgatando a força mobilizadora do marxismo” (SEMERARO, 1999, p.150).

Nos anos que se seguiram à primeira Guerra Mundial, de fato, o maior obstáculo que impediu o sucesso da revolução, num período de profunda crise econômica do capitalismo, veio justamente da crença nas mudanças automáticas das estruturas e da insuficiência das capacidades subjetivas. Gramsci nunca deixará de lamentar que o movimento socialista ocidental perdeu a ocasião histórica de conquistar o poder por falta de iniciativa política. A incapacidade de organização e de determinação levou os socialistas a aceitarem passivamente a realidade histórica imposta pela iniciativa capitalista e a assistirem como espectadores impotentes diante dos eventos (SEMERARO, 1999, p.151).

As classes subalternas tornam-se hegemônicas através do distanciamento crítico da realidade, da formação de sua autonomia pela ação política, da representação de si por uma cultura própria, da participação ativa na construção de um projeto popular de democracia, articulado com forças nacionais e internacionais (SEMERARO, 2006).

Em 1919, Gramsci fundou, com Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini, uma resenha semanal socialista chamada

*L'OrdineNuovo*¹⁰, tendo como objetivo um organismo de criação e difusão da cultura socialista, da preparação ideológica, elemento essencial na luta para criação de condições de transformação social (COUTINHO, 1981,p.27). Tal projeto alcançou caráter mais abrangente, pois a Revolução Russa mostrou para Gramsci, na prática, o que o estudioso exaltava na teoria: “a vontade revolucionária, a iniciativa de um sujeito coletivo organizado, pode fazer triunfar os ideais do socialismo” (COUTINHO, 1981, p. 28).

Tornava-se iminente a necessidade de “fazer política” para os jovens criadores do *L'OrdineNuovo*, ideia ressaltada no artigo de nº7, de 27 de julho de 1919, intitulado “Democracia Operária”, destacando que “fazer política”, como “fazer na Rússia”, implicava transpor a luta das ideias para uma ação política concreta. Para o grupo dos jovens jornalistas, os laços com a Internacional Comunista (IC), diferentemente dos maximalistas do PSI - “fazer como na Rússia” -, era conjecturar a revolução socialista em seu próprio país.

Depois do artigo de nº 7,o jornal analisou a possibilidade de afirmar que o soviete¹¹constituía uma forma universal e não um instituto apenas russo. Como resposta, acreditavam existir em Turim, na Itália, um germe de governo operário - de soviete – conhecido como Comissão Interna¹², por isso, precisavam estudar essa instituição operária, não enquanto organização da produção material, mas uma forma necessária

¹⁰ Turim, Itália.

¹¹ Sovietes eram órgãos de poder na URSS eleitos pelo povo, as organizações mais representativas e de massa que uniam em si as características próprias de órgãos estatais e de organizações sociais, simbolizando a encarnação mais completa do caráter democrático do Estado socialista. Surgiram em 1905 como órgãos de insurreição armada, concebidos pela criatividade revolucionária das massas populares. Os sovietes eram a forma organizativa da aliança entre classe operária e campesinato.

¹² Segundo Coutinho (1981), embora criadas em 1906, as Comissões Internas não foram aceitas pacificamente pelos empresários italianos. Somente em 1919 a Associação dos Industriais estipulou, com a Federação dos Metalúrgicos, a aceitação das Comissões, isto é, a reconhecimento dos direitos dos operários a uma representação no interior das fábricas. Neste pacto, as Comissões Internas tinham como propósito principal garantir e defender, no local de trabalho, o direito dos trabalhadores. Os dirigentes da Comissão deveriam ser eleitos pelos empresários sindicalizados: delegados do sindicato de categoria no interior da empresa, indicados diretamente pelas direções sindicais (COUTINHO, 1981, p. 29).

da classe operária, como organismo político. Tascarechaça a proposta de Gramsci, acreditando que o papel do jornal deve se restringir às suas funções culturais, não rompendo com formulações tradicionais do PSI e os sindicatos.

O jovem sardo, ao contrário, entende por cultura um modo de pensar a realidade concreta, de intervir em sua transformação. Por isso após o “golpe redacional” do número 7, “o problema do desenvolvimento da Comissão Interna se tornou o problema central, a ideia de *L’OrdineNuovo*” (GRAMSCI, 1954, p. 149, apud COUTINHO, 1981, p.29).

Segundo Coutinho, (1981), o grupo do *L’Ordine Nuovo* procurou modificar o papel das Comissões que, por representarem os sindicatos, a estes ficavam atreladas. Tratava-se de transformar a Comissão Interna em elemento representativo de todos os trabalhadores da fábrica, do mais alto ao mais baixo escalão, incluindo trabalhadores sindicalizados ou não. No entendimento de Gramsci, esta forma de organização dos trabalhadores apropria-se do processo produtivo, sendo capaz de controlá-lo e dirigi-lo. “Efetivadas estas alterações, a Comissão Interna se transforma em Conselho de Fábrica” (COUTINHO, 1981, p.30). Os Conselhos elevam o trabalhador, integrando o trabalhador ao coletivo. Gramsci concluiu que o Conselho de Fábrica constitui modelo do Estado proletário.

As comissões internas são órgãos de democracia operária que é preciso liberar das limitações impostas pelos empresários [...]. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã órgãos do poder proletário [...] (Ibid., p. 30).

Gramsci (2000), delimitando um sentido para intelectual, argumenta que o trabalhador se caracteriza por condições e determinadas relações sociais de trabalho não pelo que realiza. Em qualquer trabalho

existe um mínimo da atividade criadora, portanto, intelectual. Assim como o empresário possui caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por seu caráter intelectual, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam a posição do empresário na indústria, para Gramsci o que está intrínseco nas atividades intelectuais é a forma como se relacionam socialmente, por isso considera que todo o homem é intelectual, embora nem todos os homens tenham na sociedade a função de intelectuais. Estes devem conectar-se a todos os grupos sociais, mas acima de tudo, aos mais importantes, garantindo-lhes consistência. Uma característica importante das classes dominantes é a apropriação e aquisição “ideológica” dos intelectuais tradicionais, ações rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Faz-se necessário analisar como ocorreu o processo histórico real de formação dos intelectuais e, para Gramsci (2000), duas formas interessam para demonstrar o poder dos intelectuais na sociedade. Primeiramente, todo grupo social com função essencial dentro de um determinado bloco econômico, cunha para si intelectuais que lhe dão unidade, efeito a expandir-se também para o campo político e social.

O empresário capitalista cria para si intelectuais especialistas aptos, com habilidade de dirigente e técnica. Capacidade técnica não apenas em sua área, mas também em atividades mais próximas da produção econômica, tornando-se um “organizador” de confiança para os que investem em sua companhia” (GRAMSCI, 2000, p.1). Além disso, parte deles deve estar capacitada a organizar a sociedade em geral, incluindo a estrutura estatal, a fim de criar condições favoráveis para o desenvolvimento de sua classe.

[...] os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu a luz (GRAMSCI, 2000, p.2).

Para Semeraro (2006), a designação de intelectuais “orgânicos” e intelectuais “tradicionais” nasce da nova organização social, dada em determinado momento. Enquanto, para Gramsci os intelectuais

tradicionais estavam presos a uma formação socioeconômica superada, “incapazes de compreender o conjunto do sistema de produção e das lutas hegemônicas onde fervia o jogo decisivo do poder econômico e político”, fato que os excluía dos progressos da ciência, bem como das transformações em curso nas sociedades; os intelectuais “orgânicos” formavam um “organismo vivo e em expansão” (SEMERARO, 2006, p.134), simultaneamente ligados aos acontecimentos do mundo do trabalho, com organizações políticas e culturais mais avançadas na direção da sociedade.

Interligam-se a um projeto global de sociedade e com um Estado capaz de realizar a “conformação das massas”, para produzir tanto material quanto culturalmente o estabelecido pela classe no poder. Organizam uma concepção ético-política que os capacita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.

Conscientes de seus vínculos de classe exercem suas atividades no trabalho como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados, na sociedade civil para construir o consenso em torno da classe que defendem, na sociedade política para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social (SEMERARO, 2006, p.135).

O segundo ponto importante analisado por Gramsci (2000) ressalta que todo grupo “essencial” é consequência de um grupo econômico anterior, logo, categorias de intelectuais preexistentes que se tornam representantes da *continuidade histórica*. Como exemplo, Gramsci cita a mais típica, a categoria dos eclesiásticos que monopolizaram e ainda monopolizam, principalmente nos países ditos periféricos, por influência da presença jesuítica, serviços de suma importância como: “a ideologia religiosa (filosofia e ciência da época), a escola, a instrução, a moral a justiça, a beneficência, a assistência, etc.” (GRAMSCI, 2000, p.2).

Tal categoria de intelectuais estava organicamente ligada à nobreza e com ela dividiam o uso de terras e privilégios estatais. O monopólio das superestruturas por eclesiásticos foi exercido com lutas e

limites e, por isso, nasceram outras categorias, formando o que se denominou aristocracia togada, favorecida pelo poder do monarca e detentora de seus próprios privilégios – cientistas, filósofos não eclesiásticos, administradores, etc. Estes intelectuais tradicionais, devido ao seu sentimento de grupo e continuidade histórica, se consideram autônomos e independentes da sociedade.

Portelli (1977), valorizando o conceito de bloco histórico em Gramsci, discute sua articulação orgânica e a categoria de intelectuais como agentes da superestrutura, divergindo da ideia de “grandes intelectuais”.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos – entre governantes e governados -, é dada por uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, portanto saber (não mecanicamente, mas de forma viva) é somente então que a relação é de representação e que se produz o intercâmbio dos elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é: que se realiza a vida conjunta que, só ela, é a vida social: cria-se um bloco histórico (GRAMSCI, apud PORTELLI, 1977, p.83).

Dentre estes aspectos, o autor analisa o vínculo orgânico entre o intelectual, o grupo que ele representa e sua função no seio da superestrutura. Diferentes tipos de intelectuais possuem elo com determinada classe, ponto de intersecção entre eles, dimensão que estabelece o caráter orgânico entre estrutura e superestrutura, sendo responsabilidade dos próprios intelectuais a formação desse vínculo. Os intelectuais compõem um grupo social distinto, ligado à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico -, encarregados de organizar e conduzir a superestrutura, permitindo a essa classe unidade e direção do bloco histórico. Desta forma, os intelectuais ressaltam o “caráter dialético do vínculo orgânico” (PORTELLI, 1977, p.84).

Portelli considera, interpretando Gramsci, que os intelectuais não constituem uma classe, sendo ligados às diferentes classes, em que cada uma possui sua própria camada de intelectuais ou procura formá-la.

Porém, as camadas mais importantes e complexas de intelectuais originam-se das classes fundamentais que detêm o poder econômico. Os laços são mais estreitos, orgânicos, quando o intelectual nasce na classe que representa, formando as ditas “camadas superiores”.

[...] Os Moderados eram intelectuais já “condensados” pelo caráter orgânico de suas relações com os grupos sociais que expressavam (para toda uma série entre eles, já estava realizada a identidade do representante e do representado, o que significa que os Moderados eram uma vanguarda orgânica, real das altas classes: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, chefes de empresa, grandes agricultores ou administradores de empresas comerciais ou industriais etc.) (GRAMSCI, apudPORTELLI, 1977, p.85).

Dependendo da consciência de classe do intelectual, da forma como vislumbra sua identidade de representante e representado, pode ser considerado representante da classe onde se originou e não membro de tal classe: “o chefe da empresa - homem político aparecerá como o intelectual orgânico da burguesia e não como chefe da empresa; sua função predomina sobre sua origem social” (PIOTTE, apudPORTELLI, 1977, p.85).

Gramsci, segundo Semeraro (2006), rompeu com o senso comum de que os intelectuais constituíam grupo autônomo e independente, a partir de uma qualificação interior, percebendo as atividades desse grupo dentro do conjunto das relações sociais, diferente da visão de algo inerente a essas funções.

Conforme Portelli, a concepção orgânica do intelectual, em Gramsci, rejeita toda compreensão autônoma que considere os intelectuais categoria “cristalizada”, dimensionando-os como sujeitos às lutas dos grupos, aos movimentos da sociedade. Assim, expressam o movimento dialético, segundo o qual, qualquer grupo social dominante elabora sua própria categoria de intelectuais. A ligação orgânica entre o intelectual e a classe social que ele representa se expressa através da atividade exercida na superestrutura, a fim de tornar essa classe predominante e consistente. Todo grupo tem uma função essencial no

mundo da produção econômica, e cria, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais, sustentando a consciência de sua própria função, tanto no plano econômico quanto nos planos políticos e sociais.

Em se tratando de organicidade, Portelli delinea que, na visão de Gramsci, o intelectual tem autonomia em relação à estrutura socioeconômica, refletindo sua origem social. Os grandes intelectuais, ou parte deles, originam-se das grandes massas, das classes que auxiliam a classe dirigente, fruto de realidade histórica concreta em que camadas sociais formam ou “produzem intelectuais”. O intelectual não é uma “marionete” da classe que representa, visto que sua função cultural deve abarcar tanto a direção cultural como política, representando “a autoconsciência cultural, a autocrítica da classe dominante para unir-se a ela mais intimamente, para constituírem uma verdadeira superestrutura, e não apenas um elemento inorgânico e indistinto da estrutura econômica” (MACHIAVELI, apudPORTELLI, 1977, p.88). Quando esta autonomia não acontece, os intelectuais correm o risco de permanecer como a classe que representam, em um estágio econômico-corporativo.

Segundo Portelli (1977, p. 90), “os intelectuais orgânicos do novo bloco histórico, essencialmente os da classe fundamental, opõem-se aos intelectuais do antigo bloco histórico”, designados “tradicionais”, na visão de Gramsci, e que agregam as variadas camadas de intelectuais existentes antes do surgimento da nova classe fundamental. Porém, para que esta classe fundamental mantenha seu poder hegemônico, faz-se necessário absorver os intelectuais tradicionais ou extingui-los, visto estarem dispersos, ligados à massa social rural ou pequeno-burguesa das sociedades menores, ainda não transformadas ou postas em movimento pelo sistema capitalista.

Cada grupo social “essencial”, no momento em que emerge à superfície da história vindo da estrutura econômica precedente, de que exprime um dos desenvolvimentos, encontrou, pelo menos na história, tal qual se desenvolveu até hoje, categorias de intelectuais que existiram antes dele e que, além disso, aparecem como representantes de uma continuidade histórica que mesmo as mudanças mais complicadas e radicais das formas sociais e políticas não haviam interrompido (GRAMSCI, apud PORTELLI, 1977, p.90).

Semeraro (2006) versa que, para Gramsci, a organicidade dos novos intelectuais vincula-se à cultura, à história e à política das classes subalternas que se organizam para construir um novo projeto social. Este estudioso acredita que os escritos mais importantes de Gramsci tratam sobre a relação entre intelectuais e “povo-nação”, diferenciando intelectuais populares, que se envolvem com “garra” na vida das classes populares, de intelectuais convencionais, funcionais às elites e especializados em administrar e controlar a sociedade.

Enquanto os intelectuais convencionais estão preocupados com a centralização do poder, com um universalismo contemplativo e a coerção direta ou indireta, os intelectuais orgânicos às classes populares, em contraposição, se caracterizam pela democratização do poder, ampliação dos direitos, término da violência e da mentira. Ao tratar das contradições da sociedade e ao socializar o poder, os intelectuais populares criam uma nova forma de política fundada sobre o conceito de hegemonia, democracia, dirigentes de uma nova conformação social.

Todos são intelectuais, no entendimento de Gramsci (SEMERARO, 2006), pois não existe atividade humana sem intervenção intelectual. Todo indivíduo possui cultura ligada ao seu ambiente social e ao grupo ao qual pertence - existe uma concepção de mundo inerente a todos os indivíduos, portanto, a capacidade intelectual pertence a toda coletividade e o exercício da intelectualidade torna-se dialético, numa relação de reciprocidade entre sujeitos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

Na III *tese sobre Feuerbach* Marx havia apontado para a relação recíproca transformadora entre circunstâncias e educação. Mas Gramsci explicita e aprofunda essa inseparável relação dialética entre intelectual e mundo circunstante, entre estrutura e superestrutura, entre o que está dado e a iniciativa de sujeitos organizados, de modo a gerar uma “catarse” pessoal e social, um processo de subjetivação ético-política que caracteriza a construção do conhecimento e a prática de ensino-aprendizagem coletivo [...] (GRAMSCI, apud SEMERARO, 2006, p.138).

Gramsci (2000) acredita que uma das características mais importantes do grupo dominante é a luta por apropriação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, célere e eficaz quando o grupo cria seus próprios intelectuais orgânicos. A organização escolar resultante da sociedade medieval mostra a importância adotada no mundo moderno por categorias e funções intelectuais, pois além da ampliação da intelectualidade do indivíduo, multiplicaram-se as especializações, aperfeiçoando-as. O autor observa que, assim como podemos medir o grau de desenvolvimento de uma sociedade pela sua capacidade industrial, também podemos fazê-lo com relação à educação.

A complexidade da função intelectual pode ser medida pela quantidade de escolas existentes em um país: quanto mais abrangente o nível de escolaridade, em termos de instituições e graus de hierarquização, mais complexo torna-se, o mundo cultural e a civilização de um Estado, sendo indissociável, neste caso, a quantidade e a qualidade. Para o estudioso deve-se unir a especialização técnico-cultural com a máxima ampliação da instrução primária, em ação de continuidade dos estudos no nível intermediário, a fim de criar uma base para as mais altas qualificações intelectuais. Porém, de acordo com Gramsci (2000), corre-se o risco de crises de desemprego para os níveis médios, como ocorre em todas as sociedades modernas.

A elaboração de grupos de intelectuais ocorre em processos clássicos consolidados (GRAMSCI, 2000), “produzindo” intelectuais conforme necessidades econômicas e aspirações distintas, resultando em diferentes ramos de especialização intelectual. Segundo Portelli (1977), para Gramsci, cada modo de produção tem uma classe fundamental, um tipo de intelectual, estabelecido e modificado de acordo com o desenvolvimento de cada país e suas peculiaridades, frente transformações do capitalismo.

Gramsci (2000) apresenta a relação “mediatizada” entre os intelectuais e o mundo da produção, em diferentes níveis, por toda malha social. Pode-se medir a “organicidade” dos estratos intelectuais, sua conexão com os grupos fundamentais, pelo conjunto de “dois planos superestruturais” formados pela sociedade civil. Organismos ditos “privados” desempenham função de “hegemonia” que o grupo dominante deve exercer sobre toda a sociedade, enquanto a sociedade política ou

Estado, com poder de domínio ou coerção, expressa-se no governo jurídico - do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Estes dois planos apresentam funções organizativas e conectivas.

Os intelectuais são os responsáveis, designados pelo grupo dominante, para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, obtendo consenso das grandes massas a orientações e concepções da classe dominante, aceitação que nasce, historicamente, do prestígio obtido em virtude de sua posição e função no mundo da produção. O apoio do governo político assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não ‘consentem’” (GRAMSCI, 2000, p.6).

Gramsci analisa que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal abre espaço para a divisão do trabalho, a uma gradação de qualificações, assim como, também é inerente à atividade intelectual ser diferenciada em diversos graus. Em momentos de oposição há uma diferença em termos de qualidade, sendo que, no mais alto grau, estão os criadores das ciências, da filosofia, das artes, etc., e no mais baixo, administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, semelhante à forma do organismo militar - oficiais subalternos, oficiais superiores, cabos, sargentos, etc.

“No mundo moderno, a categoria dos intelectuais ampliou-se, a formação em massa uniformizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, produzindo a concorrência, desemprego, superprodução escolar, emigração entre outros efeitos” (GRAMSCI, 2000, p.7). O ponto importante, para Gramsci, é a distinção entre intelectual orgânico e intelectual tradicional. Primeiramente, é preciso analisar, sob o ponto de vista do partido político, o problema dos intelectuais: para alguns grupos sociais, o partido político é responsável pela formação dos seus próprios intelectuais orgânicos, “devido às condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente do campo político e filosófico e não do campo técnica produtiva” (GRAMSCI, 2000, p.9).

No campo da técnica produtiva formam-se camadas, relacionadas a operários qualificados e especializados na cidade, por exemplo. Outro fator envolve o partido político que, “para todos os grupos é o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante e intelectuais tradicionais” (GRAMSCI, 2000, p.10). Tal grupo retira elementos do

agrupamento econômico, transformando-os em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de atividades e funções intrínsecas ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.

A função do partido político, nesse sentido, é diretiva, organizativa, educativa e intelectual, compreendendo que um comerciante não entra num partido político para comerciar, nem o camponês para aprender a cultivar a terra. “No partido político, os indivíduos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (GRAMSCI, 2000, p.10). A questão do partido político torna-se evidente sob estudo profundo de como se formaram categorias orgânicas e tradicionais de intelectuais, considerando as peculiaridades de cada nação, bem como seus grupos sociais mais importantes.

Conforme Gramsci (2000), a formação dos intelectuais tradicionais constitui problema histórico, desde o período clássico, conectado à escravidão e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano. Após a queda, novos embates sociais, com o desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica, exercendo o monopólio da direção cultural, eram impostas penalidades cruéis a quem se opunha aos seus princípios. A formação dos intelectuais tradicionais tem suas especificidades segundo cada região do mundo, onde sistemas vão se engendrando, conforme as características sociais.

Na América do Sul e Central deve ser levado em conta que inexistente uma ampla categoria de intelectuais tradicionais. Na base de desenvolvimento destes países estão os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizados pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações, ainda hoje, são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma de metrópole europeia. A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas. Em oposição ao jesuitismo, sofrem influência da Maçonaria e do

tipo organizacional cultural, como a “Igreja Positivista” (GRAMSCI, 2004, p.15).

Na civilização moderna as atividades práticas tornaram-se complexas e as ciências mesclaram-se sobremaneira à vida, sendo que “cada atividade prática tende a virar uma escola para os seus dirigentes e especialistas, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinem nestas escolas” (GRAMSCI, 2000, p.17). Em contraposição ao tipo de escola chamado “humanista”, preocupado em ensinar uma cultura geral, indiferenciada, em que o indivíduo deve pensar e saber orientar-se na vida, foram sendo criadas, gradativamente, escolas particulares de diferentes níveis, para profissões especializadas.

A crise escolar espalhada por este processo de diferenciação e particularização aconteceu de modo desordenado, “sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido” (Ibid., p.17). Os problemas na organização escolar e no seu programa refletem a crise orgânica mais ampla e geral de orientação geral de formação dos modernos quadros intelectuais.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial tanto na cidade como no campo, gerava a crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual) o que pôs em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada na tradição Greco-romana (GRAMSCI, 2000, p. 18).

A tendência atual (Ibid., p. 18)propõe extinguir todas as escolas de cunho humanista e disseminar aquelas nas quais “o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados”. A crise poderia ser solucionada, segundo o autor, se existisse uma escola de cultura geral,

humanista, que compensasse a capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Gramsci (2000) acredita que, dentro desta perspectiva de desenvolvimento, cada atividade prática pode criar escolas especializadas para si, assim como cada atividade intelectual também tende a criar círculos próprios de cultura em forma de instituições pós-escolares, interessados em manter-se informados sobre os avanços científicos de suas respectivas áreas.

Uma teoria do conhecimento a partir do ponto de vista dos interesses das classes subalternas, para Gramsci, não significa que estas possuam uma verdade pré-concebida, mas que, assim como todo grupo social almejando hegemonia, particularmente em se tratando de classes populares, vivenciam “processo de construção de sua identidade, de sua intelectualidade e por uma educação que exige a construção de um saber mais avançado e socializado” (SEMERARO, 2006, p.21).

Compreender o papel dos intelectuais demanda perceber como se constrói, em Gramsci, uma “metodologia da história”, pois diferentemente das ciências físicas ou naturais, nas ciências sociais, as lutas históricas manifestam-se em processo objetivo, real, mas também carregam subjetividades, evidenciando lutas de homens que agem e constroem-se organizados e voluntariamente dentro de um processo histórico.

[...] Portanto, não é possível separar o conhecimento da vontade, a ciência da posição social e dos pressupostos teóricos que orientam os atores e os próprios cientistas. Esta relação dialética, defendida pela filosofia da práxis quando conscientemente reconhecida e politicamente assumida, pode ampliar ainda mais os horizontes da ciência e da compreensão histórica (SEMERARO, 2006, p.25).

Para Gramsci (1999, p. 92), todos os homens são filósofos, mesmo que inconscientemente, por isso é preciso demarcar as peculiaridades desta “filosofia espontânea”, própria do ser humano, em filosofia marcada na linguagem, constituindo “conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras

gramaticalmente vazias de conteúdo, no senso comum e no bom senso, bem como na religião popular e, por conseguinte, no complexo de crenças, superstições, opiniões, modos de ver” e agir. Desta constatação, importa analisara crítica e a consciência do seguinte problema:

[...] é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na “atividade intelectual” do vigário ou do velho patriarca, cuja “sabedoria” dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1999, p.92-93).

A partir do momento em que a compreensão do mundo não é crítica e coerente, mas fortuita e fragmentada, para Gramsci, ajustamo-nos concomitantemente a uma diversidade de “homens-massa”, neste caso nosso caráter é matizado de forma grotesca, por diferentes princípios, desde os mais atrasados até a ciência mais moderna e progressista. Analisar a própria construção do mundo requer crítica a “toda filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular” (GRAMSCI, 1999, p. 93).

O princípio da concepção crítica é a tomada de consciência de que somos resultado de um processo histórico marcado por uma miríade de “traços acolhidos sem análise

crítica” (GRAMSCI, 1999, p. 94). Portanto, filosofia e história da filosofia, assim como cultura e história da cultura não podem ser dissociadas. Para o autor, criar uma nova cultura significa propalar “criticamente verdades já descobertas, [...] e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1999, p. 95).

Na visão do estudioso, não existe filosofia em geral, mas diversas filosofias ou concepções de mundo, possibilitando escolha.

Como ocorre esta escolha? É esta escolha um fato puramente intelectual, ou é um fato mais complexo? E não ocorre frequentemente que entre o fato intelectual e a norma de conduta exista uma contradição? Qual será, então, a verdadeira concepção do mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política? Este contraste entre o pensar e o agir, isto é, a coexistência de duas concepções do mundo, uma afirmada por palavras e a outra manifestando-se na ação efetiva, nem sempre se deve a má-fé. A má-fé pode ser uma explicação satisfatória para alguns indivíduos considerados isoladamente, ou até mesmo para grupos mais ou menos numerosos, mas não é satisfatória quando o contraste se verifica nas manifestações vitais de amplas massas: neste caso, ele não pode deixar de ser a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social. Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional — isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico —, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a

afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos. Deve-se, portanto, explicar como ocorre que em cada época coexistam muitos sistemas e correntes de filosofia, como nascem, como se difundem, por que nessa difusão seguem certas linhas de separação e certas direções, etc. Isto mostra o quanto é necessário sistematizar crítica e coerentemente as próprias intuições do mundo e da vida, fixando com exatidão o que se deve entender por “sistema”, a fim de evitar compreendê-lo num sentido pedante e professoral. Mas esta elaboração deve ser feita, e somente pode ser feita, no quadro da história da filosofia, que mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos e qual foi o esforço coletivo necessário para que existisse o nosso atual modo de pensar, que resume e compendia toda esta história passada, mesmo em seus erros e em seus delírios, os quais, de resto, não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem ainda se reproduzir no presente e exigir novamente a sua correção (GRAMSCI, 1999, p.96-97).

A filosofia, em termos populares – “tomar as coisas com filosofia” -, como analisa Gramsci (1999), remete à conformação e à renúncia. Um dos problemas cruciais das filosofias imanentistas envolve a ausência de criação de unidade ideológica entre os simples e os intelectuais, fato presente no tema da escola, pois destas filosofias não se originou uma opinião tampouco projeto que sobrepusesse a religião na educação infantil. Desta forma, percebemos a falácia pseudo-historicista defendida por pedagogos ateus, que admitem o ensino da religião por ser a filosofia da infância da humanidade.

O idealismo também compõe movimentos culturais de “ida ao povo”, positivados nas chamadas Universidades populares e instituições semelhantes, pois, apesar de suas noções confusas, tiveram sucesso quando revelaram, por parte das camadas populares, um real comprazimento e vontade eminente de “uma forma superior de cultura e de concepção do mundo” (GRAMSCI, 1999, p. 100). A relação de organicidade de pensamento e consistência cultural entre intelectuais e classes populares é proporcional à unidade entre teoria e prática, ou seja, “se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituir-se-iam assim um ‘bloco cultural e social’” (Ibid., p100).

Um movimento filosófico pode ser assim considerado a partir do momento em que procura desenvolver trabalho de construção de concepção que supere o senso comum. Cientificamente coerente, em contato com os “simples”, os problemas devem ser estudados e resolvidos, tornando a filosofia histórica, decantando a elaboração individual dos movimentos intelectuais e transformando-a em vida.

Com base em Gramsci, na filosofia sobressaem-se claramente os traços de construção individual do pensamento, enquanto no senso comum os traços são generalizados e disseminados em forma de pensamento comum, sobre determinado período, em determinado ambiente popular. Percebendo que “toda filosofia tende a se tornar senso comum de um ambiente, ainda que restrito (de todos intelectuais)” (GRAMSCI, 1999, p.100), compete arquitetar uma filosofia que, possuindo espargimento ou conexão à vida prática e latente, converta-se em senso comum restaurado com a lógica e a vitalidade das filosofias individuais, fato que exige o permanente contato cultural com os mais “simples”.

A filosofia da práxis, inicialmente apresenta-se em ação de disputa e crítica, como sobrelevação da forma de pensar progressa e do pensamento cultural vivo e, preliminarmente, como crítica do “senso comum”, considerando-se que no próprio senso comum “‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente” (GRAMSCI, 1999, p.100).

Segundo Semeraro (2006), a filosofia da práxis trabalha para além do objetivo, das aparências e dos números. Para Gramsci, cingir-se a uma “classificação exterior e a uma matemática social”, retira dos

homens a característica de sujeitos ativos portadores de vontade e de ação. Isso significa, em prejuízo da sociedade, crer que não existe ação política e espaços de liberdade, criatividade, enfim, de decisões que requeiram responsabilidade e transformações inesperadas, no lugar do conformismo e dos comportamentos mecânicos. A ciência está em contínuo desenvolvimento, busca representações e teorias para se expressar, e as representações são produtos da construção humana, nascidas de práticas científicas, sociais e interesses políticos. Portanto, conceitos e categorias são criados e organizados dentro de valores e relações estabelecidas por grupos sociais e suas conexões entre si.

Após os anos de 1970, em novo ciclo do capitalismo, aconteceram grandes transformações em processos produtivos, práticas políticas e função dos intelectuais (SEMERARO, 2006). Com as modificações ocorridas no campo do trabalho, devido ao processo de informatização e da microeletrônica, as categorias dos trabalhadores e as organizações em massa diminuíram. Tais mudanças, que aconteceram em velocidade voraz, além da diversificação na produção que fragmenta ações de trabalhadores e esconde formas de dominação, tornaram mais difícil a compreensão da realidade e os mecanismos tradicionais de lutas políticas.

O capital com sua nova face de financeirização e flexibilização, por meio da “indústria cultural”, colocou o conhecimento aos desígnios da produtividade e do mercado, escamoteando assim, praticamente, todas as esferas da vida social.

[...] Difuso por toda a parte, parece ter chegado a realizar seu sonho mais ambicioso: tornar-se poder pessoal, “inconsciente social”, máquina que marcha por própria conta, separando do trabalho vivo e do incômodo das revoltas operárias. Sem rosto e sem lugar, o novo soberano hoje, se impõe feito oráculo hermético pelos indicadores econômicos anunciados todos os dias e por um dilúvio de informações que anulam a reflexão e a interlocução. Longe dos problemas da emancipação humana e imune às investidas da política, essa forma de poder encontra sua lógica mais acabada na cultura pós-moderna que aprofunda o processo de esvaziamento do concreto

pelo abstrato, reduzindo-o à invisibilidade e ao simulacro (SEMERARO, 2006, p.140).

Cada vez menos discute-se o intelectual “orgânico”, de classes trabalhadoras, “militantes” e educadores populares. Sob o domínio do neoliberalismo na economia -pautado no Estado mínimo para o social e voltado fortemente para o mercado -, e da pós-modernidade na cultura, os intelectuais foram desarticulados do chão de fábrica e dos movimentos de massas, vinculando-se ao “campo do marketing, da estética e do fantasmagórico cenário da ‘vídeo-esfera’”. Portanto, a crise do intelectual orgânico manifesta-se, além do avanço tecnológico, pelo desmantelamento dos “sujeitos coletivos”, pela relativização dos valores públicos, pela derrota do comunismo e pelo revisionismo imposto às revoluções” (SEMERARO, 2006, p.141).

Hoje, segundo Semeraro (2006), a categoria dos intelectuais alastrou-se em mídias, publicidades, entretenimentos, organizações não governamentais (ONGs), serviços administrativos e controles do sistema, tendo, desta forma, reconfigurado seu papel dentro de contraditória vida política e atividade intelectual. Assim, o intelectual político-pedagógico vinculado à escrita, à escola, ao partido e às organizações populares parece desaparecer.

Porém, as novas ferramentas à disposição dos intelectuais devem ser utilizadas de forma criativa, pois mesmo Gramsci, em seu tempo, discutia o novo criticamente. Para este pensador, o trabalhador acompanha a evolução do mercado, tornando-se especializado, do mesmo modo, o intelectual precisa atualizar-se desenvolver pesquisas sem deixar-se mecanizar ou escravizar pelo sistema. “Não é suficiente defender-se do risco da revolução passiva inerente a toda modernização” (SEMERARO, 2006, p. 144), necessitando aos intelectuais buscar limites mais avançados do conhecimento e da tecnologia, sem perder a referência às lutas hegemônicas de sua classe, utilizando-ase favor das classes populares. Mesmo com as complexidades da contemporaneidade, os ensinamentos de Gramsci guardam sua atualidade, distinguindo intelectuais “funcionais” e intelectuais “orgânicos”, estes preocupados em superar dificuldades impostas pelo sistema vigente.

Semeraro aponta que na “guerra de posição¹³” da atualidade, os intelectuais orgânicos ao sistema neoliberal, cujo capital trabalha apenas para expandir mercados e forjar mentes, mais do que orgânicos são funcionais às classes dominantes, não à comunidade e ao Estado. Consistem em fiéis guardadores do poder, incapazes de autocrítica do grupo que representam e de lançarem projetos de alcance ético-político. Em contrapartida, os intelectuais orgânicos articulados às classes dos dominados, acreditam na “verdade revolucionária” (SEMERARO, 2006, p.146), preocupados em formar consciências críticas e construir um “bloco histórico” pautado numa relação dialética entre estrutura e superestrutura, economia e cultura, entre sociedade civil e sociedade política, visando uma relação horizontal entre governantes e governados, além de superar a separação entre intelectuais e massa. Estes intelectuais, assim como Gramsci, expõem que:

¹³ A hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: decorre uma revolução passiva, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e, através da organização corporativa, introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, acentuando a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizaram as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. Um esquema, traduzido em prática, medida e formas, tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa de pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais. Esta ideologia serve como elemento de “guerra de posição” no campo econômico internacional (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam a guerra de movimento), assim como a “revolução passiva”, no campo político. Na Europa, de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição, de 1815 a 1870; na história contemporânea, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição, cujo representante, além de prático (para a Itália) e ideológico (para a Europa), é o fascismo.

A filosofia da práxis não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria história de tais contradições; não é o governo de grupos dominantes para ter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; mas é a expansão destas classes que querem educar a si mesmas para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, também as desagradáveis, e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e até de si mesma (GRAMSCI, Q10, 1320, §40, apud SEMERARO, 2006, p.146).

Marx, em seu tempo, indicava os horrores do capitalismo e a existência de uma verdade impossível de ser escondida (SEMERARO, 2006). Aodesconsiderar a história humana na sua totalidade e usar subterfúgios para esconder contradições acentuadas, os intelectuais do sistema afiançam a hegemonia do grupo ao qual pertencem. A implicação do intelectual com as lutas sociais não pode ser substituída por mídias, assim como nenhuma reorganização educativa substitui a relação mestre-aluno e nenhuma propaganda eleitoral a ligação do partido com a realidade de suas bases. Em uma sociedade sem projeto como a nossa, seus intelectuais se afastam de outra característica fundamental presente em Gramsci: o reconhecimento do saber popular, a construção democrática e coletiva de um projeto público de sociedade.

Os conceitos de “orgânico” e “ético-político”, para Gramsci, ligam-se estreitamente à universalização da democracia popular, necessária construção de hegemonia capaz de envolver numa só unidade subjetividades individuais e “vontade coletiva”, transformando em liberdade a necessidade, em processo de “catarse”, subjetivação, ponto de partida de toda a “filosofia da práxis”.

Então, em Gramsci, os intelectuais são “orgânicos” a um partido, a um grupo social, ao estado enquanto trabalham para superar o momento “econômico-corporativo” e o momento jurídico-administrativo e se lançam ao lado dos “subalternos” para criar a fase da universalidade

“ético-política” (GRAMSCI, Q13, 1584, §6, apud SEMERARO, 2006, p.149).

Semeraro (1999) interpreta que, para Gramsci, o ponto de partida e de chegada é a liberdade e o benefício do indivíduo. A sociedade civil constitui espaço onde os indivíduos “privados” de sua dignidade e fragmentados em suas atividades podem encontrar condições para construir subjetividades e individualidade. Organizados livre e criativamente, os sujeitos desenvolvem potencialidades individuais, aliadas a dimensões públicas e coletivas, construindo caminho do ser particular para o ser social.

O indivíduo, mesmo que dono de suas decisões, jamais é visto como centro autônomo ou autossuficiente, mas dentro de um contexto social, como sujeito interligado com outros sujeitos livres, com os quais se defronta e constrói consensualmente a vida em comum. Desta forma, para o indivíduo não pode existir uma liberdade individual desvinculada da realidade social. O “conceito de liberdade também não pode ser assimilado a alguma forma de liberalismo metapolítico, universalístico e meta-histórico” (GRAMSCI, 1997, apud SEMERARO, 1999, p.160).

Um dos traços mais marcantes de Gramsci foi compor a sociabilidade e a disciplina com a subjetividade livre e criativa do indivíduo, relacionando a dialética entre liberdade e necessidade, entre utopia e realismo, entre indivíduo e homem-coletivo. A liberdade individual, na visão de Gramsci, não termina onde começa a dos outros, mas se desenvolve ainda mais quando se encontra com a dos outros.

1.2 ALGUNS PENSADORES DO SÉCULO XX: INTELECTUAIS, POLÍTICA, DIFUSÃO DAS PALAVRAS E MÍDIA

[...] Assim como o meio do poder político é sempre em última instância a posse das armas e o meio do poder econômico é a acumulação de bens materiais, o principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de ideias por meio da palavra, e com a palavra, agora sempre é mais a imagem (BOBBIO, 1997, p. 12).

Compete destacar o poder de “difusão da palavra” entre as sociedades. Em algumas, por meio de sermão na igreja, comício em palanque na praça, em outras, diariamente, despontam inúmeros jornais, panfletos, livros e organizam-se conferências e debates. A todo momento, através do rádio e da televisão busca-se, pelo discurso, sugerir a conduta de quem lê ou escuta, seduzindo a proceder de uma maneira ou de outra (BOBBIO, 1997).

Para Nogueira (2004), o mundo, repleto de novas significações, infenso, desprovido de valores e certezas, demanda ação de intelectual hábil na colisão de fragmentos da realidade social que a globalização se encarrega de desintegrar. A época é difícil, pois política e cultura sedimentaram-se e o universo da cultura digital, das “tecnologias da inteligência”, desafia ideias, impondo uma sociedade global desprovida de contrastes, conformada com a realidade posta e ausente de críticas. De acordo com o autor, maus governos não resultam em violência e exclusão social. A nulificação do contrato social posta por dificuldades de vida, fragmentação dos intelectuais e propagação de ilusão técnica destroem valores e formas de coexistência. A política sob a tutela dos especialistas retira o protagonismo dos cidadãos.

Para Santos, o ponto positivo da globalização é a possibilidade de outras visões de mundo, a partir de diferentes lugares, e que todas as culturas são capazes de ensinar. O problema no Brasil foi acreditar na supremacia da cultura americana ou europeia, sem procurar uma compreensão do mundo a partir das particularidades locais, que modificaria também a interpretação do nosso lugar. Além disso, “raramente alcançamos universalidade ou universalismo, ficando unicamente internacionais, sem chegarmos a ser universais” (SANTOS, 2004, p.172).

No que se refere ao tema da relação entre intelectuais e política, Norberto Bobbio (1997) coloca uma delimitação ética de política dos intelectuais. Não se trata, segundo suas palavras, de um discurso analítico e sim normativo, prescritivo: o problema não é saber se “os intelectuais são rebeldes ou conformistas, livres ou servís, independentes ou dependentes, mas trocamos algumas ideias sobre o que os intelectuais que se reconhecem em uma determinada parte política fariam ou deveriam fazer” (BOBBIO, 1997, p.69-70). Conhecer a realidade dos fatos evita generalizações falsas e polêmicas e, ademais, a matéria do discurso é de fundamental importância, pois a questão é saber: Qual

influência as ideias exercem sobre as ações? Esta influência existe? Em que medida?

Refletir a respeito da delimitação dos sujeitos do discurso, na relação entre política e cultura, demanda entender dois tipos significativos de intelectuais: os *ideólogos e os expertos*¹⁴, distinção importante, mesmo compreendendo a posição dupla de alguns. Porém, de forma objetiva, na dimensão política em questão, existe uma função diferenciada entre um e outro, marcada por distinta tarefa enquanto “criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos politicamente relevantes e a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político” (BOBBIO, 1997, p.72). Trata-se de características *sine qua non*, permitindo ultrapassar o senso comum sobre o papel dos intelectuais.

Assim como existem ideólogos agindo para o consenso dos “poderosos do dia”, também existem os que trabalham para o dissenso. Enquanto uns trabalham para o *príncipe*, outros aconselham o inimigo do *príncipe*, que poderá tornar-se o *príncipe* futuro; estes desempenham o papel de *expertos*. Toda a ação política é entendida como “ação do sujeito principal do agir político na sociedade de massa, que é o partido -, tem necessidade por um lado, de ideias gerais sobre os objetivos a perseguir”, “princípios”, “valores”, “ideais” ou “concepções de mundo” (BOBBIO, 1997, p.73). Em âmbito diverso, existem conhecimentos técnicos de suma importância para solucionar problemas cuja solução não basta a intuição do político puro.

O historiador delinea a ausência de fórmula para o posicionamento dos intelectuais no que se refere a “autonomia relativa da cultura com respeito à política”, fator variável de acordo com as circunstâncias e a interpretação individual. Em um modelo ideal:

[...] a conduta do intelectual deveria estar pautada por uma intensa vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de “o elevado rumor da história do mundo”, mas ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar

¹⁴ Por ideólogos, Bobbio (1997) entende aqueles que proporcionam princípios-guia, e por expertos, os que fornecem conhecimentos-meio.

completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem. *Indipendenza ma non indifferenza* [Independência, mas não indiferença] (BOBBIO, 1997, p. 79).

Sentido análogo utiliza-se para a expressão “autonomia relativa da política”, pois, nos dias atuais, discursa-se sobre autonomia relativa da política em relação às esferas econômicas, para afirmar que a esfera do político não pode, nem deve ser reduzida ao econômico¹⁵, contrapondo-se ao marxismo vulgar. No que diz respeito à autonomia da cultura, Bobbio ressalta que esta, no sentido mais amplo, forma ideologias e produz conhecimentos, não reduzidos ao político – tampouco com a finalidade de reduzir esse político –,demandando, assim, crítica. “Certo ou errado é sempre meu partido” (Ibid., p. 80). Trata-se de transcender a política continuamente, apesar de reconhecer sua função indispensável.

A diferença hoje, não envolve apenas intelectuais orgânicos e não orgânicos e sim intelectuais organizados e não organizados, importando distinguir ideólogos e expertos. Os intelectuais devem organizar-se, pois um **partido** precisa tanto de ideólogos quanto de *expertos*, embora para questões distintas. O questionamento proposto por Bobbio é: Organizar os intelectuais para que? Porém, os pontos que remetem a organização dos ideólogos levam a questão de “qual socialismo”? E aos expertos: Qual universidade? Ambas as questões estão interligadas, porém em tempos diversos.

¹⁵ Reflexão de Federico Losurdo, PhD, pesquisador em Direito Constitucional do departamento de Direito da Universidade de Urbino em um curso ministrado na Universidade Federal de Santa Catarina, entre os dias 25 e 27 de outubro de 2016, em Florianópolis, intitulado *Ascensão e queda do Estado Social europeu: elementos para pensar a crise brasileira*. Neste curso, o constitucionalista italiano demonstrou, através da análise das Constituições de vários países, como o projeto neoliberal introduziu a Constitucionalização da política macroeconômica, criando uma autonomia entre esfera econômica e esfera política – imperativo da competitividade. O Brasil segue estes pressupostos do constitucionalismo financeiro cujos argumentos ideológicos defendidos são: o Estado não pode gastar dinheiro facilmente, lutas intergeracionais, separação entre Constituição econômica e Constituição política. Dentro desta ideologia liberal o Estado assume a função concorrencial de mercado – *laissez-faire* (Informação verbal).

Há pontos duradouros e temas passageiros, questões abertas, como as que dizem respeito à crise dos valores dominantes, e outras fechadas, relacionadas à crise desta ou daquela instituição. Um partido capaz de respostas apropriadas deve saber questionar, indicar um norte, mas não predeterminar o caminho. Na concepção de Bobbio (1997), o partido apropriado para respostas é o Partido Socialista,¹⁶ por ser menos ortodoxo aos textos sagrados e menos vinculado a matriz cultural, mesmo que acusado de revisionista – incriminação indevida, na concepção do autor, dada a necessidade contínua de rever as próprias visões de mundo. Perante a descredibilidade do socialismo, torna-se necessário princípios para além da controvérsia soviética. Bobbio mantém firme convicção de que, apesar da difícil experiência soviética, socialismo e democracia são inseparáveis.

Retornar aos princípios. Parece-me uma tarefa digna do “clérigo”, como diria Benda. Mas o retorno aos princípios não basta. É preciso fornecer os instrumentos necessários para realizá-los em um mundo complicado [...] Uma tarefa imensa e magnífica, se não fossemos a cada dia atormentados pelo demônio da violência que ameaça destruir tudo, a começar daquele pouco de democracia que fomos capazes de conquistar contra o fascismo e de defender contra os nossos inimigos internos, e que é a condição mínima e necessária para que a tarefa possa ser perseguida [...] a única via de salvação é o desenvolvimento da democracia, rumo àquele controle dos bens da Terra por parte de todos e à sua distribuição igualitária que se chama socialismo, de modo a que não existam mais de um lado os poderosos e de outro os enfraquecidos (BOBBIO, 1997, p.90).

Santos (2004) responde à pergunta de Bobbio afirmando que hoje o conhecimento global manifesta-se por meio de parcialidades. Por isso, deve-se ter consciência que o trabalho do intelectual e do educador, a partir da universidade, é fragmentário e fragmentador, pois visões

¹⁶ Norbert Bobbio refere-se ao Partido Socialista Italiano.

segmentadas reduzem o campo de possibilidades do todo, impedindo compreensão abrangente. Essa fragmentação avança e, ser intelectual no mundo contemporâneo significa incorporar o partido do progresso, em atenção aos pobres e às minorias. O intelectual deve ater-se à questão da totalidade, do movimento, do processo, para manter-se atento e autêntico, desvincilhando-se de conceitos estabelecidos, tornados respeitáveis, mas falsos. Atualmente, a globalização dificulta inclusive a definição de conhecimento, demandando precaver-se quanto à instrumentalização do trabalho intelectual imposta por militâncias, mercado, política, público, mídia e carreira.

O mercado estabelece nexos exteriores aos seres humanos, premissas do trabalho realizado na academia, forma hierárquica em relação ao saber indispensável para o conhecimento, mas, que não pode se transformar em carreirismo, ausência de criticidade e visão da totalidade. Criadouro da efervescência intelectual, para além de burocracias, a universidade requer capacidade crítica, compreensão do mundo e possibilidades de transformações. O papel do intelectual no mundo contemporâneo, onde a vida intelectual permanece em torno de clãs, requer percepção sobre si, os outros e a formação social (SANTOS, 2004).

No que tange à presença da cultura e da responsabilidade dos intelectuais, Bobbio (1997) demonstra que a cultura, nos dias atuais, persiste, por vezes calorosa, viva e atual, sobre o trabalho e a responsabilidade dos intelectuais. É preciso perceber também a mudança nas dimensões do conjunto de questões das relações entre os intelectuais e a política, problemática renovada sempre que um ato político é atravessado por uma ação que evade os planos normais, em função da multiplicação dos meios de comunicação e dos públicos por eles atingidos. Do que os intelectuais dispõem na sociedade contemporânea “para exercer o poder que lhes é próprio? O poder ideológico” (BOBBIO, 1997, p. 95). Hoje os intelectuais têm espaços amplificados, de expansão de ideias, como um artigo publicado em jornal ou revista, uma aparição na televisão, alcançando ser lido ou visto por milhares de pessoas. O público que assiste ou lê as ideias de um intelectual ampliou-se demasiadamente, galgando cidades, países, a internacionalização.

A relação dos intelectuais com o poder faz-se tumultuada, pois os homens de poder distinguem propósitos de filósofos e políticos na tentativa de sujeitar intelectuais ou, quando da oposição destes, impedi-

los de causar prejuízo. Por outro lado, os intelectuais reiteradamente propalam sua superioridade sobre os políticos, visto que os julgavam dedicados aos feitos unicamente práticos, que “devem comprometer-se com as debilidades, e às vezes também com as perversidades das multidões” (Ibid., p.93). A esse desdinho, o político posicionou-se de forma a ouvir os sábios, mas deliberar por si mesmo e a seu modo.

Bobbio não nega o poder da inteligência em todas as suas manifestações, da filosofia às ciências, do pensamento utópico ao saber técnico, da ideologia e das várias formas da criação artística. Atendo-se à ciência como forma de saber teórico e à ideologia como um saber que tem por finalidade proposição e justificação de ideais práticos, nos dias atuais é perceptível e inegável que o poder da ciência “chegou ao ponto de interromper ou mesmo inverter o curso da natureza ou de fechar para sempre o curso da história” (BOBBIO, 1997, p.96).

No que tange à ideologia, sempre serão insuficientes as reflexões sobre o evento de que cruzamos um momento histórico no qual “povos inteiros são guiados por uma doutrina dominante, como ocorre nos países em que o poder político tira força e consenso do uso monopolista do poder ideológico” (Ibid., p.96). Importa refletir sobre o poder da inteligência humana na atualidade e como as demais formas de poder produzem efeitos perversos quando descontroladas ou ilimitadas. Trata-se de discutir aumento de poder e ampliação de responsabilidades.

Poder e responsabilidade formam relação fundamental da filosofia política. Na concepção de Bobbio (1997), Max Weber captou, aprimoradamente, a diferença entre os que agem com base em princípios, critérios, com vista às consequências, articulando o resultado de suas ações e, por antítese, aqueles que atuam em proveito próprio ou para obedecer a princípios em que creem cegamente. Daí distinguiu duas éticas, a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A distinção entre ideólogos e *expertos* determina as diferenças, no que diz respeito à responsabilidade, pois obedecem a éticas diferentes: os ideólogos à ética da convicção, os *expertos* à ética da responsabilidade.

O dever dos primeiros é de serem fiéis a certos princípios, custe o que custar; o dever dos segundos é o de propor meios adequados ao fim e, portanto de levar em conta as consequências que podem derivar dos meios proposto (BOBBIO, 1997, p.97).

Bobbio acredita que, não apenas do ponto de vista ético, mas também analítico, seria mais apropriado falar em “responsabilidade” do que em “engajamento” dos intelectuais. “Importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa ele se engaja ou não se engaja e de que modo ele se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das consequências que dela derivam” (BOBBIO, 1997, p. 100). Para o autor, o tema do engajamento estabelece “falso problema”, por isso argumenta que, além de engajamento em si, influi a “causa pela qual alguém se engaja” (Ibid., p. 100).

O problema da responsabilidade, verdadeiro e grave, suscita entender o vivido atualmente:

[...] entre tantos processos degenerativos, que oferecem sempre novos pretextos aos anunciadores de crises, aos profetas apocalípticos do fim da história, um dos mais preocupantes, até mesmo porque é dos mais evidentes, parece-me ser a progressiva desresponsabilização [...] do indivíduo, uma vez transformado em homem massa (BOBBIO, 1997, p.100).

O autor assinala como problema grave de responsabilidade do intelectual a quem fala ou escreve os meios de comunicações de massa, pois, em diferentes casos, falas ou escritos reverberam de forma diversa, o que Bobbio chama de “maximalismo verbal”:

Detesto e maximalismo verbal porque o maximalista é alguém que se recusa a considerar e a admitir os efeitos das próprias palavras. Em seu discurso, as palavras vão para além dos efeitos desejados; evoca incêndios destruidores [...], invoca violência purificadora [...] usa as palavras como sopro sobre o fogo (BOBBIO, 1997, p.102).

Além do problema da responsabilidade como consciência das consequências da própria ação, tem-se o problema da irresponsabilidade

do sentido com o qual se fala, no que concerne à esfera política em que vive o intelectual ou da qual é uma parte. A cultura é política, mas requer limites, “uma política própria da cultura, que não coincide, não deve coincidir, com a política dos políticos” (Ibid., p.103). Ao dimensionar política da cultura, o autor concebe-a formação e transformação da vida dos homens.

Hoje o tema dos intelectuais ganha ênfase por diferentes processos combinados. Vive-se uma época de extrema racionalização e profissionalização, desviando alicerces para a imagem do intelectual rebelde, que estabelece rotinas e não contribui para divisões rígidas de trabalho, sempre imerso em questões da pátria, processos redutores de esforços totalizantes. Medidas criteriosas, carreiras bem planejadas, praticidade institucional, “o respeito aos cânones e ritos burocráticos, isso diria Weber, equivale a ‘despojar o mundo de magia’ e aceitar sempre mais a técnica e a previsão” (NOGUEIRA, 2004, p. 359). Além disso, construiu-se em nossa sociedade um complexo sistema de comunicação que subverte as formas tradicionais de produzir e transmitir conhecimento, contexto que ameaça e obriga os intelectuais a transformações.

Compreendendo processos de construção e reprodução de hegemonias, nos tempos globalizados, com redes sociais conectadas em tempo real por mecanismos comunicacionais que agem como construtores de imaginários, fantasias e “vontades coletivas”, a hegemonia acontece de forma diferenciada. Da mesma forma, o intelectual, invariavelmente conserva controles sobre a palavra, porém na atualidade, nas sociedades da informação, todos trabalham com a palavra e exercem “funções intelectuais” (NOGUEIRA, 2004).

Neste primeiro quartel do século XXI, vivencia-se uma crise política, em espaços destituídos de concepção cívica, com “reduzida noção do que é público. [...] Das organizações profissionais à comunidade política ‘nacional’, o clima é de mal-estar, desconforto e melancolia” (NOGUEIRA, 2004, p.360). Presencia-se uma alteração na maneira como cada sujeito trabalha sua relação com o outro, com o Estado, com a história, com o futuro.

Como figura central neste processo em transformação, questiona-se o papel do intelectual, dentre as muitas funções convocado a cumprir, tendo que assumir reivindicações direcionadas pelo mundo social e cultural e por diferentes meios sistêmicos com os quais interage.

Situações que colocam os intelectuais entre dois polos – o produtor de normas e racionalizações e o “ideológico” engajado, fomentador de ideias e princípios éticos sem força de afetar decisivamente a realidade. Entre estes extremos, o intelectual contemporâneo paira, procurando integrar-se e ser respeitado. “Nas sociedades de nossos dias - diferenciadas, fragmentadas, pluralistas, repletas de nichos e circuitos de ‘poder ideológico’ - o intelectual renasce a cada dia” (Ibid., p.361).

Através da palavra poder ideológico se instaura na atualidade, segundo Nogueira, (2004) por contatos “frios”: a mídia, com seus inúmeros jornais, folhetos, livros, conferências e debates quase sempre espetaculosos e impessoais, além dos programas de rádio e TV. Procura-se induzir a forma de agir, para além do discurso e da palavra, pois a *mass media* exige sempre mais sons e imagens. Alarga-se o espaço de atuação dos intelectuais, alcançar respostas a muitas reivindicações pontuais e especializadas afasta os intelectuais da posição central que os caracteriza – o esforço da totalização.

Nogueira delinea uma forma bem-intencionada de pensar a política: como possibilidade de vida coletiva, esforço para constituir um poder democrático, possibilitar um governo soberano e com mais justiça. “[...] a política dos cidadãos, ou seja, daqueles que prezam seus direitos e defendem os direitos de todos, que têm noção clara das obrigações comuns e que se preocupam em participar da construção de uma convivência superior” (NOGUEIRA, 2004, p.362).

Historicamente, tem-se conhecimento de que a “política dos cidadãos” existe, mas é rara e de difícil construção, por isso o autor acredita em uma “política da cultura”, não voltada ao poder, à autoridade, à coerção, à busca de votos e condição de força, ou uma política técnica - de políticos profissionais ou dos técnicos. Essencial seria a integração entre elas, construindo uma “política dos cidadãos” que não se imponha à “política dos políticos” ou à “política dos técnicos”, conectando-as ao núcleo essencial da vida coletiva, ao encontro de objetivos cidadãos, sem segregar e subjugar a “política da cultura”.

Importa o questionamento de Nogueira (2004): Como se coloca o problema no cenário atual que aparenta amalgamar a política, a cultura e a técnica, onde o poder já não é tão transparente, especialmente em países como o Brasil, onde é improtelável a saída de soluções para os diversos problemas sociais que exigem cada vez mais contribuições técnicas? Evidenciar na atualidade a difícil relação dos intelectuais com

os aparelhos políticos e administrativos, em suma, com o poder, permite dimensionar a dificuldade enfrentada ao não assumirem cargos e encargos. Os intelectuais, quando colocados diante da política prática, sentem-se desconfortáveis, pois estão ligados a princípios – ética da convicção –, por isso muitos se refugiam em espaços institucionais bem protegidos; outros se lançam ao jogo político pela ética da responsabilidade.

Faz-se necessário ir além e considerar a questão tanto do intelectual público quanto do intelectual que funde o ideólogo e o *experto*, o técnico e o humanista, o pesquisador positivo e o filósofo normativo, o protagonista das sociedades do *homem* e o protagonista das sociedades *da coisa*. Gramsci destacou que um agente de atividades gerais detém “conhecimentos específicos, um especialista que também é político e que sabe não só superar a divisão intelectual do trabalho como também reunir em si ‘o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade [...]’” (NOGUEIRA, 2004, p.364). Política não é sinônimo de poder, menos ainda o campo dos profissionais da política, compreendendo espaço onde se pleiteia ideias sobre o viver coletivo – capacidade de edificar o social, arquitetar o futuro, converter a coexistência entre os sujeitos de forma igualitária.

Os escritos de Souza (2015) mostram a intrincada relação de política, cultura e poder no Brasil. O mundo é desvendado em fragmentos, por isso a tendência na construção de uma compreensão parcial e confusa dos fatos. As elites dirigentes, do dinheiro e do poder, sempre precisaram e precisam persuadir a grande maioria de dirigidos e explorados de que seus privilégios são justos, por isso as ideias dominantes são capazes de manipular, distorcer e construir verdades legitimadas para o povo, em sua grande maioria excluídos, a fim de manter o *status quo*.

Os privilégios aparecem hoje como méritos pessoais, distorções disseminadas que desvirtuam o mundo para tornar todo o tipo de privilégio injusto em privilégio merecido - a meritocracia que naturaliza os fatos e os pertencimentos na atualidade -, pelo convencimento da maioria da população em benefício dos 1% mais ricos do país, apoiados em intelectuais “produzidos” para sustentar esses interesses e ações.

No próximo capítulo veremos conforme como ‘o

2 A MÍDIA NO BRASIL

Neste capítulo o objetivo é refletir através de um breve histórico o desenvolvimento, a organização da mídia brasileira, bem como a construção de políticas públicas na área da comunicação a partir dos termos da ditadura militar. Pretende-se analisar como o sistema da grande mídia, forjado na ditadura militar, permanece quase inalterado até os dias atuais e quais forças trabalham para esta hegemonia.

2.1 RADIODIFUSÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO SERVIÇO PÚBLICO: LEI DE IMPRENSA E LEI DE RADIODIFUSÃO

Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? (...) Muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Essa função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também eles “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido”. Veja-se a função do Times na Inglaterra, a que teve o Corriere della Sera na Itália e também a função da chamada “imprensa de informação”, supostamente “apolítica”, e até a função da imprensa esportiva e da imprensa técnica. (GRAMSCI, 1976, p. 22-23, apud JOSÉ, 2014, p. 45).

2.1.1 Breve histórico da legislação sobre os meios de comunicação no Brasil

Discutir leis que regem o serviço público brasileiro de radiodifusão requer entender o conceito de serviço público enquanto atividade exercida pelo Estado - Administração Pública, submetida e vinculada a diferentes fundamentos indispensáveis: “a continuidade, mutabilidade do regime jurídico, igualdade dos usuários, generalidade e, sobretudo, interesse público” (BARROS, 2014, p.3).

Quando por interesse ou ineficácia na realização de determinada função, o Estado outorga tal tarefa a quem possa cumpri-la, não necessariamente o serviço público. Desta forma, o serviço de radiodifusão é confiado a empresas privadas, através de outorga pública ou concessão pública para exercer o serviço. Todavia, as concessões de outorgas, bem como a fiscalização, permanecem sob tutela do Estado através do Ministério das Comunicações, cuja incumbência é fiscalizar a exploração dos serviços de radiodifusão no que tange à matéria de programação das emissoras, sua formação societária e administrativa. Ainda, compete instituir procedimentos administrativos que averiguem quaisquer infrações referentes aos serviços, empregando critérios adequados à efetivação das penalidades aplicadas aos seus executantes.

A importância jurídica da comunicação evidencia-se na normatização, muito além do indivíduo como peça central de preocupação, granjeando o social e deslocando-se para o reflexo da conduta individual sobre o tecido social (NETO, 2004, p. 34, apud BARROS, 2014, p. 4).

Mesmo que as novas tecnologias disponibilizem extraordinárias alternativas de “interação, divulgação de conteúdo, ativismo e outras formas de reciprocidade informativa, a televisão e o rádio [...] continuam como grandes provedores da comunicação social de massa.” (BARROS, 2014, p.4). Por isso, no contexto brasileiro, a condição e a importância desses meios de comunicação são basilares, determinando função social em razão da capacidade em alterar comportamentos e influenciar o coletivo. A radiodifusão brasileira sempre foi objeto de apropriação por grupos empresariais, familiares e políticos que, a partir da obtenção de outorgas, conseguiram operar neste setor, construindo uma hegemonia sobre a comunicação social.

A Constituição de 1988 inibe práticas de monopólio e oligopólio, mas estas ainda se mantêm de forma deliberada, obstaculizando a

democrática divulgação de ideias, conceitos e entendimentos nos veículos de imprensa voltados aos interesses de seus acionistas ou proprietários. Tal concentração de poder cumpre função perversa à sociedade, especialmente no que diz respeito ao quesito informação, essência e neutralidade “informacional que é veiculada e levada aos telespectadores [...] sobrepondo-se ao interesse da coletividade, interferindo diretamente na sociedade que recebe a informação” (BARROS, 2004, p.7).

Discutir, no contexto brasileiro, o surgimento do debate de políticas públicas de comunicação leva ao reconhecimento entre público e privado na comunicação social. Implica compreender, conforme versa Liedtke (2006), os embates entre Estado, elites e sociedade civil, considerando as controvérsias que circundam os poderes da mídia no Brasil e no mundo globalizado. Aproveitando-nos dos estudos de Liedtke (2006), interessa refletir sobre esta triangulação, especialmente no caso brasileiro, onde o clientelismo político repercutiu no controle dos meios de comunicação.

Durante o regime militar, as políticas públicas de comunicação norteavam-se pela estratégia de integração e segurança nacional. Interessa analisar atividades ideológicas e sociais combinadas à elite orgânica,¹⁷ tratadas por Dreifuss (1987), fundamentadas em proselitismo geral e específico, articulados com práticas político-ideológicas no Congresso, em sindicatos, movimento estudantil e clero.

O proselitismo geral pretendia explicitar as abordagens da elite orgânica aos designados para tomadas de decisões políticas e, ao público, provocar impacto ideológico em grupos selecionados e no aparelho do Estado. Este mecanismo desenvolvia-se através da mídia por “ações encobertas e ostensivas, de forma defensiva e ofensivo-defensiva. Constituíam-se numa forma neutralizadora” (DREIFUSS, 1987, p.231), objetivando suscitar ou consolidar condutas e conceitos tradicionais de direita e incitar concepções que refutassem o bloco popular nacional-

¹⁷ Segundo Hoeveler, o conceito de elite orgânica cunhado por Dreifuss consiste em conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe; mas não deve ser vista como epifenômeno, no âmbito político, da estrutura econômica, justamente por constituir um agente “relativamente autônomo”, cujo grau de conexão com grupos sociais matriciais molda-se pela sua “qualidade orgânica”, tendo, portanto, eficiência e dinâmica próprias (HOEVELER, 2015, p. 8).

reformista¹⁸. A elite orgânica investia contra o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção populista.

Essa elite alegava que o progresso do país e a “melhoria do padrão de vida do povo se devia a iniciativa privada e não [...] a métodos socialistas ou a intervenção do Estado na economia” (DREIFUSS, 1987, p. 232). Ao mesmo tempo, utilizava-se de uma combinação de técnicas refinadas e medíocre propaganda anticomunista, construindo uma pressão ideológica que se valia do “encurralamento pelo pânico organizado” (Ibid., p. 232).

Através do proselitismo específico, a elite orgânica pretendia forjar a consciência e a organização das esferas dominantes e comprometê-las na ação como uma “classe para si” à medida que robustecia a liderança política das frações multinacionais e associadas dentro da classe dominante” (Ibid., p. 232). Visava unificar o grupo de poder em ascensão em volta de um programa distinto de modernização econômica e conservadorismo sócio-político.

O proselitismo, tanto geral como específico, ocupava-se com a construção política e ideológica, atração e mobilização de ativistas sindicais, líderes camponeses, militantes rurais, líderes militares e estudantes. Além disso, o propósito fundamental do proselitismo específico era nortear as diferentes frações das classes dominantes e os diversos segmentos sociais das classes médias na mobilização de um consenso, com fins a curto prazo, largamente partilhado para a deposição de João Goulart (DREIFUSS, 1987).

Os meios de convencimento utilizados eram publicações, debates públicos, entrevistas e palestras de personalidades famosas por meio da imprensa, propagandas em rádio e televisão. A elite orgânica dos Institutos (como IPES/IBAD), através de suas publicações ou de acordos com editoras, publicava enormidade de trabalhos: jornais, revistas, panfletos, além de impregnar rádio e televisão com posturas político-ideológicas. Para abalizar ações e atingir seus fins, os Institutos

¹⁸ Como ficou destacado em uma discussão entre as lideranças do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) de São Paulo e o general Moziul Moreira Lima: “O perigo no Brasil não é o comunismo, no momento, mas o movimento popular de subversão da ordem que será dirigido e encampado pelos extremistas. Os culpados do processo espoliativo aos olhos do povo são as classes produtoras, muito mais o que o governo.” (IPES CD e CE, São Paulo, 27 de novembro de 1962, apud DREIFFUSS, 1987, p. 262)

apoiavam-se em intelectuais dos mais diversos ramos, como escritores profissionais, jornalistas, peritos de mídia e publicidade, criando, desta forma, inclusive internacionalmente, uma inigualável equipe para a manipulação da opinião pública.

Liedtke (2006) acredita que, para entender a função do Estado no que diz respeito aos meios de comunicação, é preciso diferenciar políticas de comunicação estatais, públicas e privadas. As políticas estatais regulam ações estabelecidas pelo governo, o agir do Estado e da sociedade no campo da comunicação social. É através delas que o Estado pode controlar de forma diligente tal sistema, “fazendo-se proprietário dos meios (rádio e televisão), e mantendo o monopólio geral das telecomunicações. Trata-se, como disse Gomes, do ‘Estado empresário, competidor’” (GOMES, 1997, p.121, apud LIEDTKE 2006, p.127). Em relação às políticas públicas, Liedtke (2006), referenciando Gomes (1997), expõe que, apesar da presença do Estado, permite-se mais acesso à sociedade civil. O Estado permite que organizações acessem e controlem o uso dos meios de comunicação social.

Por políticas privadas entende-se aquelas produzidas por grupos privados que se beneficiam dos meios de comunicação e conexos com fundamentos neoliberais, defendem a retirada do Estado do campo das comunicações, apoiando a total privatização, com *lobbies* para uma legislação cada vez mais liberalizante. Tais políticas mantêm uma vasta parcela da população sem nenhuma possibilidade de acesso ou ingerência aos meios de comunicação. Reafirmando o pensamento de Gomes (1997), Liedtke (2006, p. 128) acredita que, devido a este viés, se “identifica a luta por políticas públicas nacionais de comunicação como um projeto da sociedade civil”.

Em períodos determinados, o Estado formula leis conjunturais que modificam a regulamentação dos meios de comunicação, de acordo com pressões da sociedade civil. Porém, não constituem uma real política democrática de comunicação, como por exemplo, a lei de TV a Cabo ou a efetivação do Conselho Nacional de Comunicação, que autoriza a expressão de setores representativos na formulação de políticas públicas de comunicação. Contudo, apesar destes movimentos, observa-se, na atualidade, a concentração empresarial significativa nos meios de comunicação, aumentando a imissão das elites econômicas na mídia (LIEDTKE, 2006).

Lima sintetiza o caráter do Estado brasileiro na política de comunicação, cuja desregulamentação outorgou a privatização das comunicações e o acesso de capital estrangeiro na telefonia, na TV e na radiodifusão.

[...] Por ação ou omissão do Estado que a legislação (ou ausência) dela, continua a permitir que boa parte da nossa radiodifusão e de nossa imprensa seja controlada por grupos familiares, esteja vinculada a elites políticas regionais e locais, e ainda impeça a participação direta da cidadania na formulação de políticas públicas para o setor (LIMA, 2004, p. 53, apud LIEDTKE, 2006, p. 128-129).

Segundo Amaral, os meios de comunicação de massas retratam a sociedade em que atuam e previamente moldaram, expressão evidenciada pela “concentração de veículos e pela exclusão das grandes massas” no Brasil (AMARAL, 2002, p.84). As alterações realizadas no país ocorreram alheias a mudanças políticas. Os meios de comunicação de massas são agentes políticos, não agem passivamente, “interferem na ordem política, têm voz ativa no processo eleitoral, tomam partido e são um partido” (Ibid., p.84), agindo na manutenção da conjuntura vigente, lógica entre os interesses do Estado e os representados pelos meios.

Nesta perspectiva, o modelo de sociedade ancorado no binômio concentração e exclusão, ultrapassa a economia e a política, impactando meios de comunicação, contendo princípios ideológicos sob a lógica de um movimento de hegemonia centro-periferia. A concentração é um elemento inegável do desenvolvimento capitalista em si – da natureza condicionante/condicionada pela globalização/monopolização –, que elimina a livre concorrência e o pluralismo ideológico (AMARAL, 2002).

Desse binômio origina-se uma apropriação diferenciada dos bens econômicos, culturais e políticos.

O esvaziamento da política e do estado dá-se tanto no âmbito interno/nacional, quanto no âmbito internacional, na relação política nacional/política internacional. Estado periférico/Estado central.

Donde, nos planos nacional e internacional, uma economia subalternizada, uma cultura subalternizada, uma informação subalternizada e uma política (cidadania) subalternizada (AMARAL, 2002, p.84-85).

Na atualidade, esvazia-se o coletivo e tem-se como substrato o projeto de esgotamento da política – da vida pública e da vida política –, atendendo paulatino movimento de privatização do público e do Estado.

É a outra face da falência das instituições clássicas, quando organismos extra-estatais – o grande empresariado, as grandes corporações, as multinacionais, os conglomerados dos meios de comunicação de massas, os bancos e as agências internacionais, os FMIs, etc. – passam a exercer funções públicas, desempenhando sem limites de fronteiras, papéis antes reservados ao Estado e à política, ocupando o mesmo papel de agentes das relações internacionais. Assim, uma das características das velhas e das modernas democracias representativas, fundadas nominalmente na soberania do voto popular, passa a ser o governo de instituições constituídas à margem do sufrágio... (AMARAL, 2002, p. 85).

Neste arranjo de organização da sociedade civil, segundo Amaral (2002), considerando o aspecto civil em oposição à política, o propósito é vencer os pactos entre população e Estado, suprimindo inicialmente o intermédio dos partidos políticos, que teoricamente teriam este fim e, numa etapa posterior, suplantando a interferência da representação popular. A função primordial dos partidos é reiteradamente deslocada para outras instituições e a participação popular torna-se dependente do monopólio da comunicação de massas, determinante da pauta social.

Os meios de comunicação de massa, assumindo a pauta da política, para além de propalarem-se independentes de demandas e necessidades coletivas, as prescrevem. Entretanto, quanto mais se transnacionalizam e globalizam os meios de comunicação, mais se afastam do controle do coletivo em que atuam. Sendo assim,

desregulamentação e privatização traduzem o triunfo da comunicação comercial globalizada e o encerramento do interesse público, coletivo e nacional.

A audiência e, por seu intermédio, a receita publicitária e o lucro são os deuses que reinam no altar da nova religião comunicacional. Mesmo quando o Estado nacional preserva o seu poder regulamentar, seus efeitos se revelam secundários, em face da mundialização da comunicação, via transmissão por satélite, via TV por assinatura, via rede mundial de computadores (AMARAL, 2002, p.86-87).

No Brasil, o movimento reivindicatório pela democratização da comunicação foi liderado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), no final dos anos de 1970, quando pleiteava alterações fundamentais na política de concessões da mídia eletrônica. Em 1984, foi criada a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, reunindo jornalistas, sindicalistas, parlamentares e outros segmentos da sociedade, mobilização marcada inicialmente pela instalação da CPI da Comunicação no Senado, orquestrada pelo senador Fabio Lucena, para averiguar deslizes nas outorgas. Um ano depois a CPI mostrou-se uma mentira, pois o parlamento não deu credibilidade a denúncias sobre o favorecimento nas concessões.

Em momento posterior, a Assembleia Nacional Constituinte motivou tais mudanças, com a promulgação da Constituição em 1988. O movimento tornou-se expressivo, notadamente em 1991, com a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), quando agrupou uma quantidade maior de entidades. A grande vitória foi interceder na lei de regulamentação da TV a cabo - Guerra do Cabo¹⁹. Após a repercussão dessas ações, em 1993, o empresariado

¹⁹ Marcio de Souza conta que, “em setembro de 1992, o Fórum deflagra a ‘Guerra do Cabo’, com o objetivo de derrubar a portaria 250 do serviço de DISTV e obstruir a implantação da TV a cabo, através de representações na procuradoria da República e ações na justiça e no parlamento”. (SOUZA, 1996, p. 45, apud LIEDTKE, 2006, p. 134).

concordou negociar com o Fórum. Em setembro de 1994, a Câmara aprovou sem emendas o projeto acordado entre as partes, Lei n. 8.977, sancionada em 6 de janeiro de 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (LIEDTKE, 2006).

Significativo avanço do Movimento pela Democratização no Brasil foi também a aprovação, na Constituição de 1988, do projeto de criação do Conselho de Comunicação, um órgão autônomo em relação ao Executivo e ao Legislativo, tendo como funções “estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação, e seria composto por entidades da sociedade civil. O órgão foi regulamentado em 1992 pela Lei no 8.389, porém somente foi implantado em 2002, após dez anos de embate político” (Ibid., p. 135).

O Conselho foi implantado através de uma manobra da bancada de oposição na Câmara, que condicionou a efetivação do órgão antes de aprovar a Proposta de Emenda Constitucional no 222 que permite a entrada de 30% de capital estrangeiro na mídia. A matéria que foi votada em 22/05/2002 estabelece uma composição equilibrada entre os 13 membros: oito de segmentos específicos da sociedade civil, sendo quatro de setores empresariais e quatro de setores profissionais. A expectativa da FENAJ era a de que o órgão ainda pudesse propor ações para os projetos de digitalização da radiodifusão brasileira, que deve movimentar US\$100 bilhões nos próximos dez anos (LIEDTKE, 2006). Já, na última composição do Conselho empossada em dezembro de 2004, para um mandato de dois anos, os empresários da Comunicação assumiram postos da sociedade civil, causando um desequilíbrio na representatividade do órgão, gerando protestos do FNDC (Ibid., p.135).

Os movimentos sociais, em momentos excepcionais, estabeleceram uma correlação de forças com as elites governamentais, contudo, somente quando a sociedade civil, os “atores sociais” pressionam o Estado criam-se políticas públicas (LIEDTKE, 2006). No

entendimento de Seibel (2001), historicamente constrói-se uma cultura político-administrativa “na gestão e intermediação de interesses que têm, como consequência, a privatização da coisa pública, a exclusão social e a negação de qualquer forma politizada de participação na gestão da agenda pública” (SEIBEL, 2001, p. 95, apud LIEDTKE, 2006, p. 136).

2.1.1 A Lei de Imprensa de 1967

Analisar os momentos históricos que antecedem a promulgação de leis, como estruturação e manifestação no plano jurídico de um projeto nacional hegemônico possibilita compreender a história constitucional ou administrativa, sem dissociá-la do desenvolvimento da liberdade, da burocracia ou de qualquer outro movimento econômico, social ou político.

O período entre 1945 e 1964 constituiu Golpe de Estado e refletiu em mudanças para o Brasil. Após a queda de Getúlio Vargas em 1945, a Constituição de 1946 retomou a democracia, inspirando seu texto na Constituição de 1934, ansiosa por romper com o passado recente da ditadura Vargas. No cenário mundial, conforme Silva, havia um movimento constitucional em vários países da Europa, que “também rompiam com os regimes ditatoriais existentes antes do término da 2ª guerra, no qual o Brasil também se inseria” (SILVA, 2011, p. 231).

Entre alguns dispositivos básicos regulados pela Carta estavam a liberdade de expressão, de consciência, de crença, de culto religioso, entre outras medidas avançadas para a época. Após quase 20 anos de democracia e um período de muitas crises, como o suicídio de Vargas, políticas populistas como a de Jânio Quadros e “uma forte luta por parte da elite econômica e social de retomar o poder político para si, eclode no ano de 1964 o golpe militar que põe fim à democracia e estabelece uma ditadura [...] no Brasil” (SILVA, 2011, p. 234).

Empresas jornalísticas de grande porte que cumpriam função de defesa de seu próprio capital, mais uma vez converteram-se em infalível instrumento ideológico na preparação do Golpe de 1964 e, em seguida, no apoio ao regime militar (DANTAS, 2014). O apoio da mídia ao Golpe não limitou a ação dos militares, transformando-se em ofensiva contra

quaisquer cidadãos acusados de “atividades esquerdistas”. Após o golpe de 31 de março, o comando militar passou a legislar por meio de “Atos Institucionais”, detentores de eficácia institucional.

A Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como a Lei de Imprensa, regulatória da liberdade de manifestação do pensamento e de informações, decretada em plena ditadura militar, foi amplamente utilizada para coibir a sociedade civil que se organizava - estudantes, artistas, políticos de esquerda, dentre outros - contra o regime ditatorial. Apesar de instituída durante o regime de exceção, essa lei destacava em seu texto a restrição a qualquer abuso no exercício da livre manifestação do pensamento e da informação, sujeitando os agentes opressivos dessas liberdades às penalidades previstas na própria lei e à responsabilização dos danos.

Mesmo contendo dispositivos liberais, a promulgação da Lei de Imprensa não impediu o radicalismo intolerante do regime, culminando quando Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência. Em dezembro de 1968, no contexto das fortes manifestações, o governo criou o Ato Inconstitucional: AI-5, intensificando ações de controle que, em nome da “segurança pública nacional”, autorizava o presidente da República a determinar medidas repressivas, cancelar *habeas-corpus*, cassar mandatos e direitos políticos, limites e garantias individuais, censurar a imprensa e as diversas formas de expressão do pensamento (COUTINHO; MELO, 2009). “O ato sufocou o País com a intensificação da censura na imprensa, que passou a atender instruções emanadas do alto comando militar, sempre prevalecendo, no jornalismo, a recriminação de temas políticos” (AZEVEDO, 2014).

O regime militar apoiava-se no conservadorismo e no entendimento de que a ameaça ao país vinha de inimigos internos que tentavam influenciar o povo através da subversão. O intuito era exterminar todo indivíduo considerado perigoso para os radicais de direita. Era preciso combater o comunismo e a corrupção e, para isso, faziam-se necessários instrumentos de aparelhagem que funcionassem como meios de defesa.

Apenas com a proclamação da Constituição Federal de 1988 foi devolvida à nação a defesa das liberdades e reconhecido o direito de livremente eleger seus líderes. Dessa forma, a lei de Imprensa perdeu contextualidade e, em 2009, o Supremo Tribunal Federal julgou-a

incompatível com a Carta Magna. Conforme Azevedo²⁰ (2014), a crítica à Lei de Imprensa e sua revisão, em meados de 2009, foi válida, visto que emitida com interesses dúbios, além de ter sido proferida sem critérios jurídicos, ou, ainda, desajustada de princípios constitucionais.

O fato é que a lei 5.250/67 ficou marcada pelo regime político que a subscreveu, através de uma censura que se alicerçou em doutrina, juízos morais e controle da extensão de liberdades individuais e coletivas (especialmente as direcionadas à comunicação). Todavia, é preciso ter em mente que algumas estratégias adotadas durante o regime militar no Brasil, não fugiram da relação que aproxima o campo comunicacional e o poder. [...] Enquanto indústria, o jornalismo, penetrado num ambiente sócio-político-econômico, estabelece relações diretas com o poder, exercendo um peso desigual aos demais campos sociais [...] afetando inclusive o campo legislativo e o campo jurídico (AZEVEDO, 2014, p.4).

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF-130), proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), pretendia o reconhecimento da impossibilidade material da Lei de Imprensa, “de maneira a rechaçar qualquer entendimento de censura ou restrição às encarecidas liberdades de manifestação do pensamento e expressão jornalísticas” (BRASIL, 2009, p. 16, apud AZEVEDO, 2014, p. 4). A cúpula do Judiciário Brasileiro, em 21 de fevereiro de 2008, expressava conformidade constitucional quando suspendeu diversos

²⁰ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogado, atuante nas áreas de advocacia consultiva, preventiva e contenciosa do direito civil, comercial e da comunicação, inscrito na OAB/RS sob o nº 75.640. Especialista em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul) nas áreas de Ética e Legislação nos cursos de Design, Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

artigos da Lei 5.250/67²¹, em decisão liminar do ministro relator Carlos Ayres Britto, mantida pelo Plenário.

Conforme Azevedo (2014), naquele momento o ministro Eros Grau adiantou seu voto e acompanhou, sem reserva, o posicionamento do relator, no sentido da não recepção da Lei de Imprensa pela Constituição, bem como o ministro César Peluso ressaltando que, até nova regra, competia ao Judiciário a deliberação sobre contendas envolvendo a Lei de Imprensa e suas matérias. O ministro Menezes Direito também optou pela inconstitucionalidade da Lei de Imprensa, porém alertou para um conflito constitucional entre direitos de personalidade e expressão, bem como advertiu a necessidade de um ajuste com o princípio condutor da Constituição: a dignidade da pessoa humana.

A ministra Carmen Lúcia, quando fez as considerações de seu voto de inconstitucionalidade da lei, alegou como base constitucional a democracia, destacando a liberdade de imprensa enquanto imperativo para essa forma de governo. Ponderou que a responsabilidade da imprensa e de seus profissionais deve ser regida pela Constituição de 1988, considerando a peculiaridade da atividade de imprensa. O ministro Ricardo Lewandowski seguiu a mesma linha, argumentando que a livre manifestação do pensamento detinha diversos dispositivos constitucionais, que lhe garantiam aplicabilidade imediata e plena eficácia (AZEVEDO, 2014).

O Ministro Joaquim Barbosa votou, até certo ponto, em conformidade com seus colegas no que tange ao papel fundamental da imprensa na sociedade e na evolução da democracia. Para este magistrado, além de uma imprensa livre, é fundamental uma imprensa “suficientemente diversa e plural” (BRASIL, 2009, p. 108, apud AZEVEDO, 2014, p.5). Indicou a centralização do poder político de certos grupos de comunicação em alguns estados brasileiros. Desta forma, seu voto foi pela parcial procedência da ADPF-130, decidindo manter os artigos 20, 21 e 22 da Lei de Imprensa, que tratavam sobre penalidades relacionadas à calúnia, à injúria e à difamação. O ministro ressaltou que a conservação desses três artigos, na Lei de Imprensa, gerava especialização jurídica de aplicação da norma no campo do direito penal.

²¹Conforme Azevedo (2014, p. 4), os principais dispositivos suspensos foram: Art. 2º, §2º; Art. 3º; Art. 4º; Art. 5º; Art. 6º; Art. 20; Art. 21; Art. 22; Art. 23; Art. 60, §§ 1º e 2º; Art. 61; Art. 62; Art. 63; Art. 64; Art. 65. (NUCCI, 2008).

A ministra Ellen Gracie acompanhou Barbosa e pontuou não vislumbrar hierarquia entre os “direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal que pudesse permitir, em nome do resguardo de apenas um deles, a completa blindagem legislativa desse direito” (Ibid., p.5). Para a ministra, alguns dispositivos da Lei de Imprensa ainda apresentavam paridade com a Constituição e outras leis.

A objeção veio no voto do ministro Marco Aurélio que para rebater interrogou: “Começo a perguntar a mim mesmo a quem interessa o vácuo normativo? A jornais? A jornalistas? Aos cidadãos, em geral, destinatários da vida organizada?” (BRASIL, 2009, p. 134, apud AZEVEDO, 2014, p.5). Marco Aurélio rejeitou alegações de que a promulgação da Lei, no decorrer do regime de exceção, a distanciava da democracia, destacando ainda a liberdade de imprensa.

Já o ministro Celso de Melo votou pela incongruência da Lei de Imprensa com a Constituição Federal de 1988, trazendo como exemplo a Declaração de Chapultepec²², alegando que a intenção do Estado em reger a liberdade de expressão é danosa, porque o pensamento deve ser livre. Para esse magistrado “a mesma linha tênue que se aplica a crítica jornalística, que não é um direito absoluto, está impregnada de preceitos constitucionais” (AZEVEDO, 2014, p.6). Todavia, admitiu que “os direitos de personalidade (como os pertinentes à incolumidade da honra e à preservação da dignidade pessoal dos seres humanos) representam limitações constitucionais externas à liberdade de expressão” (Ibid., p.6).

²² Conforme Leite (2011), quanto à mencionada Conferência de Chapultepec pelo ministro Celso de Melo deve-se ter em mente o cenário de redemocratização de muitos países latino-americanos entre o final dos anos de 1980 e 1990. Realizada no ano de 1994 na cidade do México, apontou para a propagação de uma declaração que trouxe o princípio da Liberdade de Imprensa como um preceito máximo a ser adotado por todos os países. “Elaborada pela Sociedade Interamericana de Imprensa, [...] conta com a assinatura de diversas organizações, com destaque para a Unesco, Organizações dos Estados Americanos, Comitê Mundial de Liberdade de Imprensa e Associação Mundial de Jornais. Os presidentes brasileiros Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva assinaram o documento em 1996 e 2006, respectivamente, firmando o compromisso do Governo com os dez princípios precedidos por uma introdução clara: ‘Uma imprensa livre é condição fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade’” (DECLARAÇÃO DE CHAPULTEPEC, 1994).

Enfim, advertiu que o direito de resposta e o sigilo da fonte integram a Constituição de 1988 e, desse modo, mesmo a extinção da Lei de Imprensa não constitui empecilho para a prática desses direitos.

Gilmar Mendes, então presidente do Superior Tribunal Federal (STF), considerou, em seu voto, a aceção de liberdade de imprensa no Estado democrático, quer ampla quer restrita. Apoiou-se no direito comparado – Estados Unidos, Alemanha e Portugal –, para contestar a abolição total da lei. Em seu ponto de vista, as regras de organização e “procedimento do modelo institucional [...] existiam para proteger o cidadão e os órgãos da mídia. Nós estamos afirmando que elas não foram recebidas e deferindo ao juiz a possibilidade de fazer essas construções” (BRASIL, 2009, p. 283, apud AZEVEDO, 2014, p. 6). Sua preocupação previu duas situações: “um fenômeno de completa incongruência da aplicação do direito de resposta”, ou, “inspirado na Lei, por falta de outro critério” (Ibid., p.6). Por fim, observou que o debate sobre a Lei de Imprensa caberia ao Poder Legislativo.

Como resultado do julgamento, a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) foi considerada contraditória a princípios fundamentados na Constituição Federal de 1988, com as decorrentes disposições resolutivas: apreciaram pela procedência da ADPF-130, ou seja, pela invalidação total da Lei de Imprensa, não recepcionada pela Constituição Federal de 1988, os ministros Eros Grau, Menezes Direito, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Cezar Peluso, Celso de Mello e Carlos Ayres Britto.

Apreciaram pela parcial procedência da ADPF-130, para não invalidar a totalidade da Lei de Imprensa, preservando alguns de seus expedientes, os ministros Joaquim Barbosa, Ellen Gracie e Gilmar Mendes. Pela improcedência da ADPF-130, para não invalidar a Lei de Imprensa, mantendo-a sem restrições no âmbito jurídico brasileiro, votou o ministro Marco Aurélio.

Azevedo observa que o julgamento da Arguição, pelo STF, reforçou a importância sociocultural dada à imprensa, “enquanto veículo capaz de gerir informações e opiniões de maneira natural, aberta e multidimensional” (AZEVEDO, 2014, p.7). Sobrelevou-se a tutela do argumento da liberdade constitucional de imprensa, tida como um dos símbolos públicos e democráticos da livre manifestação de expressão, pensamento e informação. Contudo, apesar de considerada uma das mais completas, especialmente no que tange aos princípios fundamentais do cidadão, a Constituição de 1988 apresenta deficiência de leis específicas

para atividade de imprensa. Tal documento não pode presumir hiatos jurídicos que quiçá conseguiriam ser munidos por meio da edição de leis próprias e deveriam abarcar tópicos como o direito de resposta, a concentração do poder político em grupos de comunicação, a privacidade das fontes, a utilização de câmeras e microfones ocultos, sanções, entre outros fatores semelhantes.

2.2 DEMOCRACIA, MÍDIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O contrassenso entre a estruturação de um sistema de comunicação moderno, solidificado na ditadura, e as premissas fundamentais da formação de opinião pública democrática, foi conduzido para a modernidade brasileira sob a conformação de um problema constitucional. A Constituição Federal estabelece princípios democráticos de ligação entre mídia e democracia, porém o que tem primado é o rechaço, formado por interesses empresariais na comunicação e seus *lobbies* políticos, para uma regulação democrática e pluralista do setor (GUIMARÃES; LIMA, 2013).

Assim o problema do debate sobre liberdade de expressão se evidencia na democracia brasileira na atualidade neste impasse constitucional, que limita a práxis democrática. Neste sentido se a práxis democrática brasileira for inábil para refletir os princípios da comunicação democrática entre os cidadãos, ela está “perdendo a autoconsciência sobre seus impasses fundamentais” (GUIMARÃES; LIMA, 2013, p. 7).

Guimarães, em seu artigo *Sete teses e uma antítese*, versa com perspicácia sobre a importância da reflexão relacionada a conceitos que não fragmentem mais a política da comunicação e a comunicação da política, pois esta opção é a própria construção da linguagem da liberdade, reivindicando a recíproca fundação entre política e comunicação. Retirar a comunicação do sentido público da política significa excluir a comunicação dos princípios democráticos de seu exercício. Para o autor,

na filosofia política, através da compreensão de suas próprias indeterminações, encontra-se suporte para criar um terreno reflexivo apto a explicar “a grande aventura humana da liberdade” (GUIMARÃES, 2013, p.1).

O cidadão e oratória, a *parresia* e a *isegoria*, a política e o sofista, a política e o demagogo, a fala pública que instaura a questão da autoridade e do juízo, que produz a possibilidade da maioria e até do consenso, que conduz o conflito visceral e ineludível à sua possível institucionalização. Se a gênese da liberdade está – a lição definitiva de Maquiavel – no conflito que dilacera o corpo político, o seu nascimento instaura o coro das vozes públicas e a sua permanência cobra a opinião pública democrática (Ibid., p.1).

O baluarte do campo reflexivo, no que tange à liberdade de expressão, existe na possibilidade de formação das condições de uma opinião pública democrática. Compete perceber a posição de centralidade ocupada pela mídia na contemporaneidade, perpassando diferentes ordens e campos da atividade humana, especialmente o campo da política. Faz-se conhecida a premissa da recíproca organização entre autonomia individual e o princípio da soberania popular, determinanteda base democrática de leis imprescindíveis que ordenam “o corpo político como um todo” (GUIMARÃES, 2013, p.2).

A socialização é um processo contínuo que vai da infância à velhice e é através dele que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais. Uma comparação da importância histórica de diferentes instituições sociais no processo de socialização revelará que a família, as igrejas, a escola e os grupos de amigos vêm crescentemente perdendo espaço para a mídia que se transformou no “educador coletivo” onipresente (LIMA, 2013, p. 7).

Para Guimarães (2013), a liberdade de expressão demanda capacidade de considerar a alteridade recusando o ecleitismo e a simples sobreposição de elementos diferentes entre si. Torna-se necessário um diálogo intenso entre diferentes correntes de pensamentos, entre tradições críticas e pragmatismos insurgentes. Inexiste uma via única para a liberdade e o equilíbrio não existe sem conflito, sendo que a singularidade e a ética pública da linguagem livre só podem ser altruísticas à ética pública do pensamento livre.

Conforme Guimarães, esta condição drástica de refletir o político na linguagem e a lógica política da comunicação requer novos campos de busca sobre as manifestações que aniquilam o destino democrático na atualidade. A falência de representação dos partidos nas democracias contemporâneas resulta de problemas alicerçados na formação de uma opinião pública democrática. Se, entre os séculos XIX e XX, o direito ao voto tornou-se foco das lutas democráticas, na atualidade “é o direito público à voz – o direito de falar e de ser ouvido – que parece dramaticamente ir ao centro da agenda democrática contemporânea” (GUIMARÃES, 2013, p.3).

No passado a repressão à liberdade de expressão manifestou-se sob o fundamento da ordem política da ditadura militar, hoje, segundo Guimarães, a liberdade de expressão sofre sob o fenômeno da corrupção, da privatização mercantil, da justaposição das “vozes particularistas” influentes, em prejuízo das vozes cidadãs instituidoras do interesse público. “O público não pode ser o mercado. A desigualdade estrutural reproduz o bem chamado ‘efeito silenciador do discurso’ a heteronímia e a autocracia se reproduzem aí onde o direito público à voz não se faz cidadão” (Ibid., p.4). A liberdade de expressão não pode querer manter a cultura do silêncio sobre um povo em nome dos que se atribuem o direito de falar por todos.

Lima (2013), no artigo *A censura disfarçada*, considera que a cultura do silêncio define a sociedade impedida do direito à comunicação e ao diálogo, com oferta de “notícias”. Não se trata apenas da ausência de voz, mas da falta de criticidade, de uma voz que profira opinião cidadã construída de forma livre, ouvida no espaço de ordem pública e autogoverno.

A cultura do silêncio constitui forma histórica de censura posto que subtrai de grande parte da população a liberdade primordial de se expressar e participar do debate público democrático? Por isso, é

fundamental distinguir as diferenças no conceito de liberdade em tradição liberal e republicana. No âmbito liberal compreende-se a liberdade desvinculada da política e como um direito concebido tão somente no campo privado, vinculando-a unicamente à inexistência de ingerência externa na ação do indivíduo (liberdade negativa), em que triunfa o caráter pré-político e privado da liberdade. Na óptica republicana, impera o entendimento de liberdade ligada à vida ativa, ao livre arbítrio, ao autogoverno, à participação na vida pública (LIMA, 2013).

Conquanto uma e outra admitam nominalmente a liberdade de expressão como *sine qua non* para a aceção de democracia, discordam drasticamente no que tange ao papel desempenhado pelo Estado quanto a essa liberdade. Na tradição liberal, o Estado deve abnegar-se completamente de qualquer intervenção em relação à liberdade de expressão dos cidadãos. Trata-se de uma defesa do homem em relação ao Estado, cuja ingerência é compreendida como limitação da liberdade individual, uma forma de censura. Na tradição republicana, a liberdade de expressão é compreendida como liberdade de decidir em prol do interesse público.

Considera-se de grande valia o conceito de “efeito silenciador do discurso” que, segundo Lima (2013), introduzido na literatura por Owen Fiss²³, o Estado pode ser um manancial de liberdade quando promove força ao debate público em conjunturas onde os poderes exteriores do Estado dificultam o discurso. Infelizmente, esta corrente não tem prevalecido nem nos EUA nem no Brasil, visto que aqui predomina um liberalismo excludente tanto de liberdade quanto de cidadania. Percebe-se um liberalismo sem problema com a desigualdade, com a ausência de equidade, acentuado nas últimas décadas pelo movimento neoliberal e neoconservador que “varreu o planeta” (LIMA, 2013, p.3). A premissa liberal sobre a liberdade de expressão é contraditória, não questionada fora de padrões liberais.

A fórmula propagandística que resulta desse antipluralismo e sectarismo genéticos é que toda proposta, argumento ou legislação que contrarie os modos liberais de pensar a liberdade de expressão

²³ Professor jurista liberal da Universidade de Yale –, introduz tal conceito no livro *A ironia da liberdade de expressão – Estado, regulação e diversidade na esfera pública*, publicado originalmente em 1996.

são imediatamente denunciados como contrários à própria liberdade de expressão (GUIMARÃES; AMORIM, 2013, apud LIMA, 2013, p. 4).

Isto posto, vê-se no Brasil uma forte reação às fortuitas propostas de política pública que regule a mídia. O “impasse do encerramento” faz com que o debate sobre esta política, sobre a ingerência do Estado como certificador de liberdades, primordial no âmbito republicano, torne-se intimidação à própria liberdade de expressão. Conforme Lima (2013), esta contradição se reverbera na ausência de debate em relação à liberdade de imprensa.

Cabe ressaltar o questionamento: Qual a diferença entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa? (LIMA, 2013). O papel principal que a mídia cumpre provém do poder assumido ao longo do tempo na edificação da realidade, por meio de imagens das múltiplas dimensões da vida humana: etnias, gêneros, gerações, estéticas e, em especial, política e políticos. Na centralidade da mídia a política se institui simbolicamente e obtém significado.

A comunicação estabeleceu-se ao longo do tempo com arranjos característicos de cada momento histórico, sendo que dois elementos influenciaram substancialmente sua formação, resultando na conversão de grande poder ideológico para as mãos de poucos. Um deles, a onda liberalizante de privatizações, o neoliberalismo e, o outro, a desregulamentação acelerada depois da aprovação do *Telecommunications Act Americano*²⁴, em 1996. A partir deste, empresas nacionais e transnacionais, privadas, estatais e mistas foram “abocanhando” o mercado das comunicações, confluindo para um número reduzido de megaempresas mundiais (LIMA, 2009).

²⁴A Lei das Telecomunicações de 1996 foi a primeira grande revisão geral da legislação de telecomunicações em 62 anos, objetivando expandir o mercado das comunicações – permitindo a livre negociação das empresas de comunicações para competir em qualquer mercado. A Lei das Telecomunicações de 1996, expôs o potencial de mudar a forma de trabalhar, viver e aprender. Afetou o serviço de telefone - local e à longa distância, a programação a cabo e outros serviços de vídeo, serviços de radiodifusão e serviços prestados às escolas. Consultar, a esse respeito: www.fcc.gov/telecom.html.

2.3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E O CORONELISMO ELETRÔNICO

O novo padrão universal assume, no Brasil, formas particulares como o histórico domínio do setor por uns poucos grupos familiares e elites políticas locais e/ou regionais. Além disso, assiste-se à entrada de um novo e poderoso ator nacional no setor: as igrejas, sobretudo as evangélicas e, por fim, a permanência de posição já hegemônica de um único grupo nacional, as Organizações Globo (LIMA, 2009).

Na contemporaneidade do processo de oligopolização, a emergência de novos e poderosos *global players*²⁵ torna-se inevitável, considerados mais eficientes do que empresas isoladas. Duas consequências manifestam-se simultaneamente a esse recente parâmetro internacional: a primeira é a fusão das diferentes políticas públicas – até então formuladas isoladamente para as áreas de telecomunicações, *mass media* e informática –, em uma única política de comunicações; a segunda, é a presença de novos *global players* (conglomerados empresariais) e organismos internacionais (por exemplo: União Internacional de Telecomunicações – UTI, Organização Mundial do Comércio – OMC, etc.) como poderosos atores na formulação dessa política de comunicações, em âmbito nacional e internacional.

No Brasil, a legislação sobre meios eletrônicos de comunicação se baseia no Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. Não houve a unificação de políticas públicas de comunicações que predominam no restante do mundo. A radiodifusão foi excluída do alcance da legislação sobre serviços de telecomunicações desde 1995 e padece de um vazio

²⁵ Um *global player* pensa em termos globais e considera “integração” o melhor sinônimo de globalização. Integrar significa que a empresa busca o melhor que cada país pode oferecer, seja em tecnologia, insumos, capitais ou mercados, sempre que possível sozinha, ou então por meio de alianças e parcerias. Mas para empresas como as nossas, que não conseguem se sentir “confortáveis” fora de seu próprio país, não é fácil pensar em fabricar na Finlândia, com peças fornecidas pela Turquia, e vender o produto acabado nos Estados Unidos, por meio de uma aliança com uma grande rede americana de varejo. Tudo isso financiado por bancos alemães. Trata-se de realidade diária de *global players* que detêm dois pré-requisitos essenciais: marcas globais e tecnologia de ponta. Cada vez mais essa dobradinha está dominando o mundo e quem fica de fora só tem uma saída: gravitar em torno dos vencedores. (GRACIOSO, 2000).

regulatório, o que favorece a permanência indefinida do *status quo* normativo no setor (LIMA,2001).

Nos últimos anos, novas regras tornaram possível a desregulamentação e a privatização das comunicações, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Dentre elas, as mais importantes são:

- Lei 8.389 de dezembro de 1991, que instituiu o Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, na forma do artigo 224 da Constituição Federal terá como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional.
- Lei 8.977 de janeiro de 1995, ou Lei do Cabo²⁶, que permite a participação estrangeira em até 49% do capital das concessionárias;
- Emenda Constitucional nº8 de agosto de 1995, que quebrou o monopólio estatal das telecomunicações;
- Lei 9.295 de julho de 1996, ou Lei Mínima, que permitiu a entrada de capital estrangeiro nas áreas de telefonia celular e das telecomunicações via satélite, no limite de 49%, até julho de 1999;
- Lei 9.472 de julho de 1997, ou Lei Geral de Telecomunicações, que autorizou o Poder Executivo a estabelecer quaisquer limites à participação estrangeira no capital de prestadora de serviços de telecomunicações;
- Emenda Constitucional nº36 de maio de 2002, que permite a participação de pessoas jurídicas no capital social das empresas

²⁶ A Lei do Cabo (Lei nº 8977/1994), considerada um marco democrático na legislação da televisão brasileira, contou com decisiva participação de Daniel Dantas. Foi uma das principais conquistas do FNDC sob sua tutela, pois disciplinou os serviços de TV por assinatura a cabo, criando os canais comunitários, universitários, públicos e legislativos, adotando os conceitos de universalização dos serviços, compartilhamento de infraestrutura e controle público.

jornalísticas e de radiodifusão, inclusive de capital estrangeiro;

- Lei 10.610 de dezembro de 2002 que regulamentou a Emenda Constitucional nº 36 – registra-se a instalação, em junho de 2002, do Conselho de Regulamentação Social (CCS) previsto na Constituição de 1988, como órgão auxiliar do Congresso Nacional²⁷.

O Conselho de Comunicação Social criado para controlar essas leis, mas por descaso do Senado, em consonância com os donos da opinião pública que protelam a decisão sob sua composição, a instalação de fato ainda não obteve êxito.

Segundo Lima (2001), o modelo universal de concentração da propriedade e a presença dos *global players* acham no Brasil um ambiente historicamente convidativo, pois nossa organização de *mass media* (indústria da cultura, isto é, as emissoras de rádio e de televisão - aberta e paga -, os jornais, revistas e o cinema, portadores do que se chama comunicação de massa) estabeleceu-se como oligopólio. O rádio e a televisão são geridos pelo código de 1962, desatualizado e estruturado sobre poucas redes sem nenhuma regulamentação legal. As telecomunicações passam do controle do Estado para uns poucos oligopólios organizados.

Ainda, a legislação do setor é contraditória (LIMA, 2001). Se a Constituição brasileira estabelece, desde 1988, que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, Parágrafo 5º do artigo 220), normas legais mais recentes, como a Lei da TV a Cabo, a Lei Mínima e a Lei Geral de Telecomunicações, por disposição explícita do legislador, não abarcaram mecanismos lógicos reguladores e fiscalizadores da concentração da propriedade. Além disso, outros fatores contribuíram para a concentração da propriedade das comunicações no Brasil:

Primeiro - a ineficácia da norma legal (Decreto 236/67), que limita a participação societária de

²⁷ Essas legislações estão disponíveis em: <http://www.anatel.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

“entidades” de radiodifusão. (Ibidem). O Ministério das Comunicações, que deve fiscalizar o cumprimento da lei, interpreta “entidade” como “pessoa física” e considera óbvia a situação de propriedade cruzada que predomina em vários grupos de mídia do país. Somente a Rede Globo de Televisão tem participação societária em 32 emissoras de televisão, sendo que dez são próprias (LOBATO, 2000, apud LIMA, 2001, p.5).

Em segundo lugar, importa destacar o intervalo de prazo legal para a venda das concessões de radiodifusão, isto é, para a substituição legal de proprietários, período de apenas cinco anos e, apesar disso, sabe-se que na prática existem vendas antecipadas por meio de conhecidos recursos de “contratos de gaveta” (LIMA, 2001). Em terceiro lugar, não existem regras ou limitações legais para a “afiliação” de emissoras de radiodifusão, isto é, para a formação de redes nacionais e/ou regionais” (LIMA, 2001, p.5).

Outro fator a ser considerado refere-se à concentração horizontal, oligopolização ou monopolização dentro de uma mesma área. O melhor exemplo desse tipo de concentração no Brasil continua a ser a televisão, paga ou aberta. A entrada de novos grupos no mercado de TV a Cabo não alterou o controle do setor, aindamentido por dois principais grupos: Globo e Abril (LIMA, 2001).

As novas concessionárias (operadoras) só poderiam colocar as emissoras no ar a partir da produção de conteúdo novo ou da aquisição de conteúdo e programas já existentes. Por isso, alianças estratégicas se fizeram necessárias como, por exemplo, entre: Net Brasil e a TV Cidade; a Rede Globo e seus históricos concorrentes SBT e Bandeirantes. Com esse acordo, a TV Cidade poderia distribuir os “produtos” da NET, isto é, a programação que identifica as operadoras da Globo Cabo (RIBEIRO, 1999, apud LIMA, 2001).

Apesar da significativa entrada de novas operadoras, a NET Brasil continuava, em abril de 2000, tendo uma participação de quase 50% no mercado através de 105 operadoras de cabo e MMDS (cabo wireless), de 7 multioperadoras (Globocabo, NET Sul, Transcabo, ACOM, ESC 90, Brasil Telecom e Superimagem), num total de 1,3 milhões de assinantes só da marca NET (MADUREIRA, 2000, apud

LIMA, 2001, p.6).A Globosat, outra “distribuidora de televisão paga das Organizações Globo fez novas parcerias no ano 2000 ampliando o controle de organizações esportivas do grupo no país: a aquisição de 25% do capital da ESPN Brasil e a participação no canal Fox Sports” (OLIVEIRA, 2000, apud LIMA, 2001, p.7).

A TVA, do grupo Abril, mesmo retirando-se do empreendimento de TV por satélite “Direct TV” e vendendo sua cota de 50% no canal de esportes ESPN Brasil, no ano de 1999, antecipadamente anunciou um consórcio com dezessete operadoras independentes, “responsáveis por 86 operadoras em 95 cidades de todo país, para a criação da Neo TV que já nasceu reunindo operadoras que fornecem o serviço para cerca de 550 mil assinantes ou aproximadamente 25% do total de assinantes estimados no país” (GONÇALO JÚNIOR, 1999, apud LIMA, 2001, p.7).

Em junho de 2002, dados disponíveis no site da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) e pesquisa da *Pay TV Survey* indicavam que a participação no mercado de TV por assinatura no Brasil, por grupos, formava inúmeros índices, conforme apresentamos a seguir. No que diz respeito à TV aberta, a posição de oligopólio da Rede Globo acompanha a própria história da televisão no país, a partir dos anos 1970, e constitui exemplo clássico de concentração horizontal. Apenas para exemplificar, alguns dados trazidos por Lima (2001) são importantes para perceber a participação comparada da Globo no mercado brasileiro em relação às outras redes. No ano de 2000, esta rede possuía 113 emissoras - próprias, associadas e afiliadas, com cobertura geográfica por municípios de 98,91% e por domicílios com TV de 99,86%, com participação na audiência nacional de TV de 49% e audiência em horário nobre de 51% e 78% em relação à alocação de recursos publicitários. A hegemonia da Globo permanece, apesar de não ser mais total como foi no passado.

Em segundo lugar, está a SBT com 113 emissoras - próprias, associadas e afiliadas, com cobertura geográfica por municípios de 89,10% e por domicílios com TV de 97,18%, com participação na audiência nacional de TV de 24% e audiência em horário nobre de 25% e sem dados estatísticos em relação à alocação de recursos publicitários. Em terceiro, a Band com 75 emissoras - próprias, associadas e afiliadas, com cobertura geográfica por municípios de 60,65% e por domicílios com TV de 87,13%, com participação na audiência nacional de TV de 5% e audiência em horário nobre de 5% e abaixo seguem Record, Rede TV,

CNT, Gazeta e outras com índices muito simplórios em relação às três primeiras.

Considerando a concentração vertical, prática consolidada na televisão brasileira, Lima (2001) expõe tratar-se da integração de diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição. Um único grupo controla os vários aspectos da produção de programas de televisão e sua veiculação, comercialização e distribuição. Nesta área, o melhor exemplo continua sendo a produção e a exibição de telenovelas. Estudo clássico revelou como a Rede Globo possui estúdios de gravação e mantém, sob contrato permanente, autores, atores e toda a equipe de produção (roteiristas, diretores de programação, cenógrafos, figurinistas, diretores de TV, editores, sonoplastas etc.).

As Organizações Globo há muito operam uma estrutura multimídia que outros megagrupos internacionais só recentemente constituíram através daquilo que chamam de sinergia²⁸. Dessa forma, a Globo produz a novela em seus estúdios e a exhibe em sua rede de televisão. Além disso, “comercializa a novela para outros países, a trilha sonora através de gravadora própria (CDs e K-7) e divulga ‘o pacote’ através de sua rede de TV, seus jornais, revistas, emissoras de rádio etc.” (ORTIZ et al, 1989, apud LIMA, 2001, p. 8).

Conforme Lima, considera-se propriedade cruzada quando o mesmo grupo mantém diferentes “tipos de mídia do setor de comunicações, como por exemplo: TV aberta, TV por assinatura [...], rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia (fixa, celular e móvel, via satélite), provedores de internet, transmissão de dados, *paging* etc.” (LIMA, 2001, p.9). Alguns dos mais importantes grupos de comunicações no Brasil se solidificaram por meio da propriedade cruzada na radiodifusão (rádio e televisão) e na mídia impressa (jornais e revistas).

O monopólio em cruz, conforme Lima (2001), reproduz-se local e regionalmente, e verificando-se, na grande maioria dos estados da

²⁸ Ben Bagdikian (1992, p. 243) assim se refere ao processo de sinergia: “Em biologia este termo descreve duas entidades cuja interação produz algo maior do que a soma de suas duas partes. Nos mass media ele descreve como uma mídia pode ser usada para promover a mesma ideia, produto, celebridade ou político em outra mídia, ambas de propriedade da mesma empresa. Cada um dos novos gigantes globais busca o controle de tantas diferentes mídias quanto possível: jornais, revistas, rádio, televisão, livros, filmes, sistemas de cabo, canais de satélite, discos, videocassetes e redes de cinemas” (LIMA, 2001, p. 2).

Federação, sistemas regionais de comunicações constituídos por dois “braços” principais, geralmente ligados às Organizações Globo:

[...] (a) um canal de televisão, largamente majoritário, quase sempre integrante da Rede Globo; e (2º) dois jornais diários, um dos quais – o de maior circulação – está sempre ligado a um canal de TV, e – quase sempre – ao canal de televisão afiliado a Rede Globo; e sempre, paralelamente, ligado a uma rede de emissoras de rádio, com canais AM e FM. Cada um desses jornais, em quase todas as capitais, reproduz as principais seções de O Globo e seu noticiário é alimentado, predominantemente, pelos serviços da Agência de Notícias Globo (GUIMARÃES, 1994, p. 30-32, apud LIMA, 2001, p.12).

De fato, importa analisar o padrão histórico do sistema brasileiro de comunicação marcado pela presença dominante de grupos familiares e a sua vinculação com as elites políticas locais e ou regionais. Segundo Lima (2001), há mais de cinco décadas as Constituições brasileiras têm refreado a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiros. Em níveis diferenciados, esse controle aparece nas Constituições de 1946 (Art.160), de 1967 (Art. 166), de 1969 (Art.174) e de 1988 (Art.222).

A intenção de legisladores, seguindo outros países, propõe facilitar a identificação total dos proprietários e impossibilitar o controle deste campo pelo capital estrangeiro. Porém, um dos efeitos da regra, ao coibir a propriedade por pessoas jurídicas, tem sido o domínio histórico deste campo por pessoas físicas, “vale dizer, por ‘empresas’ familiares” (LIMA, 2001, p.12).

Outro fator importante é a dificuldade de conhecer os reais grupos concessionários no país, uma das finalidades do texto constitucional.

Existe um decreto do então presidente José Sarney que autorizou o *Diário Oficial da União* a somente publicar a razão social dos beneficiados com concessões de rádio e televisão. Não se publica, portanto, o nome das pessoas físicas contempladas.

A explicação oferecida para tal procedimento pelo então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foi que era necessário “economizar papel” (Jornal do Brasil, 2/10/1988, p. 1-14). Por outro lado, os limites de propriedade estabelecidos pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, como já mencionamos, raramente são cumpridos. A lei reza que a mesma pessoa física não pode ter participação em mais de dez emissoras de TV em todo o país, sendo cinco no máximo em VHF. A realidade, todavia, é bastante diferente. Os oito principais grupos familiares do setor de rádio e televisão no Brasil são [...] (a) nacionais: a família Marinho (Globo); a família Saad (Bandeirantes) e a família Abravanel (SBT); e (b) regionais: a família Sirotsky (RBS), a família Daou (TV Amazonas), a família Jereissati (TV Verdes Mares); a família Zahran (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e a família Câmara (TV Anhanguera) [...] (LIMA, 2001, p.14).

Políticos não podem ser donos de meios de comunicação, por razões legais e éticas. A Constituição proíbe a prática e a moral impede que um detentor de cargo público seja também concessionário de serviço público, o que causaria evidentes conflitos de interesse.

No Brasil, até 1988, o presidente da República tinha o controle sobre as concessões de radiodifusão, privilégio legal usado como “moeda política em troca de apoio para o grupo transitoriamente ocupante do Poder Executivo” (cf. MOTTER, 1994, apud LIMA, 2001, p.14). Expressões como “coronelismo eletrônico” ou “cartório eletrônico”²⁹ têm

²⁹ Lima (2001) faz a opção pela utilização do fenômeno nomeado *coronelismo eletrônico* porque guarda características e mantém traços comuns com o sistema de dominação e relações políticas originalmente estudado por Nunes Leal na República Velha, que justificam seu uso. A explicitação dessas características e traços comuns orientaram o desenvolvimento de sua pesquisa, paralelamente ao pressuposto de que a mídia – e, conseqüentemente, o seu controle – desempenha papel fundamental no processo político da sociedade brasileira. Em especial, procura contribuir para o tardio reconhecimento da importância do rádio –

sido reiteradamente empregadas para evidenciar o esforço de políticos em exercer, através de mídias de sua propriedade, a direção sobre o eleitorado. A sequela é uma forte ligação entre as comunicações e as elites, sobretudo regionais e locais, raízes profundas no país.

Para Cunha (2002, p. 217), a compreensão da mídia como “mecanismo indissociável do aparelho de Estado” e o entendimento do poder como um recurso fascinante não são recentes, estando sob controle de grupos familiares e/ou da elite política.

Todos querem uma fatia nesse bolo porque sabem que deter uma concessão de televisão significa estar mais próximo do exercício do poder. A expressão “coronelismo eletrônico” já pode ser usada sem aspas. É fato corriqueiro, basta olhar em torno. (MOTTA, 2002, p.217).

Contudo, a partir da Carta Magna de 1988, conforme Artigo 223, concerne ao Congresso Nacional o juízo dos atos do poder Executivo no que tange à licença ou renovação de concessões, permissões e autorizações de radiodifusão de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Conforme Lima (2001, p. 15), “o artigo 54 (letra a, do item I) estipula que deputados e senadores não podem ‘firmar contrato com [...] empresa concessionária de serviço público’”.

Da mesma forma, o Código de 1962, conforme parágrafo único do Artigo 38, que proíbe o exercício da “função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão a quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial”. Ademais, a Lei 8.987/95 estabelece novas regras para a concessão de serviços públicos e o Decreto 1.719/95, que aplica às telecomunicações os fundamentos desta lei, transformou as concessões em objeto de licitações públicas em que imperam os critérios técnicos e econômicos (LIMA, 2001).

Motta (2002) trata das mesmas proibições legais afirmando que a atual legislação proíbe o exercício da função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio e televisão a quem esteja no gozo de

comercial, educativo, comunitário ou “não-legalizado” –, que nem sempre merece a atenção que deveria ter nos estudos sobre a mídia no Brasil.

imunidade parlamentar ou de foro especial e, apesar de alguns especialistas considerarem tal legislação ultrapassada, a realidade aponta seu não cumprimento.

Tanto Lima (2001) quanto Motta (2002) analisam a surpreendente presença dos políticos nas comunicações no Brasil, com base em dados divulgados no ano de 1995, os quais indicavam, segundo Lima (2001, p. 15), que “31,12% das emissoras de rádio e televisão no Brasil eram controladas por políticos e, em alguns estados da federação, metade ou quase a metade das emissoras de rádio estavam sob controle de políticos”. No entendimento de Motta (2002, p. 220), “das 302 emissoras comerciais de TV existentes no país, 94 pertencem a políticos ou ex-políticos; dos 594 parlamentares, 130 tem uma concessão de rádio ou TV, ou uma combinação das duas”.

Conforme Lima (2001), com a Constituição de 1988, o coronelismo eletrônico sofreu variação, prosseguindo e se restabelecendo, como resultado da adoção do modelo de tutoria (*trusteeship model*), isto é, da aprovação pela União a empresas privadas para a exploração dos serviços públicos de rádio e televisão e, principalmente, pelas intensas alterações ocorridas com a progressiva centralidade da mídia na política brasileira, a partir do regime militar.

Emissoras de rádio e televisão, sustentadas em grande parte pela publicidade oficial, conectadas às redes nacionais dominantes, originam uma espécie de poder não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. Tais acordos “facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema” (LIMA; LOPES, 2007, p.3).

Ao controlar as concessões, o novo “coronel” efetiva a autopromoção e de seus prosélitos, divergindo, hostilizando e aniquilando a manifestação de opositores políticos, fator importante na construção da opinião pública, cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal.

No coronelismo eletrônico, portanto, a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação – vale dizer, na capacidade de influir na formação da

opinião pública. A recompensa da União aos coronéis eletrônicos é de certa forma antecipada pela outorga e, depois, pela renovação das concessões do serviço de radiodifusão que confere a eles poder na barganha dos recursos para os serviços públicos municipais, estaduais e federais (LIMA; LOPES, 2007, p.3).

Oligarquias dominantes em vários estados e regiões do país possuem, em comum, o vínculo com a mídia, em especial com emissoras de rádio e televisão comerciais e suas retransmissoras (RTVs), mas também com emissoras educativas (LIMA; LOPES, 2007). Seus membros ocupam cadeiras nos diferentes níveis de representação no Executivo e no Legislativo, mas, sobretudo, são governadores, deputados federais ou senadores. Os mais conhecidos exemplos são as oligarquias regionais identificadas por nomes como Barbalho (Pará), Sarney (Maranhão), Jereissati, Garibaldi, Collor de Mello (Alagoas), Franco e Alves (Sergipe), Magalhães (Bahia), entre outros.

A Constituição de 1988 alterou condições anteriores, originando novo tipo de coronelismo eletrônico, que não exclui o anterior, mas o complementa. Essa Carta Magna atribuiu ao município o status de ente federativo e estabeleceu transformações significativas na distribuição de recursos e competências, principalmente com relação à saúde e à educação. Afora os problemas em relação ao repasse de verbas pela União, instaurou-se movimento de “descentralização de políticas públicas que outorga aos municípios autonomia e institui intensas mudanças no federalismo e, deste modo, na política local” (ANDRADE, 2004, apud LIMA; LOPES, 2007, p.4).

Nessa conjuntura política local revitalizada o coronelismo eletrônico de novo tipo, associado notadamente a permissões e autorizações dirigidas às comunidades locais, cujo foco são as RTVs³⁰,

¹⁰ Levantamento realizado pelos jornalistas Sylvio Costa e Jayme Brener (1997) revelou a seguinte distribuição para as 1848 RTVs, que podiam inserir até 15% de programação própria por serem educativas ou estarem instaladas na Amazônia Legal em 1997: 527 pertenciam a empresas de comunicação sem vínculos políticos; 479 a prefeituras municipais; 472 a empresas e entidades ligadas a

“em especial àquelas destinadas às prefeituras (desde 1978), às Emissoras de rádio FM e às rádios comunitárias legalizadas” (Ibid., p.5).

Em 1998, a criação da Lei 9.612/98 regulamentou o exercício das rádios comunitárias no Brasil, uma inovação jurídica criada para abarcar uma realidade comunicacional não existente na legislação brasileira, ao mesmo tempo em que atendia aos apelos de diferentes organizações empenhadas na normatização do serviço de radiodifusão comunitária - aproximadamente 70% de todos os novos atos de concessões de radiodifusão são justamente de rádios comunitárias. Calcula-se que existam atualmente no país em torno de “18 mil rádios comunitárias ‘não-legalizadas’ em funcionamento, cerca de 10 mil processos arquivados e mais de 4 mil pedidos pendentes no Ministério das Comunicações (MiniCom)” (CARVALHO, ano, apud LIMA; LOPES, 2007 p.5).

A existência de uma quantidade excessiva de rádios comunitárias “não-legalizadas” indica guerra de posição por aqueles que controlam a radiodifusão comercial sobre o poder concessionário, executivo e legislativo, para impedir que a regularização aconteça. As comunitárias seriam suas competidoras diretas nos municípios. Além disso, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Polícia Federal exercem um controle rigoroso sobre as rádios “não-legalizadas”, diariamente fechadas e seus dirigentes presos (LIMA; LOPES, 2007).

Outro fato relevante, segundo Lima e Lopes revela que, não obstante a Constituição de 1988 dar aos municípios a condição de ente Federativo, ela robustece o poder privativo da União para conceder e renovar outorgas de radiodifusão, retirando, desta forma, a perspectiva de municipalização ou estadualização dessas atividades.

A alínea “a” do inciso XII do seu Artigo 21, em sua redação original e na alterada pela Emenda Constitucional nº 8, de 1995, deixa pouca margem de dúvida quanto a essa exclusividade, ao dizer que compete à União “explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os

igrejas; 102 a fundações educativas e 268 a entidades ou empresas controladas por 87 políticos (LIMA; LOPES, 2007, p. 5).

serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens³¹” (LIMA; LOPES, 2007, p.5).

Ainda, para Lima e Lopes, a Constituição de 1988 tanto altera o tema relativo à determinação da atuação do Legislativo na aprovação das outorgas de rádio e televisão – comerciais, educativas e comunitárias – quanto na sua renovação. Retira-se, conseqüentemente, a autoridade única de concessão deste serviço do Executivo. Por conseguinte, o Executivo passa a partilhar deliberações sobre sua “moeda de troca diretamente com as oligarquias políticas Estaduais e regionais [...] com os coronéis eletrônicos (ou seus representantes, deputados e senadores)” (Ibid., p.5), sendo muitos deles permissionários dos serviços.

Existe uma ressalva no que diz respeito às rádios comunitárias que já funcionavam em número considerável desde o final da década de 1980. Para sua concessão, submetiam-se a processo de análise interna no Ministério das Comunicações (MiniCom), depois, os atos eram enviados à apreciação do Congresso Nacional, dispensando as licitações públicas para sua outorga. Porém, em maio de 2001, com a Medida Provisória 2.143-33, retorna para o Executivo a concessão de rádios comunitárias e a MP dispõe que as permissões encaminhadas ao Congresso Nacional não avaliadas no prazo de 90 dias, se converterão automaticamente em permissões provisórias de funcionamento³². Devido a isso, o Executivo

³¹O juiz federal aposentado, Paulo Fernando da Silveira, publicou, em 2001, pela Editora Del Rey, o livro *Rádios Comunitárias* no qual defende a competência municipal para legislar sobre a matéria. Essa posição tem influenciado Câmaras Municipais de diversas cidades a aprovarem leis regulando as rádios comunitárias – como Itabuna (BA), São Gonçalo (RJ), Campinas (SP), São Bernardo do Campo (SP) e, inclusive, o município de São Paulo (SP). (LIMA; LOPES, 2007, p. 6).

³²A edição da MP 2.143-33 levantou a suspeita de que se tratava de medida destinada a impedir a formação da “CPI da Corrupção” no governo FHC, à época em debate no Congresso Nacional. O então ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, negou a acusação e justificou a MP da seguinte forma: “Ao longo de dois anos, nós autorizamos a criação de 659 rádios comunitárias em todo o país, fazendo a comunicação ao Congresso para que os processos fossem analisados. Apenas 29 já foram aprovadas pelos parlamentares e estão autorizadas a funcionar por três anos. Depois desse tempo, devem ser novamente avaliadas. A pressão pela aprovação das demais é insuportável. Em todos os locais onde eu

privilegia-se de sua capacidade para a efetivação de despachos em relação aos lentos trâmites do processo Legislativo e as rádios comunitárias tornam-se importante moeda de barganha política (LIMA; LOPES, 2007).

As rádios comunitárias, em sua maioria, são controladas de forma direta ou indireta por políticos locais, tais como vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a cargos, líderes partidários, seguidos, em distante segundo lugar, do vínculo religioso, predominantemente da Igreja Católica, revelando uma conciliação no interior do coronelismo eletrônico, que persevera como expressão política nem sempre eficaz, todavia relevante em muitos municípios brasileiros. “O universo das rádios comunitárias constitui uma enorme ‘caixa preta’ onde são pouquíssimos os dados oficiais disponíveis e onde, portanto, qualquer levantamento de dados constitui uma verdadeira corrida de obstáculos” (LIMA; LOPES, 2007, p. 7).

A aprovação de uma legislação específica para a radiodifusão comunitária foi, em grande parte, uma reação do Estado a uma realidade factual: a existência de um grande número de rádios não-outorgadas, boa parte delas em baixa potência, que já operavam no país. As estatísticas variam desde 2 mil a até 20 mil rádios funcionando sem licença em 1998, ano de promulgação da lei de radiodifusão comunitária (SILVEIRA, 2001, apud LIMA; LOPES, 2007, p.16).

Na visão de Lima e Lopes (2007, p. 16), a Lei 9.612 de 1998 não foi “resposta ideal” em termos de “democratização das comunicações e ampliação do acesso à radiodifusão”. De fato, tal legislação limitou, ao invés de viabilizar o acesso às concessões e o funcionamento das rádios

vou as pessoas perguntam. O problema é que nós examinamos, mas o Congresso não. A medida provisória foi uma forma de agilizar a entrada em funcionamento. A pressão é tão grande que há enorme desordem no espectro. Devem estar em funcionamento cerca de seis mil rádios ilegais, o que é um absurdo”. (MELO, Fabiana. Nenhuma rádio foi autorizada a funcionar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 maio 2001).

comunitárias, fato que respondia plenamente aos interesses dos empresários de radiodifusão.

Apesar das tentativas de avanço do Governo Lula, primeiro com a criação de um Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, para a necessidade imediata de avaliar os muitos processos de rádio comunitárias que estavam parados, a solução do GT teve efeitos limitados. Dentre os motivos, a ausência de modificações consideráveis na eficácia operacional do MiniCom e exigências burocráticas inalteradas no que diz respeito às concessões. Como resultado houve aumento no acúmulo de processos, não modificando a realidade dos que aguardavam pela avaliação de seus pedidos de concessão (LIMA; LOPES, 2007).

Em 2005 criou-se, por meio da Portaria nº 76, de 10 de fevereiro, um grupo interministerial (GTI), formado por representantes do próprio Ministério das Comunicações, da Casa Civil, dos Ministérios da Educação, Justiça e Cultura, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, da Assessoria Especial e da Secretaria Geral da Presidência da República, com a meta de identificar formas para simplificação, bem como agilizar os processos de concessão de radiodifusão, trabalho que gerou um longo relatório contendo recomendações inúmeras para alteração na política de radiodifusão comunitária. O relatório “ressaltava que a atual política de radiodifusão comunitária era excludente, na medida em que negava a diversas entidades a outorga de autorizações devido a uma infinidade de exigências burocráticas muitas vezes descabidas.” (Ibid., p. 18).

[...] esse relatório final jamais foi divulgado e nem sequer entregue ao presidente da República, como previa sua Portaria de criação. Isso porque, durante seu funcionamento, uma importante alteração ocorreu na titularidade do Ministério das Comunicações. Saiu Eunício de Oliveira e, em seu lugar, assumiu Hélio Costa, cujos compromissos políticos com a radiodifusão comercial revelaram-se muito mais fortes do que com a radiodifusão comunitária. (Ibid., p.18).

Outro fator relevante e de consequências expressivas tanto para o setor de comunicações como para as relações da sociedade com a religião foi o crescimento da participação das igrejas na mídia, especialmente na mídia eletrônica, na rádio e na televisão. “Trata-se dos templos eletrônicos, quer dizer, as igrejas na mídia, a utilização dos meios de comunicação pelas igrejas, seitas e demais congregações de cunho religioso” (BARROS, 2014, p.12). A década de 1990 simbolizou um marco dessa tendência: a compra da TV Record do Grupo Silvio Santos pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em 1990, e a entrada em funcionamento da Rede Vida de Televisão, ligada à Igreja Católica, em 1995 (LIMA, 2001).

Conforme Barros (2014), a legislação brasileira vigente não proíbe a locação de “espaços midiáticos” e horários a igrejas e demais grupos religiosos no rádio e na televisão. O que se confirma é a utilização do hiato legal, a falta de interesse do poder público na regulamentação dos recursos que versam sobre o tema da comunicação social e também sobre os contratos ajustados entre as organizações de radiodifusão e os arrendatários de horários. Organizações religiosas possuem atualmente grande representatividade nas diferentes esferas governamentais, possuindo deputados e senadores como membros, sendo essas tratativas ignoradas, no intuito de contemplar tanto poderosos da mídia quanto líderes religiosos presentes no governo.

Dados de março de 2008, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) mostram que, no Brasil, pelo menos 271 políticos são sócios ou diretores de emissoras de rádio e televisão. Dúvida pertinente envolve compreender como políticos conseguem burlar a lei, que não permite essa posse. Entre todas as lacunas existentes nas normas que regem o processo de concessão, duas são preponderantes para esta irregularidade constitucional: em 1995, Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto 1720/95, determinou outorgas de radiodifusão realizadas apenas através de licitação. No entanto, a nova regulamentação incidia exclusivamente nas emissoras de radiodifusão comercial, ou seja, rádios e televisões educativas poderiam ser outorgadas sem edital. Assim, tornou-se possível que, muitos políticos virassem concessionários, mesmo que a programação veiculada nos canais adquiridos não ressaltasse caráter exclusivamente educativo (LIMA; LOPES, 2007).

A segunda brecha diz respeito à transformação das retransmissoras (RTVs) mistas, que, até o ano de 1998, eram serviços explorados por entidades com ou sem fins educativos. Com o Decreto 2593, de 15 de maio de 1998, entrou em vigor o Regulamento dos Serviços de Retransmissão e Repetição de Televisão, que extinguiu o serviço, mas possibilitou às RTVs mistas tornarem-se geradoras educativas. Segundo levantamento da *Folha de São Paulo*, em 2002, Minas Gerais - estado do então ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga -, apresentou a maior incidência de RTVs mistas transformadas em geradoras, o que demonstra indícios de influência política. Desta forma, o proprietário escapava das exigências para regulamentar o canal.

Deprendemos que a processualidade histórico-política das comunicações no Brasil apenas mascarou *velhas* formas de organização e composição, sendo as características próprias de cada fase apenas travestidas. Evidentemente, avançamos no que tange a conquistas, como no caso das rádios comunitárias, porém precisamos continuar lutando para a modificação das concessões, permitindo interferir no destino a que servem, a manutenção do poder ideológico das oligarquias no Brasil (LIMA; LOPES, 2007).

2.4 AVANÇOS E DIFICULDADES NO GOVERNO LULA (2003-2010)

O Partido dos Trabalhadores (PT) anexou ao seu roteiro o empenho pela democratização da comunicação no país, com projetos que englobavam propostas para a área (LIETDTKE; AGUIAR, 2013). Nas eleições presidenciais de 2002, a polêmica sobre a democratização da comunicação incluiu documentos oficiais³³ de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, elaborados a partir da colaboração de setores da sociedade

³³ No documento de 20 páginas, intitulado “*Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil 2002*”, foi anexado o tema da democratização dos meios de comunicação, com a proposta de efetuação imediata do Conselho de Comunicação Social antevisto na Constituição. *Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social*. Programa de governo do Partido dos Trabalhadores, 2002.

civil, porém não compôs a redação final do programa de governo. As moções de um programa para a comunicação social como plano de governo para a área, validadas no congresso nacional do PT, não foram incorporadas ao projeto de campanha, tampouco ao programa de governo quando o PT chegou ao poder.

Tais propostas consistiam em argumentos criados pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), registrados no documento *Por uma Política Pública de Comunicação Social*, a exemplo da democratização do ingresso aos meios de comunicação, da efetivação dos princípios constitucionais de regionalização da essência e da relevância da programação de cunho informativo e cultural. Além dos clássicos temas defendidos pelo PT, “tais como o combate, a denúncia à concentração dos meios, técnicas para tornar os vínculos empresariais do setor mais evidentes ou modelos de supervisão pública das tarefas das empresas. Foi o primeiro indicativo, na análise do FNDC” (AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p.60, apud LIEDTKE, 2006, p.167), de que o governo não pretendia inserir políticas públicas na área da comunicação. O destaque na comunicação foi citado de forma fracionada nos projetos culturais ou de infraestrutura do Estado, sem avanço em questões polêmicas, historicamente apontadas pelo setor.

O documento evidencia que o governo petista usará políticas de enaltecimento à cultura nacional, em sua heterogeneidade regional, como item de recuperação da identidade do país, fomentando a socialização dos bens culturais e favorecendo a livre expressão de todas as formas culturais, encontrando novos mecanismos de financiamento da cultura, que não podem continuar, como hoje, exclusivamente subordinados ao mercado. (UM BRASIL..., 2002, p. 14-16, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p. 60).³⁴

No embate eleitoral de 2006, Lula lançou um *Caderno Setorial* sobre a Política de Comunicação, firmando um novo perfil à sua candidatura, incluindo na agenda pública o plano de democratização da

³⁴ Relativo ao item “Educação e Cultura”: para fortalecer a coesão do país.

comunicação, ausente do debate eleitoral presidencial nas eleições anteriores.

No segundo mandato, o PT apresentou para o programa de governo um documento denominado a “ampliação da democracia (PROGRAMA..., 2006a), no qual dedica uma cláusula para a área da comunicação, reafirmando que ‘será garantida a democratização dos meios de comunicação, permitindo a todos o mais amplo acesso à informação, que deve ser entendida como um direito do cidadão.’” (PROGRAMA..., 2006a, p.13, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p. 60). Os critérios basilares pautaram a criação de uma nova matriz para a área da comunicação, com caráter democratizante

As principais diretrizes propunham construir um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter coletivo direcionado ao processo de convergência tecnológica, a fim de promover a formação de medidas democráticas de comunicação, oportunizando “a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população, consolidar a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regionais e independentes e a competição no setor” (Ibid., p. 60). A incumbência para o mandato de 2006 seria lutar pela desconcentração da propriedade dos meios de comunicação. No caso de rádios e TVs, a principal medida seria o envio, ao Congresso, de uma Lei Geral de Comunicação Eletrônica, item incorporado ao texto final.

Outro foco do governo (PROGRAMA..., 2006a, p.13) era gerar regras legais que realmente controlassem a centralização de propriedades e conteúdo, assegurando concorrência, pluralidade e diversidade. Assim, o PT sugeriu nova listagem completa das concessões de TVs e rádios, no intuito de excluir empresas em discordância com a lei e mapear detalhadamente a concentração do setor.

A população teria “participação no processo de renovação e outorga de concessões de rádio e TV” através de sugestões populares. O escopo é resgatar o tempo desperdiçado no primeiro mandato, quando o governo não contemplou a comunicação “como tarefa politicamente estratégica” (ZANINI, 2006, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p.61).

Ao longo da campanha presidencial, uma prévia exposição do programa de comunicação chegou à imprensa. Rapidamente, os meios de comunicação hegemônicos mobilizaram sua “artilharia” contra o texto, sugerindo que o PT aspirava, autoritariamente, ao controle da mídia.

Na análise sobre a performance do governo Lula no setor da comunicação no decorrer do seu primeiro mandato, o PT afirma no *Caderno Setorial*, um progresso considerável na inclusão digital no país, referindo-se ao “aumento no acesso a computadores, devido à adesão de vários programas sociais no setor” (PROGRAMA..., 2006b, p.3, apud AGUIAR; LIEDKE, 2013, p.62). Aponta avanços significativos no campo da radiodifusão estatal, assegurando que a Radiobrás se afastou pouco a pouco de sua função histórica de comunicação institucional e “buscou adotar em seus veículos uma política editorial mais independente e voltada para o direito do cidadão à informação.” (PROGRAMA..., 2006b, p.4, apud AGUIAR; LIEDKE, 2013, p.62).

Outro teste para o segundo mandato de Lula, de acordo com o Caderno, seria formar, a partir das empresas de comunicação do governo federal, controladas por Radiobrás e Acerp (TVE-RJ), uma rede de cobertura nacional, com retransmissão nas emissoras educativas de todo o Brasil. Esta proposta integrava discussões em torno da realização do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, originando, depois, a TV Brasil (AGUIAR, 2012, p. 122, apud AGUIAR; LIEDKE, 2013, p.62).

A consolidação dessas redes tornou-se central num contexto em que, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Epcom, 6 redes privadas nacionais de televisão aberta e seus 138 grupos regionais afiliados monitoram 667 veículos de comunicação (COMUNICAÇÃO..., 2006). Perante tal quadro, o programa de governo Lula propôs a criação de legislação impedindo “a concentração de propriedade e de conteúdos historicamente construídos no Brasil, [...] garantir uma abertura destas TVs e rádios ‘a participação da sociedade organizada. Essa rede seria sustentada por conteúdos fornecidos por empresas comunitárias’ (COMUNICAÇÃO..., 2006³⁵, apud AGUIAR; LIEDKE, 2013, p.63) e

³⁵ “Consideradas uma das principais ferramentas para a democratização da comunicação no país, as emissoras comunitárias não encontraram, no primeiro mandato do governo Lula, um tratamento diferenciado. Pelo contrário. Segundo levantamento realizado pelo Inter-vozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, no primeiro semestre de 2006 foram fechadas, em média, 10 rádios comunitárias por dia, totalizando 1.800 lacres de janeiro a junho de 2006.

por projetos, como Pontos de Cultura e Telecentros Comunitários elaborados pelo governo, assim como por produções independentes e regionalizadas, com disposições de incentivo fiscal a esses produtores.

Finalmente, em seu balanço do primeiro governo do PT na Comunicação, o Caderno salienta que “o presidente Lula trabalhou para superar obstáculos históricos na área das telecomunicações e da comunicação social”, operando, particularmente, na sistematização do setor, que “tradicionalmente serviu como instrumento para a estímulo do setor comercial em detrimento do interesse público” (Ibid., p. 62), referindo-se à ANATEL.

Malgrado amplos aportes de militantes pela democratização da comunicação, o primeiro mandato do governo Lula priorizou a digitalização da televisão como ação principal no setor, abortando expectativas de expansão de um modelo efetivamente nacional de TV Digital (AGUIAR; LIEDTKE, 2013).

Em 26 de novembro de 2003, o presidente Lula assinou o Decreto nº. 4.901, criando o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), para determinar as diretrizes técnicas, econômicas e sociais do sistema. O decreto formou os comitês diretivo (Comitê de Desenvolvimento vinculado à Presidência da República), operacional (Grupo Gestor) (BRASIL, 2003)³⁶ e o Comitê Consultivo. Aos dois primeiros, coube a função de estudar e sugerir ao governo a tecnologia a ser adotada (BRASIL, 2003)³⁷, ou seja, um dos três sistemas existentes hoje mundialmente: DVB (europeu);

Simultaneamente mais de 8.180 solicitações de autorização de funcionamento de rádios comunitárias deixaram de ser analisadas pelo Ministério das Comunicações, e mais de 1.800 pedidos estão parados”.

³⁶ Contou com apoio técnico da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), com recursos provenientes do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) e de outras fontes aprovados pelo Comitê de Desenvolvimento.

³⁷ Encarregados ainda, respectivamente, da definição da forma de exploração do serviço de televisão digital e do período e modelo de transição do sistema analógico para o digital.

ATSC (norte-americano) e ISDB (japonês). (AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p. 64).

O Ministério das Comunicações aprovou o padrão japonês (ISDB), modelo tutorado por empresas comerciais de televisão, coordenadas pela Rede Globo, que teve no ministro Hélio Costa (ex-jornalista da emissora) seu principal mediador junto ao governo. O decreto de implantação da TV Digital, de n. 5.820, foi assinado pelo presidente Lula em 29 de junho de 2006 (AGUIAR; LIEDTKE, 2013). Tal ato viabilizou a outorga de um canal digital à recém-criada TV Brasil, em inauguração oficial datada de 2 de dezembro de 2007, em São Paulo, primeiro estado a empregar o novo sinal (*Folha de São Paulo*, 2007, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p. 65).

Além disso ensinou a formação de mais quatro canais públicos para exploração direta pela União, como o canal do Poder Executivo, o Canal de Educação, o Canal de Cultura e o Canal da Cidadania, e dois canais para o poder Legislativo (Câmara Federal e Senado), que duplicados, somam 12 canais. O decreto produz ainda três canais públicos para retransmissão, num total de 15 novos canais. O Ministério das Comunicações consignou ainda uma geradora (e não mais simples retransmissora) na capital paulista à TV Câmara e outra à TV Senado, ambas com sede em Brasília, oportunizando iniciar o processo de digitalização em parceria com o setor privado (ZANATTA, 2007, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p. 65).

Tal medida, significativa para a radiodifusão do setor público, tramita no Congresso Nacional em forma de projeto de lei que permitirá às emissoras legislativas, em torno de 22 emissoras geradoras de programação, hoje na quase totalidade cativas à TV paga, poder de transmissão em sinal aberto e gratuito para todas as regiões do país. Antes de concluir o seu governo, Lula baixou decreto favorável ao campo público de comunicação, concebendo a figura do operador único de rede para a radiodifusão pública. Conjuntamente, iniciou o processo de licitação em torno das antenas retransmissoras de TV digital, proporcionando acesso gratuito, através de sinal aberto, à programação da TV Brasil em todo o território nacional.

Houve uma severa crítica quanto a escolha do padrão japonês, pois, conforme Aguiar e Liedtke (2013, p. 66), apoiados em Castro (2006), as operadoras de telefonia sentem reflexos negativos, já que

pleiteavam “parte do espectro de UHF e VHF (usado pela TV) para tirar proveito dos serviços de telefonia e de distribuição de audiovisual pago”. Tal perda envolve também defensores da democratização, com a entrada de novos operadores. Para eles, a escolha do padrão japonês significa que o governo se rendeu ao pragmatismo, preocupando com as grandes emissoras de TV do país em ano eleitoral.

O ministro Hélio Costa afirmou que a escolha do padrão japonês, sob o ponto de vista técnico, coincide com os critérios estabelecidos pelo governo: capacidade de transmissão em “alta definição, flexibilidade (conteúdo pode ser transmitido para uma televisão instalada num ônibus em movimento, por exemplo) e portabilidade (imagem pode ser captada por aparelhos menores, como celulares)” (MEDINA, 2006, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p. 66).

A sociedade civil tentou atrasar a decisão pelo sistema a ser adotado no país, enquanto pedia participação efetiva no andamento da definição e defendia debates públicos, que promovessem a criação de um sistema democrático, plural e favorável ao desenvolvimento da indústria nacional. O Ministério das Comunicações contestou, por meio de nota à imprensa, que o governo tenha desrespeitado o decreto de 2003, do Sistema Brasileiro de Teve Digital (SBTVD), a legislação do setor de radiodifusão ou a Constituição, argumentando que a escolha foi feita com “participação dos mais diversos setores da sociedade, que puderam manifestar-se em seguidas oportunidades.” (ZIMMERMANN, 2006, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p. 67).

Em 19 de fevereiro de 2008³⁸, a Medida Provisória n.º 398, aprovada pela Câmara criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil³⁹, entrando no ar em 2 de dezembro de 2007, mesma

³⁸ Pieranti (2017) analisa que o governo federal estudou diferentes modelos de radiodifusão pública existentes no mundo e dedicou-se à elaboração do marco transformado na Medida Provisória n.º 398, de 10 de outubro de 2007, [...] aprovada pelo Congresso Nacional no fim do seu prazo de vigência, tendo sido convertida na lei n.º 11.652, de 7 de abril de 2008.

³⁹ A TV Brasil é uma emissora de televisão pública pertencente à empresa EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, com sede no Rio, e escritório central em Brasília, com 51% do capital pertencente à União. Visa potencializar a construção da cidadania, o fortalecimento da democracia e a atuação na sociedade, assegurando o direito à informação e o estímulo à produção regional. A TV Brasil é independente em relação ao Governo

data de inauguração da TV Digital, a partir da fusão da Radiobrás com as TVE-RJ (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto/ACERP) e a TVE do Maranhão, com orçamento anual de R\$ 350 milhões (AGUIAR; LIEDTKE, 2013).

Pieranti (2017, p. 23) destaca o papel da EBC como responsável pelas emissoras de radiodifusão pública subordinadas ao governo federal, “produzindo e programando os meios de comunicação e conteúdos estatais que seriam mantidos, tais como a NBr e a Voz do Brasil”. Para tal, a EBC agrupa a antiga Radiobrás, em parceria com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, uma organização social, para apoiá-la, obtendo outorgas das duas, funcionários da Radiobrás e apoio dos funcionários da Acerp.

Segundo Pieranti (2017), o sistema público de radiodifusão brasileiro, após a criação da EBC, não foi mais o mesmo. Essa Empresa, na visão do autor, “foi responsável por reunir as emissoras federais e amalgamar as diferentes entidades que atuavam na comunicação pública, passando a liderar, no futuro, uma nova rede pública” (Ibid., p. 23). O governo concebeu outras disposições a serem aplicadas nas redes públicas de comunicação. Foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei que obriga as operadoras de cabo a veicular um canal do Poder Executivo (canal NBR), “para a documentação e transmissão de atos e matérias de interesse do governo federal, a ser operado pela Radiobrás.” (CASTRO, 2004, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p.68).

Lula também acolheu antiga solicitação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de outorga de um canal de televisão, negada pelo então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O Decreto assinado em 13 de abril de 2005 deliberou uma concessão de canal de TV à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho da CUT, com fins exclusivamente educativos no município de Mogi das Cruzes/SP (CUT..., 2005, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p.68).

O governo não conseguiu alterar a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) para Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual

Federal para determinar produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão. Conta com a presença da sociedade civil no comando da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, acatando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

(ANCINAV), organismo regulador e controlador da produção e distribuição dos programas audiovisuais. Um pré-projeto não oficial, vazado para a imprensa em 2005, produziu forte cruzada de oposição, motivada, especialmente, por grupos hegemônicos dos meios de comunicação. Uma nova proposta foi remetida ao “Congresso Nacional e transformada na Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, que efetuou o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) regulamentado pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007” (AÇÕES..., 2010, p. 10, apud AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p.69).

A concentração da propriedade da mídia no Brasil não sofreu alteração significativa entre 2003 e 2010. O investimento publicitário do governo aumentou, bem como a participação do Estado na verba publicitária dos meios de comunicação, com fundos que superaram um bilhão de reais/ano. No segundo mandato do governo Lula, a publicidade oficial voltou-se também para a mídia regional (AGUIAR; LIEDTKE, 2013).

Tardiamente, a Conferência Nacional de Comunicação, CONFECOM, trouxe ao debate tema adiado pelo PT, a democratização da comunicação, devido à pressão no relacionamento com a mídia nacional, que claramente desaprovava e rejeitava o Governo Lula.

[..] a conferência de comunicação foi convocada quase no final do segundo mandato, enquanto outras áreas governamentais estavam praticando mais de uma conferência setorial. A CONFECOM, a exemplo das demais conferências ocorridas no governo Lula, constituiu-se em um importante instrumento de consulta popular, garantindo a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Trata-se de uma conquista política oriunda das lutas pela cidadania e pela democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil por parte das entidades populares representadas nas propostas aprovadas durante a sua realização em 2010 e que até agora não foram implementadas. (AGUIAR; LIEDTKE, 2013, p.69-70).

Conforme Marques e Silva (2011), os oligopólios de comunicação do Brasil acusam o governo Lula, e sua base política de apoio, de causar incessante atentado contra a Liberdade de Imprensa e Expressão ao determinar, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, que à 1ª CONFECOM caberia sistematizar debate abrangendo a regulação sobre concessões públicas de radiodifusão, monopólio e propriedade cruzada, radiodifusão comunitária, etc. Segundo esses grupos, debater “monopólio e propriedade cruzada seria um retrocesso e falar sobre regulação ou ‘controle social da mídia’ seria uma tentativa velada de censura prévia que lembra o período de exceção sob a ditadura militar” (SILVA; MARQUES, 2011, p.108).

O termo “controle social”, usual nos debates sobre políticas públicas de qualquer área, foi motivo de grande discussão por críticos da Confecom, sustentando que este termo seria evidência da ofensiva às liberdades de expressão e de imprensa (PIERONDI, 2017). O governo não conseguiu implantar o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), sendo o projeto enviado ao Congresso Nacional em 4 de agosto de 2004, elaborado pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), retirado da pauta após negativo impacto na imprensa (LIEDTKE, 2006).

Conforme Aguiar e Liedtke (2013), apesar da participação da sociedade civil para a realização da 1ª CONFECOM, tornou-se evidente a fragilidade do Estado perante as corporações da mídia, que com o seu poder histórico, permanecem em condições de intervir na governabilidade do país. Esse período governamental foi marcado pelo fantástico progresso da internet e pela expansão do radicalismo dos grupos privados de mídia sobre qualquer proposta de regulação das comunicações, proveniente ou não do governo. Segundo Aguiar e Liedtke (2013), apoiados em Lima (2010), Lula não conseguiu efetivar políticas democratizantes em relação às rádios comunitárias, ainda conduzidas pela Lei nº 9.612/1998 aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso, com característica claramente excludente.

2.5 O GOVERNO DILMA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO (2011-2016)

As políticas públicas não devem ser compreendidas apenas a partir de grandes marcos legais, leis gerais e estratégicos projetos

nacionais que eventualmente contenham. Necessitam, outrossim, ser pensadas e analisadas a partir de princípios, diretrizes, programas, projetos que, compreendidos em normas ditas secundárias, encontram condições de efetuar mudanças positivas, mesmo em um setor tão refratário a isso, como o da radiodifusão no Brasil.

Pieranti (2017) acompanhou o direcionamento das políticas públicas de radiodifusão de 2009 a 2016, do primeiro mandato ao fim do governo Dilma Rousseff, contribuindo inclusive para construir, implementar e, ocasionalmente, coordenar políticas públicas e ações na radiodifusão. Também é preciso compreender que políticas públicas de radiodifusão formuladas e implementadas no governo Dilma Rousseff têm raízes anteriores ao seu governo.

Há muito o Estado trabalha para mudar a perspectiva regulatória de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, que perdura até os dias atuais. Este panorama não foi positivo para o interesse público, pois além de não assegurar direitos primordiais referentes à radiodifusão, não atribui segurança jurídica para o avanço da radiodifusão no âmbito empresarial (PIERANTI, 2017). Apenas a partir de 2003 iniciaram-se novas ações para o tratamento das políticas públicas de radiodifusão.

A grande expectativa em relação às áreas de telecomunicações, radiodifusão e inclusão digital, no governo Dilma Rousseff girava em torno de um novo marco regulatório, debate que transpassou os anos finais do governo Lula, incluído no Fórum Nacional de TVs Públicas, aflorando na Conferência Nacional de Comunicação. Outra expectativa dizia respeito ao Plano Nacional de Banda Larga, pois o governo reativara a Telebrás e defendia a universalização da Banda Larga. Terceira expectativa central dizia respeito a abordagem sobre processos de radiodifusão, pois a área era marcada por arbitrariedades nas outorgas e ausência de planejamento para sua ampliação. O grande número de processos em andamento no ministério e a morosidade em sua conclusão eram objeto de críticas (PIERANTI, 2017).

Conforme Pieranti, a transparência constitui objetivo desde o governo Lula, quando o Ministério das Comunicações divulgou informações públicas a respeito da lista de sócios e diretores das emissoras de radiodifusão. Tal informação foi considerada progresso, apesar de algumas críticas, relativas a nomes de dirigentes já falecidos, fato que demonstrava o quanto os dados oficiais estavam defasados, ou pela falta de informação pelas entidades, ou porque os processos ainda

estavam em trâmite. Depois de algum tempo, os dados deixaram de ser atualizados e, finalmente, a lista foi retirada do site do Ministério.

A partir de 2011, diálogo permanente com diferentes setores da radiodifusão e a divulgação de informações públicas antes não disponíveis, permitiram uma relação de transparência.

Ainda no primeiro semestre de 2011, o ministério voltou a publicar a lista de sócios e dirigentes de emissoras de radiodifusão, tal como ocorrera no governo Lula. Até 2016, ela não havia sido retirada da página do órgão na Internet. Mais que isso, começou a divulgar resultados consolidados de números de emissoras por serviço e por estado; avisos de habilitação; listas de concorrentes nos avisos de habilitação dos diferentes serviços; e planilhas consolidadas com as sanções aplicadas, dentre outras informações. Várias dessas informações começaram a ser disponibilizadas ainda antes da publicação da Lei de Acesso à Informação⁴⁰. Como consequência dessa lei, o ministério rapidamente implementaria comitês para a organização das informações, ações de difusão interna dos novos dispositivos legais e um novo site, dentre outras medidas. (PIERANTI, 2017, p.45-46).

Além disso, o Plano Plurianual (2012-2015) do governo federal estipulou como um dos seus objetivos, averiguar todas as emissoras de

40 “A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos” (LAI: A Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 20 jan. 2018).

radiodifusão do Brasil, sinalizando “fiscalizar, por rotina, denúncia ou demanda judicial cerca de 10 mil estações” (PIERANTI, 2017, p.47). Para atingir tal meta foi fundamental reavaliar a relação entre o ministério e a agência (ANATEL) quanto a planificação das fiscalizações. A Portaria nº 1.613, de 9 de agosto de 2012, instituiu os sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão (SAR). Periodicamente, eram recrutados municípios das diferentes regiões, averiguando-se todas as emissoras tanto em aspectos jurídicos quanto à sua programação. A lista dos municípios e das “emissoras fiscalizadas por meio do SAR eram disponibilizadas na Internet. [...] Em 2012, o ministério publicou 753 sanções e, no ano seguinte, 1280 em relação aos mais diferentes serviços de radiodifusão” (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2014a, apud PIERANTI, 2017, p. 48).

Para a transparência das ações de fiscalização do ministério foi publicado o Regulamento de Sanções Administrativas, aprovado pela Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, que estipulava parâmetros para o cumprimento de penalidades e proposições para sua modificação, além de procedimentos de cálculo para verificação dos valores de multas, que variavam em função das infrações. Também foram corrigidas, a cada três anos, as quantias máximas de multas aplicáveis, tal como definido no Código Brasileiro de Telecomunicações. Concluído o governo de Dilma Rousseff, o regulamento foi modificado, dilatando, por exemplo, a pontuação exigida para a imputação de penalidades mais duras às emissoras de radiodifusão, tornando, desta forma, mais complexa sua aplicação (PIERANTI, 2017).

No que diz respeito aos processos de triagem para novas outorgas de radiodifusão educativa e de retransmissoras de TV, foram regulamentados, pela primeira vez, em 2011. Era necessário determinar processos seletivos com regras precisas, com um sistema novo de publicação de editais com a meta de assegurar a universalização dos serviços de radiodifusão – “espaço que foi preenchido até o final do governo pelos Planos Nacionais de Outorgas (PNO)” (PIERANTI, 2017, p. 49).

Para Pieranti (2017), a universalização do serviço de radiodifusão é contraditória, pois, apesar dos sinais de rádio e televisão

chegarem aos recônditos brasileiros, como um conjunto de serviços⁴¹, por outro lado, desenvolveram-se de maneira diferenciada, alguns mais difundidos que outros. Para o autor, o PNO de Radiodifusão Comunitária, ampliado para outros serviços, significou fundamental ação de universalização dos serviços de radiodifusão até maio de 2016. Durante o governo de Dilma Rousseff foram lançados quatro PNOs, visando sempre a universalização dos serviços, porém, no que se refere ao último Plano, nenhum edital foi publicado pela nova gestão, devido a troca de governo.

Radiodifusão remete a pluralismo, entendendo que uma política de outorgas associa-se à proteção e ao resguardo de direitos democráticos, tornando-se imprescindível que o Estado “defina e preserve uma política de outorgas para além das mudanças de governo. O Plano Nacional de Outorgas- ou outro nome de venha a ter no futuro – é instrumento essencial à promoção e à defesa do pluralismo na radiodifusão brasileira” (PIERANTI, 2017, p.67).

O Plano Nacional de Outorgas não soluciona todos os problemas da radiodifusão brasileira, como por exemplo, a determinação de fontes de financiamento estáveis e a necessária aprovação de novos marcos legais condizentes com o presente. Porém, este parâmetro assegura princípios fundamentais para a ordenação dos sistemas de radiodifusão público, privado e estatal, determinados na Constituição Federal como complementares. Dentre estes princípios estão “a garantia de espaço para as emissoras dos diferentes serviços, a previsibilidade sobre novas outorgas e a transparência da política de expansão, conferindo segurança jurídica aos novos entrantes” (PIERANTI, 2017, p.68).

Conforme Pieranti (2017), até 2011, o setor de radiodifusão apresentava um cenário obscuro, sendo limitadas as conexões entre o sistema privado e os sistemas público e estatal. Ao passo que o sistema privado se dividiu no processo da Conferência Nacional de Comunicação,

⁴¹ “[...] o setor de radiodifusão não deve ser visto como um único serviço, mas, sim, como um conjunto deles. O Código Brasileiro de Telecomunicações, em seu art. 6º, alínea ‘d’, começou a prever a complexidade, ao falar em ‘serviço’, no singular, mas simultaneamente prevendo que ele compreendia radiodifusão sonora e televisão. Depois dele, nasceram os serviços de radiodifusão educativa (também rádio e televisão), retransmissão de TV, radiodifusão comunitária (rádio), consignações da União, dentre outros” (PIERANTI, 2017, p. 51).

os sistemas público e estatal operavam de maneira mais planejada desde a realização do Fórum Nacional de TVs Públicas⁴².

No entendimento de Pieranti, a radiodifusão comercial ou privada encarava desafios inéditos despontados com a entrada do novo século – XXI. Um grupo acreditava na tradição da radiodifusão como elemento central da mídia ainda por muito tempo, enquanto outra fração percebia que as plataformas digitais brevemente afetariam o império das emissoras tradicionais. A legislação amparava ambas as teses: tanto a de que o sistema privado (TV) permaneceria organizado em grandes redes nacionais mantidas por um mercado publicitário consistente, quanto a de que a falta de restrições legais firmes “à entrada, na comunicação de massa, das novas plataformas digitais” (PIERANTI, 2017, p. 71) constituíam uma ameaça, pois portais internacionais cujo cerne era o jornalismo, paulatinamente disponibilizavam conteúdos em português,

⁴² O primeiro Fórum Nacional de Tvs Públicas realizou-se entre novembro de 2006 e abril de 2007 e teve o objetivo de discutir e desenvolver a criação de uma rede pública de televisão de qualidade e acessível à toda sociedade. Resultou na Carta de Brasília, documento que englobou concepções e diretrizes sobre os desafios à consolidação do campo público de televisão no país. Participaram autoridades, dirigentes e representantes dos mais variados segmentos de TVs públicas, representantes das agências reguladoras do cinema e das telecomunicações, de universidades, organizações da sociedade civil e do Governo Federal, além de representantes de emissoras públicas como a BBC (Reino Unido), NHK (Japão) e a RTP (Portugal), num total de mais de 500 pessoas.

O II Fórum aconteceu em abril de 2009, contando com representantes das associações e de entidades interessadas na temática da comunicação pública, em debates sobre temas que trataram de regulamentação, financiamento, infraestrutura em plataforma de TV Digital Terrestre, migração dos canais básicos de acesso gratuito da TV a cabo ao sinal aberto na transição à tecnologia digital; novos parâmetros de medição da performance das emissoras no que tange à programação; e novos modelos de produção para o campo público. Também foi pauta o financiamento de emissoras, implantação e transformações acarretadas pela chegada da TV digital, questões ligadas à programação – características, modos de produção, multiprogramação, regionalização, novos conteúdos voltados às novas plataformas - e, principalmente, parâmetros de aferição de audiência.

produzidos no Brasil, contrariando a Emenda Constitucional nº36 de 2002⁴³, sem receberem penalização.

A lei nº 12.485, de 2011⁴⁴, buscou instituir barreiras ao progresso das novas plataformas, reformulando o setor de TV por assinatura, vetando o controle das emissoras de radiodifusão por prestadoras de telecomunicações, mas o contrário também ocorreu. No que tange à regulação da comunicação de massa no Brasil, Dilma Rousseff, durante a campanha de 2014, inquerida sobre o “controle da mídia”, destacou como seus oponentes tratavam do tema com sentido negativo, associando a demanda regulatória, função própria do Estado nas mais diversas áreas econômicas, ao controle de direitos, como “liberdade de expressão e liberdade de imprensa” (PIERANTI, 2017, p. 73). Para Dilma a “regulação econômica” do setor possibilitaria mensurar o quadro de concentração e incentivar a competição, sem limitar os direitos assegurados pela Constituição Federal.

Pieranti, em breve análise comparativa com outros países onde a regulação econômica da comunicação de massa é bem estabelecida, destaca que, nos EUA:

A cada quatro anos, a FCC deve rever as regras referentes à concentração econômica. Em 2015, estava em curso um desses processos. Um mesmo grupo não podia controlar um jornal diário e uma emissora de radiodifusão de alta potência (AM, FM e TV) que cobrissem o mesmo município. Um mesmo grupo não podia deter um total de emissoras de TV que chegasse potencialmente a

⁴³ Dentre outros dispositivos, previa a propriedade de empresas jornalísticas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou a empresas constituídas sob leis brasileiras e com sede no país, permitindo investimentos de forma limitada.

⁴⁴ “A Lei Federal n. 12.485 foi discutida por 5 anos no Congresso Nacional e propõe remover barreiras à competição, valorizar a cultura brasileira e incentivar uma nova dinâmica para produção e circulação de conteúdos audiovisuais produzidos no Brasil, de modo que mais brasileiros tenham acesso a esses conteúdos”.

(TIRE suas dúvidas sobre a Lei da TV paga. Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/faq-lei-da-tv-paga>. Acesso em: 01 nov. 2017.

mais de 39% dos domicílios americanos (esta regra não estava em discussão no processo de revisão). Estavam proibidas fusões entre as principais 4 redes americanas (ABC, CBS, Fox, NBC). [...] A propriedade cruzada de emissoras de TV e rádio era permitida, em situações específicas, desde que houvesse outras independentes. Também existiam limites sobre total máximo de outorgas de emissoras locais de rádio, a depender do tamanho do mercado (PIERANTI, 2017, p.73-74).

No Reino Unido, as seguintes características sugerem como funcionam as regras:

A cada três anos o Ofcom deveria rever suas regras referentes à concentração econômica. A última havia sido realizada em novembro de 2012 e não foi ampla. A regra atual previa que uma empresa controladora de um jornal nacional com mais de 20% do mercado não poderia deter uma licença para retransmitir o Canal 3, nem deter participação superior a 20% em outorga destinada a retransmitir este canal (que é o principal dentre os privados). A Ofcom recomendava não rever esta regra, porém opinava por conferir ao Parlamento a faculdade de decidir quando e se esta regra deve ser suprimida. Também sugeriu a manutenção da regra que permitia ao Secretário de Estado (Ministro) vetar fusões de empresas de mídia que pudessem implicar em violação do interesse público. Na revisão de 2009, bem mais ampla, Ofcom removeu os limites estabelecidos para total de outorgas de emissoras de rádio local. Além disso, permitiu a propriedade cruzada, no nível local, desde que uma mesma entidade não dispusesse, simultaneamente, de um jornal local com mais de 50% do mercado potencial; rádio local e TV local que retransmitisse o Canal 3. A Ofcom manteve as seguintes regras: impedimento de propriedade cruzada entre Canal 3

e jornais nacionais; separação entre as fontes de financiamento do Canal 3 e da BBC (Ibid., p. 74).

O sistema brasileiro estava muito distante dos sistemas internacionais. Até 2012, o olhar crítico sobre a configuração do mercado de TV no Brasil limitava-se ao âmbito acadêmico ou a propostas na esfera dos movimentos sociais, como o caso do Projeto Donos da Mídia (PIERANTI, 2017). A Anatel, a fim de exercer previsão legal, firmou em regulamento quais eram essas redes: “As redes nacionais deveriam cobrir todas as regiões brasileiras e mais de um terço da população. A primeira lista estabelecida em 2012, conforme, previa 14 redes; a segunda, publicada em 2016, atingiu 16” (Ibid., p.77).

A avaliação, no entanto, não alcançou todas as redes de televisão e os conflitos políticos crescentes foram um entrave para o progresso da matéria. Nos primeiros dias de 2015, o deputado Eduardo Cunha, líder do PMDB no governo anterior e futuro presidente da Câmara dos Deputados, declarou que o partido era contra a “regulação da mídia”. Enfático, em rede social, disse que o partido “nem aceita discutir o assunto” (COELHO, 2015, apud PIERANTI, 2017, p.78). Semanas depois, foi ainda mais efusivo: “aborto e regulação da mídia só serão votados passando por cima do meu cadáver” (LEAL, 2015, apud PIERANTI, 2017, p.78). Além de deter a maior bancada, o PMDB era, também, o partido do vice-presidente da República na época.

Após Dilma Rousseff ter defendido a regulação econômica da mídia, durante sua campanha, “a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados incluiu, na pauta de sua primeira reunião de 2015, os PLs nº 4026/04 e 6667/09” (PIERANTI, 2017, p.78). Os dois Projetos de Lei versavam sobre o tema, obtendo, o primeiro, apreciação contrária do relator, e o segundo, permaneceu parado por mais de quatro anos.

A outorga de emissoras educativas de TV ou rádio que até 2011, segundo Pieranti “foi prática discricionária do Poder Executivo, sofre uma alteração a partir de 2011 quando foi estabelecida a primeira portaria encarregada por regularizar as concorrências para obtenção de novas emissoras educativas” (Ibid., p.144). Quatro portarias foram editadas pelo Ministério das Comunicações: nº 256, de 6 de julho de 2011, submetida anteriormente à Consulta Pública; nº 420, de 14 de setembro de 2011; nº 355, de 12 de julho de 2012; e nº 4.335, de 17 de setembro de 2015.

Tais portarias predisseram critérios adotados para mais de um concorrente, etapas das licitações e documentação a ser encaminhada, delimitando também quais conteúdos poderiam ser veiculados. Ainda, impediram qualquer tipo de doutrina na programação, determinaram que as licitações seriam transparentes e de fácil acesso a qualquer cidadão, como previsto na Lei de Acesso à Informação – após sua edição –, além da obrigação de “parceria formal entre as fundações de direito privado interessadas em obter outorga e instituições de ensino” (PIERANTI, 2017, p.145).

O Canal da Cidadania, além dos canais do Poder Executivo, da Educação e da Cultura também foi contemplado no decreto nº5820⁴⁵ de 29 de junho de 2006, para uso exclusivo da União, com a finalidade de “transmitir programações das comunidades locais e divulgar programação institucional dos poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal” (Ibid., p. 147). A fim de oportunizar a programação, o ministério desenvolve parcerias convenientes. No ano de 2010, a Portaria nº 189, de 24 de março, determinou os fundamentos para o canal e previu a existência de um conselho.

O conceito do canal, segundo sua formulação original, era muito bom. Associações comunitárias já podiam operar rádios, mas não produziam programação para a TV aberta. Depois da lei nº 8.977, que previu a obrigatoriedade de carregamento de um canal comunitário por município pelas prestadoras de TV a Cabo, a sociedade civil, em dezenas de municípios, já se organizara para produzir programações destinadas a ocupar esse novo espaço. Ou seja, em 2011, programação com as mesmas características da imaginada para o Canal da Cidadania estava sendo produzida (Ibid., 147).

⁴⁵ Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelecendo diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, além de outras providências. (DECRETO n. 5820/2006. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/legislacao/decretos/430-decreto-5820>. Acesso em: 08 nov. 2017).

Em 2011, o ministério avaliou que o Canal da Cidadania tinha enorme vocação de democratização no segmento de televisão, sendo necessário apenas algumas correções para tal, realizadas sob o decreto n° 7.670, de 16 de janeiro de 2012, passando o canal a ser previsto como outorga para estados, municípios e Distrito Federal. A regra original sofreu duas alterações: a primeira com a Portaria n° 57, de 13 de março de 2013, que consentiu a emissoras educativas ligadas a governos estaduais requer adequação de suas outorgas para o modelo de Canal da Cidadania; a segunda alteração se deu pela Portaria n° 6.413, de 2 de dezembro de 2015, que diminuiu de nove para três o número de documentos imprescindíveis à instrução do processo de outorga (PIERANTI, 2017).

Importante propulsor para ampliação do pluralismo na televisão brasileira, este canal, todavia, encontra-se subordinado à condição financeira dos municípios e a sua compreensão a respeito da relevância de políticas públicas de radiodifusão, como fundamentos para o fortalecimento da democracia e para a construção da cidadania. A questão dos recursos torna-se mais complexa em momentos de crise econômica, dificultando políticas públicas nesta área, assim como na esfera municipal.

O curso do sistema público de radiodifusão, para Pieranti, envolve a anuência e a garantia deste conceito pela sociedade, a depender da relevância que a sociedade dá às emissoras que integram este sistema. A edificação desta concepção é um movimento árduo, visto que a “tradição do sistema estatal – ‘a TV do governo X’ e ‘a rádio do governo Y’ – é significativa na história do país” (Ibid., p. 154).

Em 2016, um ano depois, a Medida Provisória n° 744, editada no dia seguinte ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff, evidenciou o que o novo governo esperava das emissoras vinculadas a EBC: foi extinta a previsão de um mandato fixo para o seu diretor-presidente, assim como se extinguiu, também, o Conselho Curador (Ibid., p. 154).

As políticas de radiodifusão no governo de Dilma Rousseff avançaram em relação ao panorama anterior, sendo grande desafio das gestões vindouras atentar para uma visão mais ampla das políticas públicas nesta área, “não como próprias de um governo, mas sim como de Estado.” (PIERANTI, 2017, p.194). O primeiro passo requer manter as políticas existentes e, em seguida, aprofundá-las, a fim de assegurar a consolidação dos sistemas público, privado e estatal de radiodifusão.

2.5.1 Regulação da mídia no Brasil e leis em vigor na atualidade

Regras devem regular o campo das concessões públicas, incluindo a mídia nacional. Apesar das discussões sobre um marco legal regulatório que substitua as inúmeras leis que tratam, atualmente, das matérias da área de comunicação e regule outros tantos pontos, não se efetivou um denominador comum. Não existe um projeto definido para funcionar como texto regulatório do setor de comunicação capaz de abarcar aspectos econômicos e conteúdos da radiodifusão brasileira. Dada a falta de um marco regulatório, torna-se encargo do Poder Judiciário cobrar o cumprimento das leis vigentes.

A relação com o poder é de suma importância para o entendimento dos movimentos iniciais que delinearam os marcos regulatórios das comunicações no decorrer dos últimos séculos. Os donos da mídia, sempre que ameaçados em suas práticas, buscaram apoio político, militar, cultural e econômico, a fim de exercer qualquer controle sobre setores da sociedade. Quando se discute os papéis reguladores do Estado em relação à mídia, reitera-se o argumento de que regular é censurar. Porém, é preciso lembrar que a regulação, dentro dos princípios do Estado democrático, tem o objetivo de determinar diretrizes reguladoras e não estabelecer uma prática de censura aos meios de comunicação.

Mecanismos reguladores, com fins a banir a censura dos regimes constitucionais adotados nas democracias contemporâneas e garantir a liberdade de expressão e de imprensa, são fundamentais, além da necessidade de determinar marcos legais que regulamentem o exercício dessas liberdades. Assim, essas normas de regulação devem orientar os

meios de comunicação de massa, não como limitadoras da divulgação de informação, mas enquanto mola propulsora ao pluralismo.

Enfim, ratificando a reportagem de Pedro Ekman e Bia Barbosa, “Regulação da mídia não é censura”, em Carta Capital (2014), após 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, nenhum artigo de seu capítulo V, que versa sobre a Comunicação Social, foi regulamentado, abrindo um hiato regulatório para a área e consentindo que se estabeleçam situações contrárias aos preceitos estabelecidos em tal capítulo. Os autores destacam que os impactos da não regulamentação constitucional são evidentes:

- O artigo 220, por exemplo, define que não pode haver monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica. Hoje, no entanto, uma única emissora controla cerca de 70% do mercado de TV aberta.
- O artigo 221 define que a produção regional e independente devem ser estimuladas. No entanto, 98% de toda produção de TV no país é feita no eixo Rio-São Paulo pelas próprias emissoras de radiodifusão, e não por produtoras independentes.
- Já o artigo 223 define que o sistema de comunicação no país deve respeitar a complementaridade entre os setores de comunicação pública, privada e estatal. No entanto, a imensa maioria do espectro de radiodifusão é ocupada por canais privados com fins lucrativos. Ao mesmo tempo, as 5.000 rádios comunitárias autorizadas no país são proibidas de operar com potência superior a 25 watts, enquanto uma única rádio comercial privada chega a operar em potências superiores a 400.000 watts. Uma conta simples revela o evidente desequilíbrio entre os setores.
- Por fim, o artigo 54 determina que deputados e senadores não podem ser donos de concessionárias de serviço público. No entanto, a família Sarney, os senadores Fernando Collor, Agripino Maia e Edson Lobão Filho, entre tantos outros parlamentares, controlam inúmeros canais em seus estados. Sem uma lei que regulamente tal

artigo, ele – como os demais da Constituição – torna-se letra morta e o poder político segue promiscuamente ligado ao poder midiático. (EKMAN; BARBOSA, 2014).

Regular os meios de comunicação trata-se de premissa constitucional, definindo preceitos reais para o funcionamento destes veículos, no sentido de atender aos objetivos deliberados pela sociedade na Constituição vigente⁴⁶.

⁴⁶Conforme a Agência Nacional de Telecomunicações, as Leis que ainda vigoram, ligadas a telecomunicações e radiodifusão são: **Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015** Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. **Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011** Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009 Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências. **Lei nº 10.703, de 18 de julho de 2003** Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências. **Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001** Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências. **Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000** Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, e dá outras providências. **Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000** Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998** Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997** Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. **Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996** Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências. **Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972** Prorroga o prazo de concessões e permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora que

3 A MÍDIA COMO INTELECTUAL ORGÂNICO DA CLASSE DOMINANTE

Neste capítulo construímos uma reflexão sobre a mídia tradicional como intelectual orgânico integrado ao projeto hegemônico neoliberal e neoconservador, dizendo-se neutra.

3.1 A MÍDIA COMO INSTITUIÇÃO POLÍTICA

Compartilhando da ideia de Liedtke, faz-se pertinente ampliar o debate sobre os vínculos entre poder público e mídia, compreendendo como a mídia opera na arena política, sendo mediada também por outros poderes. O governo compartilha poder com os meios de comunicação, uma vez que suas diretrizes políticas também são direcionadas para conquistar espaços na mídia, precisando “dela para se comunicar com o povo brasileiro e atingir objetivos políticos” (LIEDTKE, 2006, p.5).

O governo investe em rituais simbólicos e espetáculos políticos para seduzir a imprensa no seu conteúdo jornalístico, disputando esse espaço com outros atores sociais e políticos, para através dos instrumentos de mediação conquistar o consenso e consolidar sua hegemonia política. Por sua vez, a mídia também consegue interferir na agenda do governo, pautando determinadas ações do Executivo a partir do seu repertório informativo (Ibid., p.5-6).

especifica e dá outras providências. **Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966** Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962** Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Importa refletir sobre a função da mídia na atualidade, discutindo a conquista da hegemonia por parte de um projeto em que os meios de comunicação são aliados indispensáveis, uma vez que atuam como “suportes de consenso”⁴⁷ na luta política.

Neste sentido ela também se torna um alvo de disputas, pois a ocupação de seus espaços, além de servir para a conquista da hegemonia e para a produção de consensos, torna-se funcional para incluir temas determinantes na configuração da agenda pública e política (*agenda-setting*) [...] (LIEDTKE, 2006, p.13).

A centralidade da mídia na política, conforme Liedtke (2006), revela papel mediador na maior parte do jogo político atual, operando como um ambiente ou mesmo um mecanismo de conflito e de poder dos diferentes agentes sociais, que centram nos meios de comunicação de massa suas diferentes necessidades. Nem sempre existe uma representação igualitária nos espaços midiáticos e, sendo assim, a mídia é um espaço de tensão e conflito. Neste sentido, ela também se torna alvo de disputas, pois a ocupação de espaços, além de servir para a conquista da hegemonia e a produção de consensos, faz-se funcional para incluir temas determinantes na configuração da agenda pública e política (*agenda-setting*)⁴⁸.

⁴⁷ Segundo Maria Helena Weber (2000, p. 152) este termo, definido também por Externou (1980, p. 8), conforma temas integrados por estruturas tecnológicas e administrativas governamentais, por profissionais de comunicação e pelas mídias. As relações entre Estado e sociedade são efetuadas através de processos comunicativos, os quais possibilitam a construção e a realização da hegemonia da classe ou fração de classe que, num momento histórico, detém o poder político ou busca obtê-lo.

⁴⁸ Conforme Liedtke (2006, p. 62), as primeiras pesquisas voltadas para verificar o potencial de agendamento dos meios de comunicação surgiram nos Estados Unidos a partir da década de 1970. Em um artigo publicado em 1972, Combs e

Compete lembrar que a política nem sempre acontece em espaços públicos, pois não está permanentemente exposta ao olhar da opinião pública. Grande parte da população necessita do auxílio dos jornalistas para ter ciência sobre o que políticos e governantes estão realizando. Ao incumbir-se desta importante atribuição de mediação política, a mídia torna-se primordial no processo de movimento das informações de interesse público: “os políticos utilizam a mídia para se comunicar com a sociedade, assim como os agentes sociais utilizam a mídia para canalizar suas demandas e reivindicações para os governantes” (LIEDTKE, 2006, p.13).

Trata-se de um *locus* de diferentes vozes, conflitos, inquietação, relações de poder, onde os atores políticos movimentam-se pela luta de espaços, substanciais no desafio político. No que tange à política nacional e à atuação dos governantes, a associação entre mídia e Estado se redobra, pois, esta obtém centralidade como espaço para direcionar grande parte dos agentes na disputa política.

O desenvolvimento dos meios de comunicação compõe significativos avanços tecnológicos que vivenciamos na contemporaneidade, conseqüentemente, tendo efeito direto nas formas de sociabilidade, e provocando transformações em diversas áreas da vida social.

Os desdobramentos dessa transformação atingem vários setores. Na economia, percebemos uma acelerada concentração de propriedade sobre os meios de comunicação, com fusões de empresas e

Shaw utilizaram pela primeira vez o termo agenda-setting, admitindo o poder midiático de interferir no repertório da comunicação interpessoal, com uma tendência das pessoas conversarem e pensarem sobre temas ofertados pela mídia. A ideia básica do conceito pode ser resumidamente apresentada da seguinte maneira: “a capacidade da mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media” (COMBS; SHAW, 1977, p. 7, apud LIEDTKE, 2006, p. 61). Particularmente, interpretamos o *agenda-setting* como o poder dos meios de comunicação em pautar, tanto a comunicação interpessoal, como os acontecimentos na sociedade.

formação de grandes conglomerados de mídia atuando em vários continentes. Na política, apesar de muitos pesquisadores defenderem os avanços democráticos provocados pelos diversificados fluxos de informação, há aqueles que se preocupam com os elevados poderes da mídia na sociedade, diante da capacidade dos grupos de comunicação interferirem nos processos políticos. (LIEDTKE, 2006, p.14).

A tese da mídia como quarto poder não tem sustentação na atualidade, pois esta “não pode ser dissociada dos demais poderes, que estão cada vez mais permeados pelos meios de comunicação de massa” (LIMA, 2005, apud LIEDTKE, p.16). No entendimento de Marcondes Filho, “a imprensa funciona como um braço alongado de outros poderes já instituídos” (MARCONDES FILHO, 1993, p.121, apud LIEDTKE, 2006, p. 16), suscitando perceber a relação de complementaridade e disputa entre poderes políticos e midiáticos, pois a mídia, ao apresentar uma realidade, interfere na trajetória política.

O sociólogo britânico John Thompson avalia o impacto do desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa (MCM) na política: “o conhecimento que temos dos líderes políticos e de suas políticas, por exemplo, é derivado quase que totalmente dos jornais, da rádio e da televisão, e as maneiras como participamos do sistema institucionalizado do poder político são profundamente afetadas pelo conhecimento que daí deriva”. Assim, nossa experiência dos fatos como “políticos” são mediados pela comunicação de massa. Portanto, “o papel da mídia é tão fundamental a este respeito que seríamos, no mínimo, parciais se retratássemos a natureza da conduta da política [...] sem referência ao processo de comunicação de massa” (THOMPSON, 1995, p.285, apud LIEDTKE, 2006, p.17).

Ferramenta primordial para a construção do imaginário social, a mídia influencia a informação acessada pelos indivíduos. A televisão é a principal fonte de notícia política para a maioria da população, sendo que aproximadamente 80% do povo brasileiro a utiliza como principal fonte de informações e entretenimento.

Seus recursos informativos e estéticos são altamente persuasivos, interferindo em vários segmentos da vida em sociedade, seja na cultura, na política ou na economia, com consequências perceptíveis na esfera pública. Assim, não compreendemos alguns fenômenos sociais sem levar em consideração o poder da mídia. (LIEDTKE, 2006, p.18).

Nos grandes meios de difusão de informação os interesses do capital encontram um dos seus *locus* fundamentais, pois a mídia opera como decisivo agente discursivo na sociedade, atuando para produzir o discurso hegemônico, conduzindo as disputas no âmbito público. Os meios de comunicação são poderosos influenciadores do imaginário coletivo, relevantes mentores na assimilação articulada acerca dos fatos sociais. Sua influência na disputa da hegemonia é defendida por Vinício de Lima, em detrimento dos demais organismos de participação política:

Quando Gramsci, na Itália das décadas de 1920-1930, aponta os organismos de participação política na sociedade civil aos quais se adere voluntariamente – escola, igreja, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, organizações da cultura (jornais, rádio, cinema, folhetins) – como portadores materiais da hegemonia e com a tarefa de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, ele não poderia antecipar a importância central que os mídia [media e o plural latino de médium, meios] viriam a ter, meio século mais tarde, na organização material da cultura. O advento dos meios de comunicação eletrônicos, sobretudo a televisão, transforma os mídia no aparelho privado de hegemonia mais eficaz na articulação hegemônica

(e de contra-hegemonia⁴⁹), vale dizer, na capacidade definir/construir os limites do hegemônico (da realidade) dentro dos quais a disputa política ocorre (LIMA, 1995, p. 78-79, apud LIEDTKE, 2006, p.19).

Ao analisar o conceito de hegemonia, Liedtke (2006, p. 19) exemplifica como um telejornal sistematiza e forja fatos, não com seus significados reais, mas com um esforço ativo de “fazer as coisas significar”, gerando crítica aos jornalistas por trabalharem numa esfera ideológica. Desta forma, a mídia atua politicamente, tanto frente à sociedade quanto ao governo, fomentando o corpo social cotidianamente

⁴⁹O conceito de hegemonia em Gramsci não negligencia as contradições existentes e persistentes na sociedade burguesa, pelo contrário, as denuncia e desmascara ao mostrar onde reside o mecanismo de sua eficiência. A hegemonia em Gramsci “revela que a burguesia para manter sua direção intelectual e moral (e não apenas econômica) sobre toda a sociedade necessita fazer concessões, ceder espaço para as reivindicações dos grupos sociais subalternos e de certa forma acolhê-las e incluí-las em seu projeto de sociedade. O exercício da hegemonia não é algo pacífico, Gramsci sabia disso, os grupos dominantes sofrem pressões, demandas, contestações, greves, críticas. Mas ao mesmo tempo esses grupos aprenderam a lidar com essas reivindicações, até mesmo a incentivá-las, assimilá-las e legalizá-las. É esse ponto que diferencia o novo momento vivido pelo Estado Moderno que personifica a fórmula da ‘hegemonia civil’ [...]. Gramsci não falou em contra-hegemonia dos grupos sociais subalternos, mas ao analisar a nova dinâmica das forças políticas existentes nas sociedades de capitalismo avançado, falou em reforma intelectual e moral – a construção de uma nova hegemonia. A reforma intelectual e moral inicia-se dentro da própria vigência da sociedade capitalista, criticando-a, renovando-a até a sua total superação em uma nova sociedade mais justa. Essa reforma acontece diariamente nas ‘trincheiras modernas da luta’ (a sociedade civil), através dos debates ideológicos, dos projetos sociais, educacionais, políticos. A construção de uma nova hegemonia pensada por Gramsci por parte dos grupos sociais subalternos não se resume a permanecer na direção do anti, do contra. Pelo contrário, era um movimento muito mais complexo, um movimento ‘molecular’ de mobilização de toda a sociedade. Um movimento de educação das massas, de elevação intelectual e moral, de renovação de valores e de perspectivas – um movimento de organização da cultura.” (SOUZA, 2013, p. 75).

com notícias que norteiam o poder público para questões elencadas pela pauta midiática. Por meio da mídia políticos transparecem ações, fundamentam discursos e programas sociais, construindo imagens como homens públicos. A agenda da mídia torna-se *locus* de disputa da hegemonia política e o triunfo de enquadramentos positivos.

Mottainterpreta que imprensa e poder mantém uma relação de simbiose, estando historicamente relacionados. A criação da imprensa ocorre junto à criação do Estado Moderno e com uma forma de poder, para além do uso da força, com meios mais sutis de persuasão. “Todo governo, como expressão de um poder, fez e continua fazendo uso da imprensa e de outras formas de persuasão para criar melhores condições de governabilidade. Há quinhentos anos dizia Maquiavel: governar é fazer ver” (MOTTA, 2002, p.13).

O papel que a mídia representa na política, principalmente nas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade, também pode ser entendido com um suporte de consenso. No entanto, apesar de interferir no fazer político, a mídia não é responsável integralmente pelo processo político, obviamente por ser um campo de conflito entre os atores políticos e por servir como mecanismo complementar para intervir na disputa política. Por isso, a necessidade de “governar com a mídia”⁵⁰.

Contudo, no jornalismo incidem as atenções, em virtude de seu incontestável poder de opinião e convencimento sobre a sociedade, que muitas vezes não corresponde aos verdadeiros interesses da coletividade. Dentre os estudiosos da atuação crescente dos meios de comunicação de massa no campo político, encontram-se aqueles que encaram a mídia como uma organização de fato estabelecida nos “processos políticos, disputando com partidos, políticos e governo seu espaço na condução dos assuntos nacionais” (LIEDTKE, 2006, p.23).

Hamilton Octavio de Souza, quando escreve sobre a atualidade dos estudos do professor Perseu Abramo, relata que, mesmo atualmente, a atividade jornalística deve ser entendida e avaliada como “uma categoria política, como instrumento de propagação ideológica de grupos, setores e classes sociais” (SOUZA, 2016, p. 29).

Tanto é que o texto mais completo sobre essa pesquisa recebeu originalmente, entre outros, os

⁵⁰ Título da Tese de Doutorado do Prof. Dr. Liedtke (2006).

títulos de Imprensa e Política ou Significado político da manipulação na grande imprensa. E nele são explicitados não apenas os padrões da manipulação da informação como também as justificativas políticas da distorção e a pretensão de algumas empresas jornalísticas de se organizar e tentar assumir o papel de partido político. [...] A comparação que faz entre partido político e organização empresarial do jornalismo é de grande relevância. Vale lembrar que o jornalista Perseu Abramo tinha participado ativamente da greve da categoria, em 1979, quando era editor da *Folha de S. Paulo*, foi demitido pelo jornal (juntamente com centenas de profissionais castigados pelo patronato) e acompanhou – criticamente – o nascimento e a implantação do chamado *Projeto Folha*, que transformou o antigo jornal da família Frias numa espécie de seita dirigida por manuais e “decretos” de revelação dogmática. (Ibid., p.29).

Em mais um excerto de Gramsci, percebemos a atualidade do debate desse estudioso que, em 1930 escrevia:

[...] Ademais, é impossível falar de negócio jornalístico e editorial sério se não existir este elemento, a saber, a organização do cliente, da venda; tratando-se de um cliente particular (pelo menos em sua massa), há necessidade de uma organização particular, estreitamente ligada à orientação ideológica da “mercadoria” vendida. E uma observação generalizada a de que, num jornal moderno, o verdadeiro diretor é o diretor administrativo e não o diretor da redação. Movimentos e centros intelectuais. E dever da atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam num país. *Todos*. (GRAMSCI, 1999, p.163).

Perseu Abramo (2016), ao discutir o “Significado político da manipulação da grande imprensa”⁵¹, cita como traço marcante do jornalismo brasileiro a manipulação, pois os órgãos de imprensa não refletem a realidade. Apesar de o material produzido conter algum tipo de relação com a realidade, é uma contrafação do real. A imprensa “constrói outra realidade a partir do seu repertório” (LIEDTKE, 2006, p. 23). Moraes ressalta a importância da mídia nos recursos de coletivização, de construção de juízos e dos preceitos de percepção da realidade, tornando-se uma ferramenta crítica para estruturar ações políticas. “Ela descreve, contextualiza, dá sentido, mas também julga, orienta o julgamento e a execução dos atos. Mais do que os partidos, substituindo-os, ela se torna o “comando supremo do golpe”. (MORAES, 2016, p.13).

Abramo identifica ao menos quatro modelos ou padrões de manipulação para a imprensa em geral: ocultação – “O ‘jornalístico’ não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista – ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa – decide estabelecer com a realidade” (ABRAMO, 2016, p.41); fragmentação – “o todo real é fragmentado, [...] desligado de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados [...] artificialmente inventados” (Ibid., p. 41); inversão – “Fragmentado o fato em aspectos particulares, todos eles descontextualizados, [...] opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, [...] e prossegue, assim, com a destruição da realidade original” (Ibid., p. 43); indução – “[...] hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, no geral e no seu conjunto, a população à condição de ser excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a consumir uma outra realidade, artificialmente inventada” (Ibid., p. 49).

O autor também identificou um padrão mais específico para o telejornalismo, designado padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio (apesar de suas diferenças), que além de assimilar outros quatro padrões, tem este como basilar para sua ação. Conforme Abramo, divide-se em três momentos: 1º) a *Exposição do Fato*: apresentado sob a ótica menos racional e mais emocional, sensacionalista, onde as imagens e o sons exibem o incêndio, a greve, o assalto, o crime e

⁵¹ Texto produzido em 1988, mas publicado em 2003.

etc., apoiadas por textos lidos ou falados; 2º) a *Sociedade Fala*, as imagens e os sons realçam pormenores sobretudo das figuras envolvidas.

Elas “apresentam seus testemunhos, suas dores e alegrias, seus apoios e críticas, suas queixas” (ABRAMO, 2016, p. 51); e o 3º) a *Autoridade Resolve*, refere-se a “um fato ‘natural’ (incêndio, tempestade, enchente), a autoridade (do papa ou do presidente da República ao guarda, nessa ordem) anuncia as providências”, ou seja, as “saídas” para a resolução do problema. Pode referir-se a um fato social como greve, sessão do Parlamento, homicídio, assalto etc., em que a autoridade refreia o “Mal” e valoriza o “Bem”. Em ambas as situações, a autoridade serena a população, dissuadindo qualquer ato coletivo, “mantém a autoridade e a ordem, submete o povo ao controle dela, autoridade.” (Ibid., p.51).

Portanto, o significado político da manipulação revela-se na conjectura de que os meios de comunicação se convertem em “novos órgãos de poder, em órgãos político-partidários” (ABRAMO, 2016, p.23) e, por conseguinte, necessitam reinventar o real, onde se efetua o poder e, para isso, manipular informações. Atuam como verdadeiros partidos políticos, legitimando “os interesses das elites as quais representam” (Ibid., p.23).

Hamilton Octavio de Souza⁵² acredita que os padrões de manipulação estabelecidos por Perseu Abramo ainda hoje são eficientes para análise dos veículos de comunicação, pois as distorções que ele denunciou revelaram-se com maior naturalidade no “domínio das redações – após mais de dez anos de adesão da imprensa brasileira aos valores do neoliberalismo e à participação da mídia no exercício do poder formal das elites dominantes” (SOUZA, 2016, p. 29).

Vinício de Lima, quando sustenta a função central da mídia na política, acredita que, afora atribuir-se o papel dos partidos políticos na incumbência de fundamentais conciliadores entre candidatos e eleitores nas campanhas, cumpre outras atribuições que eram tipicamente reservadas aos partidos, dentre elas:

⁵² Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor universitário. Foi aluno do professor Perseu Abramo, colega de trabalho e companheiro na organização do PT. Ocupou a chefia do Departamento de Jornalismo da PUC-SP de 1991 a 1995, no período em que Perseu Abramo desenvolveu a pesquisa sobre manipulação e distorção na imprensa. Foi editor da *Revista Sem Terra* (MST) e da revista *Caros Amigos*, além de diretor da FEOB e chefe do Departamento de Jornalismo da PUC-SP.

a) definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública; b) gerar e transmitir informações políticas; c) fiscalizar as ações das administrações públicas; d) exercer a crítica das políticas públicas; e) canalizar as demandas junto ao governo. (LIMA, 2001, p.191, apud LIEDTKE, 2006, p. 24).

Segundo Liedtke:

O importante é reconhecer que tanto jornalistas como empresários de comunicação exercem influência política. Os jornalistas, ao cultivarem suas fontes políticas, estabelecem relações pessoais de troca, mantendo um raio de influência e prestígio, onde a reciprocidade atende interesses de ambas as partes nas suas rotinas de trabalho (clientelismo). Já, os empresários de comunicação – muitos deles também são políticos que durante sua atuação no Executivo ou Parlamento receberam concessões de rádio e televisão – manter relações pessoais com políticos, garantindo um efetivo trânsito entre as diversas instâncias de poder governamental. Por isso, a mídia não pode ser considerada um instrumento a disposição de toda a sociedade, pois dependendo da relação estabelecida com determinados setores ela passa a funcionar como um elemento de ação restrito aos agentes que conseguem permear seus espaços. (LIEDTKE, 2006, p.28).

Servindo como espaço de propagação de discursos e estabelecendo como estes ganham visibilidade pública, notabilizando alguns argumentos em prejuízo de outros, excluídos ou omitidos, a mídia converte-se em centro de conflito, processo de duplo agendamento: “os políticos se pautam por eventos simbólicos para atrair a repercussão jornalística, ao mesmo tempo em que a imprensa intervém na agenda

política, pautando atuações dos poderes públicos em determinadas demandas sociais” (Ibid., p.33).

Para o autor, esse encadeamento é mais eficaz na competência do Estado em produzir fatos midiáticos, devido ao poder de força em diferentes áreas da sociedade. Em contrapartida a mídia, ao evidenciar questões da realidade, coordena o direcionamento do poder público perante alguns acontecimentos exibidos na sua pauta, impulsionando ações governamentais pela visibilidade pública favorecida por suas matérias jornalísticas.

Amparado teoricamente em Thompson e outros estudiosos, Liedtke (2006) aponta que, com a capacidade de expansão da mídia, a transparência pública mediada fragiliza os políticos, pois, por mais que tentem administrar sua visibilidade, o próprio fenômeno pode fugir de sua alçada, dada a dinâmica do poder, campo crescente e aberto à avaliação, subordinado a um tipo de observação global, especialmente da televisão. Atualmente, os dirigentes políticos são capazes de controlar sua imagem incessantemente, mas não totalmente, pois dependem da apropriação realizada pelos meios de comunicação de seus atos, o que pode afetar a opinião pública.

Em vista disso, a política converte-se em encenação, já que necessita adaptar-se às referências estéticas das mídias, e os políticos, cômicos desse “cacife” da mídia, utilizam-se do expediente da comunicação em suas ações, objetivando obter “espaços nos noticiários” (LIEDTKE, 2006, p.40). A política “espetáculo” glorifica-se, mecanismo emblemático do espaço político para conquistar o espaço jornalístico, em dinâmica mútua de demanda de agenda, pois o jornalismo igualmente estimula ações “espetáculo” nas ações políticas. Pensar num processo democrático participativo, onde o coletivo esteja totalmente integrado, requer dimensionar os meios de comunicação como espaços de mediação mais plurais, por isso é preciso compreender o potencial da mídia, como aliada indispensável para a mobilização popular e formação da opinião pública (Ibidem).

Amaral (2002) analisa que a representação popular não pode dissociar-se das categorias opinião pública, meios de comunicação de massas e sufrágio, necessárias para representação popular efetiva. Como preceitos fundamentais de uma democracia representativa, o voto e a presença de uma opinião pública soberana, provida por meios de comunicação de massas preliminarmente livres, neutros, pluri-

ideológicos, demandam trabalhar o exercício do direito à informação não “viciada”.

Contudo, o autor constrói a tese de que os fundamentos vigentes de opinião pública e representação são antagônicos: primeiro com a confluência de um sistema de comunicação de massas unilateral, ante a óptica ideológica, e controlado quer como propriedade quer como enunciador de pautas, ou pelo público que alcança; segundo, com uma sociedade estabelecida na exclusão econômica, política, social e cultural. Uma sociedade em que a cidadania é pautada conforme critérios econômicos, portanto desiguais. “Uma vez mais a vida imaterial é a produção e a reprodução da vida material, implicando a produção e a reprodução das relações econômicas e sociais globais” (AMARAL, 2002, p.76).

Amaral, de forma brilhante, pondera sobre as categorias concentração-exclusão, peculiares do despotismo brasileiro, que atravessaram toda a história nacional, por isso o “agrafismo, a desorganização social, a desinformação, atingindo as grandes massas, subalternizadas, dominadas, mantidas fora da cidadania. O Estado moderno consolida os padrões da sociedade colonial” (Ibid., p.76). Vê-se o coletivo brasileiro adentrar na modernidade com uma sociedade industrial tecnologicamente desenvolvida, porém sob perspectiva social atrasada. Uma sociedade pautada na concentração-exclusão, mas eletrônica, informatizada, munida para fabricar opinião pública como bem material qualquer - um carro, um quilo de pão, um sabonete etc. -, converte-a em artefato feito para aquisição, mas, por seu turno, a impulsiona.

[...] Essa opinião pública construída, operada, cinzelada, é servida à sociedade, às instituições, ao sabor dos interesses dominantes, no Estado, e nos seus anéis burocráticos que cercam o Estado, na sua acepção mais ampla, rompendo as barreiras dos limites políticos stricto sensu, compreendendo coerção (ou monopólio da violência) e hegemonia (de um grupo social sobre a sociedade nacional) (AMARAL, 2002, p. 77).

Neste trecho, Amaral (2002) faz alusão às categorias gramscianas de Estado ampliado - sociedade política e sociedade civil, coerção e consenso, destacando que, “se os meios de comunicação de massas não têm o monopólio da formulação ideológica, têm a hegemonia da sua difusão” (Ibidem).

A informação, na visão do mesmo pesquisador, em sua primeira tese, além de difundida pelos meios de comunicação, é consumida de acordo com a concentração de renda, no caso brasileiro, extremamente díspar. Nesse sentido, torna-se difícil discutir a opinião pública, pois, considerada bem de consumo, é experimentada de forma desigual. Sendo assim, como falar em opinião pública numa sociedade formada por analfabetos funcionais, manipulada por um sistema de comunicação de massas, formada por modelo monopolista que institui interesses particulares e comuns a uma só classe, impondo-os como interesse geral? A partir de uma sociedade midiática, sob interesses particularistas, os cidadãos conectam-se à realidade, construindo valores e, sobretudo, a política e o discurso político, transformando-a.

A morte da opinião pública deve-se à sua submissão a um conjunto estatístico de opiniões privadas, mascaradas pela abordagem jornalística que prega neutralidade. As pesquisas, sob a magnificência científica, podem ser recursos de falseamento de opinião. Amaral (2002), apoiando-se em Luís Felipe Miguel (2000) e Bourdieu, salienta o tratamento proeminentemente mercadológico das pesquisas, que estimulam a contrafação da aceção de opinião pública, convertida num homogêneo resultado de opiniões particulares. Como exemplo, cita pesquisas de caráter plebiscitário, com perguntas concernentes à mesma forma para todos, de modo que todos têm possibilidades idênticas de responder e que quaisquer opiniões têm o mesmo peso. Distorce-se então o sentido original de opinião pública – “conjunto de opiniões que vêm a público, isto é, que querem se fazer ouvir, através de cartas aos jornais, passeatas, abaixo-assinados, greves, pressões sobre parlamentares” (MIGUEL, 2000, p.82, apud AMARAL, 2002, p.78).

Quanto às pesquisas anteriores aos processos eleitorais, Amaral (2002) enfatiza: as consultas conduzem a escolha dos candidatos pelos partidos, bem como sua aprovação pelo eleitorado, reduzindo movimento de construção política a processo que mede aceitação/rejeição de candidatos pelo eleitorado. Para alicerçar este processo, a imprensa usa da credibilidade de seus próprios institutos de pesquisa ou se associa a

eles, deslocando do processo político os debates sobre programas, plataformas de partidos e de candidatos. Sobre a aparição destes candidatos conforme o resultado de suas pesquisas, propalando tratar-se de opinião do eleitorado. Esvazia o debate político, enquanto debate público, tendo ou não consciência deste fato, substituindo-o pelo circo de programas enfadonhos, discutindo ideias ameadadas de direita ou esquerda, uma vez que “a fonte comum não é a diversidade programática, mas a interpretação comum da suposta opinião pública aferida” (AMARAL, 2002, p.79).

A opinião pública perde seu sentido original de ordenação sobre questões públicas, isto é, uma opinião pública que é também uma opinião política, fruto de trocas, conflitos, consenso entre concepções diferentes, exigindo cidadãos capazes de ter opinião. Porém, a opinião pública torna-se, na atualidade, um “agregado de opiniões individuais privadas, é o que está nas mãos dos meios de comunicação de massas; o monopólio da difusão de conhecimento, que usa sua pesquisa de opinião para legitimar suas afirmações [...]” (Ibid., p. 81).

Para Liedtke (2006), é importante perceber que a mídia tem papel fundamental na consolidação democrática, pois, ao atuar como mediadora de relações políticas, acaba por fortalecer organismos políticos. Apoiando-se numa visão cética do público sobre a política, analisa “que a insatisfação crônica das pessoas com o funcionamento das democracias atuais pode constituir um obstáculo ao processo e a sua plena consolidação” (BOQUERO, 2002, p. 118, apud LIMA, 2006, p. 46). As consequências no terreno político são nítidas para a cidadania: “desilusão com a política; desconfiança em relação as instituições democráticas; desencantamento com seus representantes políticos; e obediência a um ritual político onde o voto esgota sua participação política” (Ibid., p. 46).

3.2 VIA DE DUAS MÃOS: A FORÇA POLÍTICA DA MÍDIA PARA CONQUISTA DA HEGEMONIA E OS PROJETOS DE GOVERNO PARA MANUTENÇÃO/OBTENÇÃO DA HEGEMONIA

Conforme Liedtke (2006), há muito tempo política e comunicação caminham lado a lado. Na história brasileira, os exemplos do uso político dos meios de comunicação são significativos. Desde Getúlio - quando as primeiras evidências da utilização ostensiva da

propaganda nos meios de comunicação de massa acontecem e também os primeiros impérios da comunicação se firmam - à Dilma.

Getúlio Vargas aproveitou a expansão do rádio no país, estimulada pelo próprio Estado, para propalar seu projeto de governo. A era Vargas, segundo Caldas (1998 apud LIEDTKE, 2006, p.182), pelo uso planejado do rádio, conseguiu levar fielmente o seu plano de governo. Concomitantemente, encorajou o incremento de emissoras e distribuiu decretos e portarias, responsabilizando-se pelo controle total sobre a radiodifusão. Neste período, fortaleceu-se o primeiro império de comunicação brasileiro, os Diários Associados, comandados por Assis Chateaubriand⁵³, estrategista no uso da mídia para alcançar objetivos políticos e econômicos.

Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que controlava a comunicação de massa, construiu-se o perfil político de Vargas - “pai dos pobres”, corajoso, nobre, entre outros adjetivos sustentados pela imprensa censurada. “O DIP tinha como objetivo a propaganda em si mesma, destinada a discutir de público os imperativos do Estado moderno, mostrando o sentido de suas realizações com o fim de conseguir o máximo de colaborações dos cidadãos” (HAUSSEN, 2001, p. 40-41, apud LIEDTKE, 2006, p.182). Neste período, criou-se o “Repórter Esso” (1941), produzido pela agência de publicidade *Esso Standard* de Petróleo, com base nas notícias da *United Press Internacional* (UPI) (LIEDTKE, 2006).

A publicidade governamental teve papel preponderante na era Vargas, pois “distribuíra verbas a jornais e emissoras fazendo com que

⁵³O Império de Chateaubriand só foi possível com o apoio direto do Estado brasileiro e da ajuda internacional e nacional. Montou seu conglomerado com financiamento do governo Vargas e de “amigos” empresários e banqueiros do mesmo partido do presidente e/ou por ele apoiado. Chateaubriand foi um dos homens mais poderosos do Brasil em praticamente meio século. Entre 1910 e 1960, era mais temido do que amado, e através de seu império milionário, atuou ostensivamente na política. Durante o tempo em que viveu, vários presidentes chegavam ao poder através de sua participação ativa. De Vargas a Dutra, de Juscelino Kubitschek a Jânio Quadros e de Quadros a Castelo Branco, primeiro mandatário do regime militar (apoiou o golpe contra João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros), todos recorreram a Chateaubriand para se eleger presidente e para governar o Brasil com apoio do seu império de comunicação.

jornais enriquecessem e jornalistas se corrompessem” (HOUSSEN, 2001, p. 46; SODRE, 1983, p.82, apud LIEDTKE, 2006, p.182).O DIP criou também, neste período, o programa “Hora do Brasil”, com intuito de propagar a voz oficial por todo país, sendo que em 1946 passou a chamar-se “A Voz do Brasil”, durante o governo Eurico Gaspar Dutra.

Esta época sinalizava a “crescente concentração de propriedade nas empresas de rádio, jornal e televisão, com alternância entre o desaparecimento de jornais [...] e o surgimento de novos veículos”: revistas *O Cruzeiro*, 1928, e *Manchete*, 1953; os jornais *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* a partir dos anos 50 (LIEDTKE, 2006, p.183).Liedtke traz uma fala muito importante de Nelson Werneck Sodré (1983, p.388-389, apud LIEDKE, 2006, p.183), demonstrando, desde meados do século XX, o poder dos donos da mídia para a formação de modelos e condutas.

“É fácil constatar, assim, o poder de que dispõem as empresas que lidam com o jornal, a revista, a rádio e a televisão. A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos”. O autor destaca que duas forças interferem neste período no conteúdo do jornalismo: as agências internacionais de notícias e as agências de publicidade. A dependência de papel importado na imprensa faz o governo conceder subsídios e isenção de impostos para facilitar a expansão das empresas de mídia.

Juscelino Kubitschek (JK), presidente a partir de 1955, comunicava-se bem com o povo e utilizava “A Voz do Brasil” para divulgar seu plano de metas, guiado pelo lema: 50 anos em 5 (Ibid., p.183).

Em 1961, quando os ministros militares, numa tentativa de golpe, intencionaram impedir a posse de João Goulart, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, houve a eclosão de censura à imprensa, sendo

alguns jornais impressos com espaços em branco como forma de resistência e de denúncia do golpe. Em março de 1964, com o golpe militar, preparado dentro e fora do país, desencadeou-se a “ação publicitária que anunciara as ações militares: toda a imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão” (SODRÉ, 1983, p.409-410, apud LIEDTKE, 2006, p. 185).

Nos governos militares, a propaganda política se instaurou com medidas autoritárias, conforme visto no capítulo 2, amparada em ideais de integração e segurança nacional que investiram em telecomunicações para alcançar toda a nação. Nesta fase, sob a tutela de militares e capitais provenientes da organização norte-americana, Life-Time, a Rede Globo desenvolve-se, “passando a ser considerada por muitos analistas a voz oficial do regime, que foi ampliada com a exibição do primeiro telejornal em rede: o Jornal Nacional, a partir de 1969” (Ibid., p.186).

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no período pós-64 levou a grandes investimentos públicos em infraestrutura de telecomunicações. Criou-se assim um setor de serviços públicos que modernizaria as telecomunicações no Brasil e constituiria demanda para a produção da indústria eletrônica transnacional que se instalou no país. Só após o golpe de março de 1964, porém, é que foram criadas as condições econômicas e institucionais para o desenvolvimento de um sistema nacional de telecomunicações e de radiodifusão compatível com as novas exigências do capitalismo internacional (HEINZ, 1987, p.51).

Em 1979, com o início da abertura política, no governo Figueiredo, criou-se a Secretaria de Comunicação Social, com caráter de ministério. Em vias de abertura política, o presidente José Sarney investiu no marketing governamental, criando uma Comissão Especial de Comunicação, com status de consultoria. Reuniu 25 profissionais para coordenar e estabelecer política e procedimentos de comunicações com a nação (LIEDTKE, 2006).

No governo Collor, “houve uso exacerbado do marketing político [...] um período marcado pelo personalismo político, o que

Schwartzberg (1978) chama de Estado espetáculo, centrado no perfil e na face do governante (apud LIEDKE, 2006, p. 187). Portanto, mais uma vez a mídia desempenhou papel decisivo para eleição e/ou deposição de um governante, como foi o caso de Fernando Collor de Melo, eleito e deposto com participação ostensiva da mídia.

Conforme Liedtke (2006), a fase Itamar Franco trouxe a recuperação da moralidade pública na política. Fernando Henrique Cardoso obteve sucesso com o Plano Real e, ao longo do segundo mandato, com o movimento de privatizações, obteve apoio da mídia nacional, aliada ao projeto de redução do Estado, reproduzindo de forma positiva a ideia de que a entrega dos “setores estratégicos da economia nacional como: telecomunicações, transportes e energia para setores da iniciativa privada. Alguns pesquisadores diagnosticaram indicativos nesse sentido, conforme Liedtke, apoiado no jornalista Aloisio Biondi (2003), ao descrever as artimanhas “de manipulação do noticiário econômico (e político) no governo FHC” (LIEDTKE, 2006, p.187).

Sem medo de exagerar, pode-se comprovar que as técnicas jornalísticas e a experiência de profissionais regamente pagos foram utilizadas permanentemente para encobrir a realidade. Valeu lançar mão de tudo: de manchetes falsas, inclusive invertendo a informação (BIONDI, 2003, p.53-54, apud LIEDTKE, 2006, p.188).

Emiliano José (2014) revela como um dos artifícios da mídia, dos mais intensos e gerais, o silêncio. Somente os que possuem uma leitura mais atenta podem perceber os fatos brutos por trás desta ocultação, como foi o caso do Plano Real⁵⁴ e da quantidade de privatizações. A mídia

⁵⁴ O Plano Real foi celebrado como a redenção do Brasil, mas não se sabe a que preço e com que propostas ele tornou-se viável. O professor José Luís Fiori, do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em um de seus livros, lembra da reunião do *Institute for International Economics*, de janeiro de 1993. O encontro reuniu cerca de cem especialistas em torno de documento escrito por John Williamson, seminário que levou o nome de *The Political Economy of Policy Reform*. Ali, o que se discutiu, a rigor, foi como

hegemônica silenciou objetivos estratégicos do Plano Real, e viu-se apenas movimento dos espaços alternativos, como Carta Capital, Caros Amigos, Blogsfera de esquerda, Terra magazine, a bradar contra o silêncio.

Biondi noticia, num exemplo escandaloso, que antes de vender as empresas telefônicas, o governo Fernando Henrique investiu R\$ 21 bilhões no setor, em dois anos e meio. Na sequência, vendeu tudo por uma “entrada” de R\$ 8,8 bilhões ou menos – porque financiou metade da “entrada” para grupos brasileiros. Esse foi o procedimento geral: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” a longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer. E para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engoliu” dívidas bilionárias, demitiu funcionários, investiu maciçamente e aumentou tarifas e preços antes da privatização. (JOSÉ, 2014, p.90).

Fernando Henrique Cardoso e seu grupo conseguiram liquidar o Estado nacional-desenvolvimentista construído sob a era Vargas, fato que empunham com orgulho (JOSÉ, 2014).

E Biondi não deixa por menos quanto à mídia: sem qualquer dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um

orientar lideranças do mundo afinadas com o *Washington Consensus* (o nome foi cunhado pelo próprio Williamson, em 1989, em reunião inaugural desse *consenso*, também em Washington), sobre como poderiam obter apoio político para levar aquelas ideias adiante. O que se pretendia era a elaboração de um plano único de ajustamento das economias periféricas. [...]

O Plano Real, assim, não poderá ser compreendido apenas como um projeto de combate à inflação, que seria um objetivo justo, correto. Mas, sobretudo, como uma adequação aos interesses dos centros capitalistas internacionais. No centro dele, estava o objetivo do grande capital em assenhorear-se das empresas estatais brasileiras, num autêntico leilão a preço de banana desenvolvido pelo governo de Fernando Henrique, o príncipe pensado para viabilizar no Brasil as reformas preconizadas pelo Banco Mundial e FMI. (JOSÉ, 2014 p.88)

aliado muito poderoso para que essa política fosse adiante. Houve uma intensa campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do “esgotamento dos recursos do Estado”. Fez-se de tudo para que a sociedade brasileira se esquecesse de que as estatais são propriedade do Estado, que é gerente dos bens, do patrimônio da sociedade. Biondi chega a arriscar a hipótese de que a falta de consciência coletiva sobre a natureza das empresas estatais tenha sido reforçada pelos meios de comunicação. Isso explicaria a indiferença com que a opinião pública recebeu a criminoso privatização (Ibidem).

Ao analisar a mídia hegemônica, José (2014) procura explicações para o comportamento desta, em dimensão além da técnica jornalística. Relata que o entrelaçamento de interesses entre Estado e empresas de comunicação, especialmente no governo de FHC, cumpre-se com a entrada dessas últimas no negócio das telecomunicações. O autor não limita o estudo a fatores econômicos, porém não é possível desvincular os meios de comunicação das bases materiais de sua realidade, fato que influencia opções destes meios.

Que a mídia nunca é capaz de ir à essência das coisas. E poderíamos nos dar por satisfeitos, e assim, desculpá-la. Deixou de analisar o Plano Real, deixou de perceber quem o planejara, não percebeu as diretrizes do Consenso de Washington, não examinou o processo de privatização e suas consequências, não foi capaz de investigar, ou não quis, como se embriavam os interesses dos financistas banqueiros, com postos no governo. Deixou de investigar os interesses privados e, por extensão – aí seria pedir o impossível –, não tivera condições de analisar como os próprios meios de comunicação se valeram do processo de privatização. (JOSÉ, 2014, p. 91-92).

Souza (2001) corrobora com Jessé de Souza(2015)quanto aos interesses financeiros de uma elite que primeiro precisa colonizar o espírito do povo para, em seguida, “assaltar nosso bolso e drenar os recursos de toda a sociedade”, legal ou ilegalmente para o bolso desta mesma elite que sempre foi indiferente ao destino do país. (SOUZA, 2016, p.13).

No entendimento do autor, um dos problemas tanto da esquerda quanto da direita, após a queda da ditadura militar,envolve a não discussão de que tipo de Estado se pretende. De fato, todos os mercados capitalistas que obtiveram força necessitaram do apoio estatal. Estado e mercado estão imbricados, porque um mercado ágil demanda infraestrutura material e simbólica do Estado, assegurando preceitos da atividade econômica e cuidando da garantia contratual, recorrendo ao aparelho jurídico e policial. O vínculo faz-se presente pois, para o bom desempenho estatal, são necessários impostosgerados pelo mercado e pela atividade econômica. O *mise-en-scène* da incompatibilidade entre mercado e Estado serve apenas para camuflar a luta de classes extremamente reprimida no Brasil.

A administração do Estado e de seu orçamento é indispensável, quer para a distribuição de riquezas quer para o seu domínio pela ínfima parcela de poderosos que capitaneiam grandes bancos e corporações. O vício de tratar o Estado como patrimonialista e, portanto, corrupto serve, segundo Souza(2016, p. 39), apenas para ocultar a “corrupção legal e ilegal no mercado”, comandada pelos poderosos, bem como invalidar ações do governo envolvido com o “orçamento público para a maioria da população” (Ibid., p. 39). Isto denota a peculiaridade exclusiva e reacionária da concepção dada à corrupção na conjuntura brasileira, onde, o inimigo ocasional, o PT, com um projeto vigente no Brasil desde 2003, usou o Estado para a maioria e não para um pequeno grupo que tudo controla.

Souza analisa que, para esta direita que tudo controla, o discurso dominante autoriza certificar deferência científica a todo expediente de privatização e apreensão do Estado, a corrupção real que, porém, não aparece como tal, “seja pela maioria da inteligência nacional ou pela imprensa comprada e sócia da rapina” (SOUZA, 2016, p.39). A farsa arquitetada dedica-se a revelar que a privatização, a confusão entre público e privado, é fruto de quem serve ao Estado.

Assim como a apreensão e a privatização acontecem pelas forças do mercado, via Congresso e imprensa comprados ou por lobbies econômicos, tanto para confiscar o orçamento do Estado quanto para a aprovação de leis de interesse do capital, o tratamento ao Estado como um fardo valida e mascara todo esse processo. O mercado é considerado como o solo das qualidades, “como liberdade, empreendedorismo, aventura e risco – ou seja tudo que os capitalistas brasileiros nunca tiveram -, a farsa se completa” (SOUZA, 2016, p.40).

A imprensa apenas reproduz os preconceitos de uma visão de mundo que está incorporada de modo acrítico em jornalistas, professores, juízes, economistas e engenheiros que aprenderam em todos os cursos de universidades a perceber o Brasil por olhos tão distorcidos [...] (Ibid., p. 40).

3.3 LULA, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A CHEGADA AO PODER

Segundo Liedtke (2006, p. 88), o PT compreendeu, desde a campanha eleitoral, que precisava se utilizar dos meios de massa de forma intensa, empregando “aspectos simbólicos essenciais para dar visibilidade ao mandato”. Depois de quatro tentativas de eleger Lula, o PT chegou à presidência da República. Um partido que pretendia mudar a vida política do país e acumulava *Know-How* na área de comunicação governamental em estados e municípios sob sua administração.

Conforme José (2014), unindo democracia e socialismo, acreditando na concepção de luta permanente pela hegemonia, o PT inovou e ingressou na política brasileira com determinação de chegar ao poder. Inicialmente não teve a credibilidade das classes dominantes e nem de alguns setores da esquerda. O partido entendeu que não bastava estar ligado às classes trabalhadoras para chegar ao poder, necessitando firmar coalizões com diferentes forças políticas, especialmente com as de centro. Desta forma, Lula elegeu-se pela maioria dos votos do povo brasileiro. Não foi uma empreitada fácil, pois as classes dominantes que sempre contaram com o apoio da mídia hegemônica, rejeitaram o fato de o país

ser governado por um operário, apesar do seu carisma. “Lula desmontou o paradigma. Os de baixo podiam governar. E governar de modo a beneficiar as maiorias, que são eles mesmos – os de baixo. Que podem subir como subiram, ainda que de modo insuficiente” (JOSÉ, 2014, p.96).

O reconhecimento de que a Rede Globo, particularmente, cobriu de forma mais ampla as eleições e buscou neutralidade, procurando demonstrar igualdade entre os candidatos, é uma farsa. Conforme José, os candidatos tornam-se desiguais no que se refere à capacidade de acalmar o mercado. A mídia nunca busca suas fontes por acaso e muitas “das notícias sobre economia no primeiro turno das eleições de 2002 estava[m] baseada[s] em fontes oficiais do governo e especialistas escolhidos a dedo” (JOSÉ, 2014, p.97-98), em suporte às concepções do então candidato José Serra. Neste caso, as fontes foram escolhidas de acordo com interesses políticos da mídia, sintonizada com a candidatura José Serra. Ao “nervosismo” do mercado, Serra vinculava a instabilidade econômica, a “incertezas eleitorais”, declarando a dúvida que existia quanto à possível vitória de Lula.

Luís Felipe Miguel toma o exemplo da *Folha de S. Paulo* para demonstrar a atitude da mídia face à *sensibilidade do mercado*. No ano de 2002, a cotação do dólar frente ao real foi o assunto da principal manchete da *Folha de S. Paulo* por 27 vezes entre julho e outubro, e por 39 vezes, isso mesmo, 39 vezes, o jornal estampou em primeira página – em manchete ou chamada – o impacto que a escolha de tal ou qual candidato tinha em relação a indicadores econômicos que a publicação privilegiava, como câmbio, bolsa, risco-país, a situação econômica em sua específica angulação. (Ibid., p.99).

Esses exemplos demonstram como a mídia trabalha informações para criar um clima de medo no povo, na tentativa de exhibir que não seria bom para a nação uma vitória de Lula na eleição, sendo José Serra o candidato mais adequado.

Apesar da artilharia pesada da mídia hegemônica, para Lula, em setembro de 2002, faltavam apenas 2% dos votos válidos para ganhar no primeiro turno. Conforme José (2014), por isso o ataque incessante da mídia e, mesmo assim, os resultados positivos não chegaram a esse candidato oficial da mídia. E não faltaram agrados para a mídia.

Às portas do primeiro turno, no dia 2 de outubro, o *Diário Oficial* publicava Medida Provisória assinada por Fernando Henrique Cardoso em atendimento a uma reivindicação muito cara à mídia hegemônica: a regulamentação da participação do capital estrangeiro, até o limite de 30%, nas emissoras de televisão e de rádio e, também, nas empresas de mídia impressa. Isso ficou conhecido como Proer da mídia. Na emergência, a velha mídia foi para cima do governo e conseguiu o que queria. Um toma-lá-dá-cá mais do que conveniente. Se já não havia dúvida quanto ao apoio da mídia a Serra, agora se batia o martelo de modo definitivo. (JOSÉ, 2014, p.104).

Conforme Souza (2016), a insensatez política do PSDB retrata a indiferença da elite brasileira pelos pobres, brecha à obtenção pelo voto do poder de Estado ao PT, em 2002.

Com todo o movimento da mídia hegemônica, Lula, no segundo turno, no dia 27 de outubro, obteve mais 61% dos votos válidos, consolidando vitória esmagadora. O PT assumiu a hegemonia do país a partir de 2003, porém sem a consciência do papel dos meios de comunicação tradicionais no Brasil. O caminho da mídia hegemônica brasileira é combater o projeto político que se instaura no país (JOSÉ, 2014).

Em seu primeiro momento, o partido, como governo, buscou uma política de associação e pacto com as elites, pois tinha consciência, pelo passado, que somente assim se manteria no poder. Simultaneamente, buscou adesão das esferas empobrecidas com as “políticas de transferência de renda e de apoio a economia popular, como a valorização do salário mínimo” (SOUZA, 2016, p.48). Esquadrinhou o expediente de

apoio ao lucro financeiro pela aplicação de capitais (rentismo) da elite proprietária, ao mesmo tempo em que criou medidas para afiançar ganhos reais na base da pirâmide.

O êxito do projeto indicava sua longa permanência no poder. A elite do dinheiro, que enriqueceu ainda mais, “seus representantes desconfiaram – uma desconfiança de classe – do arranjo político que começara a ganhar corpo” (SOUZA, 2016, p.48). O ataque da direita brasileira em relação ao projeto instituído em 2003 iniciou-se em 2005:

[...]com a gravação em vídeo do funcionário Maurício Marinho, dos Correios, recebendo uma propina de R\$ 3 mil. Mais tarde, soube-se: a filmagem fora feita por um preposto do bicheiro Carlinhos Cachoeira, que mais tarde se revelará quase como um editor da revista *Veja*. A partir daí, iniciou-se o turbilhão. O escândalo ganhou mais ainda intensidade ainda com a denúncia feita pelo deputado Roberto Jefferson (PTB) de que os deputados recebiam uma mensalidade para votar a favor de projetos do governo. Construiu-se uma crise política de grande dimensão, envolvendo denúncias de corrupção dentro e fora do governo. (JOSÉ, 2014, p.109).

O Mensalão, como foi denominado o escândalo de 2005-2006, lastimável caixa dois de todas as campanhas brasileiras, ressaltava o financiamento privado das campanhas. O importante é que o resultado da Ação Penal 470 foi muito discutido e criticado por suas incoerências e pelo menosprezo às provas. Nenhuma acusação de enriquecimento ilícito existiu aos dirigentes do PT implicados no processo. O escândalo político midiático, entre 2005 e 2006, abalou o PT, descrente de que seu projeto enfrentaria grandes inquietações, assim como afetou alguns dirigentes e parlamentares do partido.

A mídia hegemônica alinhou-se numa cobertura claramente negativa. Porém, a consciência de Lula, a sua sensibilidade política e a firmeza de importantes setores do partido refrearam qualquer sentimento negativo e eliminaram as possibilidades de rendição. Fernando Henrique

Cardoso, estimulado pela espetacularização da mídia diante do caso, iniciou o combate à reeleição de Lula. Percebendo que o presidente não aceitava a ideia, FHC começou a falar em crime de responsabilidade, referindo-se às regras da Constituição, “flertando ostensivamente com o *impeachment*” (JOSÉ, 2014, p.110).

Não sei se Lula chegou a dizer, mas sua ação indicou isso: com ele, não haveria suicídio, como Vargas. Não haveria renúncia, como Jânio. E não haveria golpe, como em 1964. Certamente, tinha consciência profunda de sua ligação com o povo brasileiro. Também tinha noção da existência de um Estado democrático relativamente consolidado. Sabia do impacto da opinião midiaticizada, mas sabia também que, mesmo caindo nas chamadas pesquisas de opinião como decorrência daquela ofensiva, o povo brasileiro não o abandonaria – como não o abandonou. A impressionante ofensiva midiática não fora suficiente para afastá-lo da população, especialmente dos trabalhadores e dos mais pobres. (Ibid., p. 110).

No que diz respeito ao papel cumprido pela mídia tradicional, o “caso do suicídio de Getúlio e do golpe articulado contra Jango em 1964”, ampla e profunda campanha de desinformação, distorção e manipulação do tema da “corrupção seletiva” acompanhou a tentativa de destituir o PT já em 2006. O mensalão de 2005 foi um ensaio geral para o que aconteceria anos depois na Lava Jato e no processo de impedimento da presidenta Dilma.

Conforme José, apoiando-se em algumas obras de Vinício Artur Lima, OS discursos midiáticos não são neutros. A partir de 2005, a mídia hegemônica brasileira enfatizou a ideia de que a corrupção fora gerada a partir do governo Lula, a mesma atribuição dada ao governo Vargas. O cerne da manobra midiática, “quando do julgamento da Ação Penal 470 é o de que ‘nunca houvera tanta corrupção no Brasil’” (JOSÉ, 2014, p.113). E nas redações dos jornais as tentativas eram de transformar esse escândalo em patrimônio para o senso comum: “mensaleiros, partidos do mensalão, pós-mensalão, valerioduto, silêncio dos intelectuais, doleiro do

PT, conexão Cubana [...] expressões muitas delas com nítida inspiração policial, todas nada ocasionais” (Ibid., p.112). A mídia contraria seu próprio discurso no que se refere aos oito anos do governo FHC, sobre os casos de privatização. Os meios de comunicação hegemônicos produziram muitas denúncias vagas, imprecisas: sugeriram, incriminaram, induziram, deduziram, difundiram como bem quiseram, mas sempre remetendo a dirigentes do PT e membros do governo Lula.

A imprensa conservadora, as poucas famílias que comandam a grande mídia, perceberam o sucesso do projeto do PT e, operando claramente como um partido político da elite, passaram a diminuir e a reverter as políticas específicas deste projeto, seja difamando ou individualizando questões e crises ocasionais (SOUZA, 2014). A oposição ferrenha contra o governo e contra o próprio presidente Lula intensificou-se no segundo semestre de 2005, quando o país parecia estar paralisado, vinculado à crise que, de grande dimensão, foi construída pela mídia.

Desenhava-se o quadro, insistia-se, de um país paralisado, engolfado numa crise terminal, o que absolutamente não correspondia à realidade. E os desdobramentos políticos demonstrarão isso: o Brasil caminhava, a vida do povo se modificava para melhor e não havia como esconder isso, apesar do tsunami midiático. (JOSÉ, 2014, p. 115).

Durante a campanha de 2006, a mídia hegemônica evidenciou sua partidarização e, na cobertura, propagou uma interessada diferença entre Lula e os demais candidatos. Houve um número muito mais significativo de matérias negativas a respeito de Lula em relação aos demais candidatos, e tal cobertura negativa atingiu seu ponto alto dias antes da realização do primeiro turno. Nesta campanha, a hostilidade da grande mídia sobrelevou-se e, a maioria dos profissionais da mídia hegemônica, após o episódio do “mensalão” aderiram ao antilulismo e antipetismo, diferente de 1989, quando os repórteres eram simpáticos a Lula, mas obrigados a coberturas negativas. Os ideais neoliberais consolidaram a tendência entre os jornalistas de serem contra Lula e contra o PT.

Apesar de todo esforço para derrotar o PT, Lula venceu as eleições no segundo turno. O êxito do PT, além das questões políticas, obviamente primordiais, assinalava que nestas eleições houve um afastamento entre as ideias dominantes da mídia hegemônica e as da maioria dos eleitores. “O partido midiático sofrera outra derrota, e isso numa conjuntura em que jogou todas as fichas para derrotar o seu adversário: Lula” (JOSÉ, 2014, p. 118). Segundo José (2014), a sociedade civil no Brasil cresceu com o estabelecimento das várias formas de participação popular firmadas na Constituição de 1988. Participação fortificada sobremaneira no governo Lula, particularmente através de conferências municipais, estaduais, regionais e nacionais que movimentaram a população e desenvolveram consciência crítica e cidadã.

A conquista das eleições de 2006 foi a “vitória da grande política, da afirmação de um programa, de um partido, da política das alianças, pela consolidação de uma grande liderança (JOSÉ, 2014, p.118). Para Souza, foram os pobres, a “ralé”⁵⁵, como grande maioria, que abriram uma perspectiva, apesar de toda violência simbólica praticada pela mídia conservadora dividindo o país. E o Brasil pode ver quanto valia um voto, pois a política de inclusão social transformou as frações “da classe média e seus setores mais conservadores em atores minoritários no jogo político” (SOUZA, 2016, p.51).

3.4 DILMA ROUSSEFF CHEGA AO PODER

Lula, ao indicar Dilma Rousseff, conhecendo seu caráter e lealdade ao projeto político da revolução democrática em andamento, sabia que, na Presidência, a politicadaria continuidade às transformações experimentadas desde a eleição de Lula em 2002, incluindo os mais pobres e melhorando sua qualidade de vida. Porém, conforme José (2014), bastou o nome de a candidata ser mencionado que as depreciações pela mídia tradicional iniciaram. Dilma talvez não esperasse uma mídia “tão preconceituosa, tão capaz de ardis e malabarismos para derrotá-la” (JOSÉ, 2014, p. 123), conhecendo os movimentos realizados contra Lula desde 2005, porém supunha um tratamento responsável da mídia quanto a sua candidatura. Nas eleições de 2010, a mídia hegemônica continuou

⁵⁵ Nome dado por Jessé de Souza aos menos favorecidos, aos excluídos.

o combate sobre projeto iniciado em 2003, com a eleição de Lula, pois já havia sido derrotada por duas vezes. Tratava-se de organizar uma marcha midiática contra o presidente Lula, seu governo e a sua candidata Dilma.

Para Souza (2016), o segundo mandato de Lula, sob as circunstâncias oportunas da tendência de alta das *commodities*, representou um dos grandes estratagemas da política brasileira no âmbito da inclusão social da população desde sempre preterida. Foi preciso, além das condições econômicas favoráveis, uma vontade política para colocar em prática programas de transferência de renda e um aumento significativo e concreto do salário mínimo, associados a uma importante abertura de crédito que impulsionaram a economia de baixo para cima.

O ponto alto deste projeto foram as políticas de acesso à educação, com aumento significativo de universidades públicas e escolas técnicas federais, viabilizando o acesso das classes subalternas à educação superior. Além disso, apreender a educação como *ponto sine qua non* para um progresso social com melhores perspectivas, aliado a elevação do amor-próprio através da pregação evangélica, também foi importantíssimo neste momento. Para além da bancada evangélica conservadora da qual muitos líderes fazem parte no Congresso, a variável religiosa torna-se forte porque os apartados não são pobres apenas economicamente; há uma ausência de motivações afetivas e morais para o triunfo escolar e, depois, o profissional. A religião evangélica estabelece cobrança no que diz respeito à educação e à disciplina que ela requer, a fim de suprir a falta de exemplos familiares (SOUZA, 2016).

A eleição de Dilma, em 2010, deu-se nesta conjuntura de comemoração e confiança com uma sociedade viável para todos. Inclusive os setores mais conservadores da classe média a reconheciam devido a sua linhagem – não vinha das classes populares como Lula. Porém, apesar do período bem-sucedido ter aquecido a economia, muitos, especificamente a classe média tradicional, não queriam dividir espaços sociais antes restritos com “os novos bárbaros das classes populares ascendentes” (SOUZA, 2014, p.82).

Os resultados das últimas eleições majoritárias para presidente da República (2002, 2006, 2010, e 2014) de imediato evidenciaram a divisão de classe que se distendera e se estabelecera no decorrer dos anos, deflagrada em hostilidade franca. O racismo de classe se apresentou de diferentes formas durante o Lulismo.

Conforme Souza (2016, p. 84), a ascensão do PT, apoiada pelo voto das classes populares, conduziu incontáveis “jornalistas e articulistas de jornais e televisão e intelectuais conservadores a repetição de que os votos do partido eram de pessoas sem estudo e sem compreensão do mundo. Um voto menos legítimo, por assim dizer”. O Mensalão abalizou quem era douto e instruído ou o contrário, portanto, quem tinha maior ou menor percepção sobre a questão da corrupção no Estado. “Não existia maior atestado de cultura superior e legitimidade moral do que se escandalizar com os casos de corrupção do Estado” (Ibid., p. 84).

A hostilidade férrea da mídia tradicional ao PT e ao Lula, não foram pessoais ou privativos a partidos, mas ofensivas a uma política satisfatória de inclusão social que, a despeito de qualquer lapso, teve significado histórico. A oposição seletiva à corrupção pela mídia e seus comparsas na máquina do Estado foi uma simples desculpa para reprovar uma política redistributiva. “A imprensa comprada e sócia do saque feito pelo 1% dos endinheirados a toda população se uniu a interesses corporativos de todo o tipo para derrubar um governo unicamente por vocação comparativamente mais popular” (SOUZA, 2016, p.85).

O jornalismo brasileiro é um partido político, tal qual pensava Gramsci. Para José (2014), a marcha ao partido midiático deflagrou-se num encontro realizado em São Paulo, em março de 2010, denominado 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, promovido pelo Instituto Millenium (IMIL), “cuja autodefinição é a de não ter vinculação político-partidária e ter como objetivo promover a democracia, a liberdade individual, a propriedade privada e a economia de mercado” (JOSÉ, 2014, p.124). A conferência aspirou estabelecer as diretrizes de toda cobertura para o enfrentamento das eleições presidenciais. “Os anfitriões do encontro: Roberto Civita, da Editora Abril, Otávio Frias Filho, da *Folha de S. Paulo*, e Roberto Irineu Marinho, da Rede Globo, magnatas do oligopólio midiático [...], com o IMIL a articulação golpista da mídia assumia uma natureza mais orgânica” (Ibid., p.124). O Fórum contou com o apoio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Editores de Revista (Aner), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap).

Na visão do autor, o IMIL guia-se pelos moldes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), ambos financiados pelos EUA, a partir de

1950, articulados em estimular o golpe de 1964. A ideologia destes institutos, conforme tratado em capítulo anterior, estava fundada no combate ao comunismo. O IMIL, claramente inspirado nestes institutos, realiza um enfrentamento organizado contra as práticas progressistas da América Latina. Portanto, tem obstinação pelo combate a Lula, Evo Morales, Rafael Correa, Pepe Mujica e Cristina Kirchner. Representa uma organização de direita, controlada por importantes meios de comunicação, organizados para atingir seus objetivos. O encontro de 2010, organizou diretrizes para a construção do cenário anti-Dilma.

O Instituto Millenium conta com especialistas, se a estes for possível qualificar assim: José Nêumanne Pinto, Roberto DaMatta, Rodrigo Constantino, para citar alguns. O contingente é comandado por Eurípides Alcântara, diretor de redação de Veja, onde semanalmente se reproduz o ideário completo do Millenium. O subcomandante é Antonio Carlos Pereira, editorialista de O Estado de S. Paulo. A dupla representa dois dos quatro conglomerados de mídia que formam o quartel-general político-ideológico da entidade: a Editora Abril e o Grupo Estado. Os outros são as Organizações Globo e a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS). Todo ano, o Millenium promove o Dia da Liberdade de Impostos e organiza debates sobre democracia e liberdade de expressão. Para tais promoções, conta com Marcelo Tas, da Band, e Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo, ambos de Veja. (JOSÉ, 2014, p.125).

O IMIL, como uma organização de direita, compõe-se de integrantes mais idosos que participaram das *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, alicerce social para o golpe de 1964, além de apoiadores da ditadura. Os mais jovens do quadro construíram suas carreiras especialmente na mídia e enriqueceram com uma prelação rude “de criminalização da esquerda, dos movimentos sociais, de minorias, e contra qualquer política social como Bolsa Família e cotas nas universidades” (Ibid., p. 125).

Naquele encontro, muitos “intelectuais” proferiram conferências, como Arnaldo Jabor, Demétrio Magnoli, Reinaldo Azevedo e Judith Azevedo, em discursos extremamente reacionários contra o PT. Como resultado do Fórum, as redações da Editora Abril, de *O Globo*, do *Estadão* e da *Folha de S. Paulo*, das emissoras ligadas a tais organizações, receberam ordens rigorosas e claras de deflagrar oposição total ao governo Lula, à candidatura de Dilma e ao PT.

A cartilha, repassada verbalmente, incluía manter permanentemente nos portais informativos da internet qualquer denúncia contra o governo Lula; produzir manchetes de impacto nos jornais e revistas; utilizar fotos que ridicularizassem o presidente e sua candidata; associar Lula a supostas arbitrariedades cometidas em Cuba, Venezuela e Irã; recomendava ainda elevar o tom nos editoriais; provocar o governo ao máximo, e qualificar de censura qualquer reação; selecionar dados supostamente negativos na economia, e isolá-los do contexto para causar impacto; trabalhar os ataques de maneira coordenada com a militância paga dos partidos de direita e com as áreas do Ministério Público alinhadas com a oposição e utilizar ao máximo o poder de fogo dos articulistas. Além de tudo isso, ressuscitar o Mensalão de 2005, explorá-lo à saciedade. (JOSÉ, 2014, p.130).

A mídia hegemônica deflagrou operação chamada Tempestade no Cerrado em alusão a “Tempestade no Deserto”, operação travada pelos EUA em 1991 na guerra do Iraque, na qual o número de mortes atingiu cerca de 70 mil pessoas.

[...] A revista *Época*, na esteira da matéria da *Folha de S. Paulo*, em 16 de agosto de 2010, já no auge da Operação Tempestade no Cerrado, exhibe matéria sobre a Dilma da luta armada, com apimentada chamada de primeira página: “O passado de Dilma – Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar, seu papel na luta armada contra o regime”. Matéria de catorze páginas, não

apresenta novidades, mas cumpre a função da caracterização da candidata como perigosa terrorista. Pretende-se, num equívoco completo, transpor o “perigo” por ela representado àquela ordem violenta e autoritária para 2010, a insinuar possa, uma mulher assim, quem sabe, impor uma “ditadura de esquerda” no país (Ibid., p.132).

Outro exemplo importante, o lançamento da candidatura de Serra, em 11 de abril de 2010, quando a *Folha de São Paulo* realçou Serra como “homem de uma cara só (ele caracterizava Dilma como tendo muitas caras), a favor de um Estado ativo, mas ‘enxuto’, com capacidade de investimento, e como quem não iria acabar com o Bolsa Família” (JOSÉ, 2014, p.135). O jornal persiste no mote da luta armada: recorda o passado de Serra como presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas que não colaborou com a luta armada – “tudo acertado, combinado, tudo na linha do Millenium” (Ibid., p. 135). Já na cerimônia de lançamento da candidatura de Dilma, o viés adotado pela *Folha de São Paulo* do dia 14 de junho é: “*À sombra de Lula, Dilma promete ‘alma de mulher’*”. Dilma consta na manchete apenas como sombra do presidente Lula, em matéria que arriscava uma opinião de Lula, surgida sem qualquer referência, sobre uma possível “incapacidade de Dilma de empolgar” (Ibid., p. 135).

A mídia seguiu cantilena guiada pelos propósitos da Operação Tempestade no Cerrado, procurando dar pouca ênfase aos episódios que envolviam o PSDB, como o caso da expansão do metrô em São Paulo, com denúncias de desvios de milhões de recursos públicos, enquanto continuava o bombardeio a Dilma: envolvimento em assuntos religiosos – sobre suas convicções religiosas. Os “grandes” meios de comunicação social continuaram a buscar aliados em fontes “confiáveis”, como foi o caso criado em torno da vice-procuradora geral eleitoral, Sandra Cureau, que sempre se mostrou opositora ao governo petista e, por conseguinte, à candidatura de Dilma.

Em matéria de 25 de maio, também da *Folha de S.Paulo*, a procuradora ocupa lugar no *lead*: “A candidatura da ex-ministra Dilma Rousseff

caminha para ter problemas já no registro e, se eleita, na sua diplomação”. Parafraseava Carlos Lacerda do início dos anos 1950: “O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”. Nenhum dos dois viu seus vaticínios cumpridos (JOSÉ, 2014, p. 136).

Segundo José (2014), a mídia hegemônica preocupou-se, a partir da pesquisa de opinião veiculada pela *Folha de São Paulo* em 21 de agosto de 2010. Dilma estava 17 pontos à frente de Serra, o que poderia garantir sua eleição ainda no primeiro turno. Não acreditava que o *post* de Lula poderia vencer um candidato tão bem preparado como Serra. Porém, a mídia acreditava reverter esse quadro. A partir de então, a atividade político-partidária da mídia intensificou-se, objetivando conduzir a campanha para o segundo turno.

Em 21 de agosto, outro espetáculo foi criado em torno do dossiê com dados confidenciais da Receita Federal de pessoas ligadas ao candidato José Serra, ordenado, segundo Serra, pelo PT. Neste interim, Dilma já apresentava 20 pontos à frente nas pesquisas, então outro movimento encabeçado pela *Folha de São Paulo*, perseverante no caso do dossiê, criou “suítes durante dezesseis dias contínuos e por outros tantos, intercalados até o segundo turno, [...] apostando suas fichas no dossiê” (JOSÉ, 2014, p. 138). Pretendiam tanto a mídia, quanto Serra, responsabilizar Dilma pelo dossiê. No que o jornal publicava em torno do dossiê, a mídia apoiava-se no ministro Marco Aurélio Mello do STF e em Ophir Cavalcante, presidente nacional da OAB, explicitamente oponentes ao projeto político iniciado em 2003.

Na *Folha*, a partir do início de setembro, o dossiê passa a contar com vinheta própria: “Escândalo da Receita”, procedimento que sempre adotaram para manter o assunto em alta. Mais tarde, vai se descobrir a ausência de quaisquer novidades nas chamadas quebras de sigilo: tudo havia sido

levantado pelo jornalista Amaury Ribeiro Júnior, autor do livro *A privatária Tucana*, que saíra no final de 2011, um dos mais vendidos por muitas semanas. [...] Se não bastasse essa constatação, conhecida de todos e feita à época – não pela velha mídia, naturalmente –, a Polícia Federal informou não haver relação entre a quebra de sigilo em unidades da Receita Federal e a campanha presidencial de 2010. As provas evidenciavam que o jornalista Amaury Ribeiro Júnior começara a fazer o levantamento para seu livro desde o final de 2008, e naquele momento trabalhando para o jornal *Estado de Minas*. O material inicial era de interesse de Aécio Neves, que reagia a ataques feitos por Serra. A mídia hegemônica fez ouvidos de mercador. (Ibid., p.139).

A mídia alternativa, através de seus blogs progressistas, teve papel preponderante ao discutir o envolvimento de Serra na privatária Tucana e, a partir de 10 de setembro, o assunto desapareceu das mídias convencionais (JOSÉ, 2014). Era necessário forjar um novo escândalo, pois o dossiê teve seu prazo de validade vencido por falta de conteúdo. Surgiu então o caso de Erenice Guerra, ministra da casa Civil, tendo o filho, Israel Guerra, acusado de mediar contratos entre empresas privadas e o governo. A revista *Veja* iniciou o bombardeio, com destaque para o fato de a ministra ser o “braço direito de Dilma” (JOSÉ, 2014, p.139). No dia 16 de setembro a ministra foi demitida. A mídia conseguiu seu intento, mesmo que muitas denúncias envolvendo o nome da ministra não se apresentaram verdadeiras, conforme constatado pela Controladoria Geral da União. Pouco conta, que posteriormente, Erenice Guerra tenha sido inocentada pelo Tribunal Federal da 5ª Região. O processo contra ela, por suposto tráfico de influência, foi arquivado em 2012 por indicação do Ministério Público Federal. Porém, ataques falsos à reputação de um indivíduo e calúnias custaram a imagem da ministra e sua dignidade. A mídia destrói e constrói imagens, desprovida de qualquer preocupação.

Em 3 de outubro de 2010, Dilma teve em torno de 47,6 milhões de votos; Serra, 33,1 milhões; e Marina Silva, 19,6 milhões. José (2014) assegura que a “Tempestade no Cerrado” alcançara seu objetivo: levar as

eleições para o segundo turno, com Dilma e Serra. A mídia contou desta vez com o apoio das igrejas, tanto evangélicas quanto da Igreja Católica – sendo o aborto o mote para bombardear Dilma. O tema mulher é delicado, pois muitas religiões tendem a elidir a autonomia destas sobre seus corpos, fato que, além de envolver acusações de Mônica Serra, envolveu também o papa “Benedictus XVI, o inquisitorial, conservador Joseph Aloisius Ratzinger”, que, ao receber “um grupo de bispos do Maranhão, resolveu ajudar abertamente a candidatura de Serra. Condenou o aborto e recomendou aos bispos que orientassem seus fiéis” (JOSÉ, 2014, p.141).

A farsa permanecia, desta vez, em 20 de outubro, com o famoso caso da bolinha de papel, transformado pelo Jornal Nacional em outro projétil, quando uma bobina de fita crepe ganhou status de atentado petista. Porém, o SBT exibiu, também em horário nobre, a bolinha de papel batendo na cabeça de Serra, desmascarando toda história e desmoralizando-o.

Dilma então vence as eleições com 55,7 milhões de votos (56,05%) e Serra tem 43,7 milhões (43,95%). Como fora em 2002, com a vitória de Lula, o retirante-operário nordestino assumindo a Presidência da República, agora era a mulher vinda da dura luta contra a ditadura que assumia o comando da política nacional. A derrota da oposição fora, inegavelmente, mais uma vez, a derrota da mídia millenarista. Não se acredita, insista-se, em qualquer mudança de posição da mídia imprensa hegemônica por conta dessa derrota: ela seguirá combatendo o projeto político iniciado em 2003. Já arregaçou as mangas e tentava, de todos os modos, desconstruir o cenário de favoritismo de reeleição da presidenta Dilma. (Ibid., p.142).

Golpes midiáticos são comuns na América Latina, principalmente após o declínio de golpes militares. Como o caso da Venezuela no ano de 2002, operado pela Radio Caracas Television (RCTV), por poucas horas no poder, em virtude da surpreendente revolta

popular contra a deposição de Hugo Chávez, que sempre encarou a ferocidade dos meios de comunicação venezuelanos. No Brasil, o projeto vigente desde 2003 teve como um dos seus principais perseguidores a revista *Veja* que sempre combateu o PT, Lula e Dilma. O programa político da *Veja* defende o projeto neoliberal e abarca as posições mais conservadores do Brasil, praticando um jornalismo vergonhosamente partidário. Nunca praticou, tampouco pratica, um jornalismo neutro, proposto pelo jornalismo liberal.

No começo do primeiro mandato da presidenta Dilma houve uma tentativa da mídia hegemônica de apoiá-la, tratando-a como a indicada para corrigir “o lado negativo” de Lula (JOSÉ, 2014, p.165). O intuito era fragmentar a relação do ex-presidente com a presidenta. A mídia hegemônica não percebeu que se tratava de um projeto político e não apenas de meras personalidades. Quando entendeu a impossibilidade de alquebrar a relação entre os dois, os ataques direcionaram-se duramente à presidenta.

Souza (2016, p. 53) afirma que Dilma, confiante na sua popularidade com as eleições de 2010, “lança sua jogada mais arriscada:romper com o acordo rentista”, projeto que visava aproximação com a burguesia industrial, condicionando o país a uma regulação de juros que se aproximasse da regulação mundial, incorrendo em investimentos mais volumosos em atividades produtivas de geração de emprego e ampliação de forma positiva do mercado interno, aumento de produtividade e do poder de consumo.

O *boom de commodities* devido a conjuntura positiva e breve vivenciada pelo Brasil, oportunizava garantir essa mudança. Porém com um setor industrial caracterizado pela falta de um projeto nacional, “a jogada se revelou uma aventura perigosa que acabaria por minar as bases do governo da presidenta daí em diante”. Tal como ao longo da vida brasileira moderna, “a elite do dinheiro agiu de modo concertado” (Ibid., p. 54). O capital financeiro alcançou lucros altíssimos, os capitalistas industriais e o agronegócio não mais aplicavam seus lucros na produção, mas nas taxas de juros, alcançando resultados rápidos e seguros.

Iniciou-se um combate pela redução do juro e do *spread* bancário⁵⁶, no qual Dilma depositou toda sua confiança e fracassou. Em

⁵⁶ “*Spread* bancário é simplesmente a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro. O valor do *spread*

abril de 2013, a taxa de juros voltou a subir e todas as frações da elite econômica viraram-se contra a presidenta (SOUZA, 2016).

O novo contra-ataque do “partido do dinheiro”, a grande mídia, não tardou a acontecer – agora como aprendizado oriundo do Mensalão: não dá para derrubar o governo sem construir um arremedo de “base social” para o golpe. A nova tática implicava o ataque sistemático e sem qualquer pausa ao governo e ao que ele representava (SOUZA, 2016, p.54).

Para José:

[...] a velha mídia investiu duramente contra a presidenta, em especial pelo fato de na primeira fase de seu governo ter começado a baixar os juros, política que abandonou, quem sabe, exatamente pelo ataque cerrado a que foi submetida, como o é até hoje. Distribuem-se críticas a Lula e a Dilma, indistintamente. Críticas emanadas de seus colonistas e do material de reportagem, pouco importando, como sempre ressaltado, a materialidade dos fatos, pouco importando a realidade (JOSÉ, 2014, p.165).

varia de acordo com cada operação, dependendo dos riscos envolvidos e, normalmente, é mais alto para pessoas físicas do que para as empresas. O Brasil é famoso por ter um dos maiores spreads bancários do mundo.” (IPEA. O que é? – Spread Bancário. **Ipea**, 1 de dez. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2051:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 03 nov. 2017.

Conforme Souza (2016), existe uma relação explícita entre as “jornadas de junho” e o “golpe de abril de 2016”. As jornadas de junho, segundo o estudioso, foram o ponto crucial para a virada da hegemonia ideológica até aquele momento atuante e dos enormes índices de aprovação dos governos petistas. Na realidade, significaram o começo da resistência ideológica que grande parte da população não compreendeu.

As manifestações de junho de 2013, na sua origem, foram conduzidas pelo Movimento Passe Livre (MPL)⁵⁷ que tem como mote principal a tarifa zero para o transporte público, mas não é um movimento novo. Conforme texto do próprio Movimento Passe Livre (CIDADES REBELDES, 2013), estes movimentos começaram no ano 2003, em resposta ao aumento das passagens em Salvador, conhecidos como a Revolta do Buzu⁵⁸. A experiência direta da população, por meio de assembleias horizontais, o aparelhamento da revolta pelas entidades estudantis e a explosão da luta pelo transporte público ganharam projeção nacional.

O MPL erguia-se contra o aumento de tarifas de ônibus em diversas capitais brasileiras, mas como ponto nuclear, na cidade de São Paulo, movido por estudantes tanto da classe média quanto da periferia. Os jovens da periferia já marcavam presença nas universidades, porém os empregos acessíveis a eles eram ruins e de baixa produtividade, fato gerador de crítica ao governo, mas uma crítica positiva, no sentido de detalhar o processo inclusivo, permitindo organizar uma nova base produtiva, gerar mais e melhores empregos.

A mídia tradicional, no entanto, assumindo o seu papel de partido político das oligarquias, conforme Souza (2016), construiu outro rumo aos fatos. Em 10 de junho de 2013, o *Jornal Nacional* (JN) referenciou pela primeira vez os protestos, de maneira negativa, salientando o “tumulto”, o dano ao trânsito e o transtorno à população. No dia 12 de junho, com novas alusões negativas aos movimentos, o termo

⁵⁷ A plenária de fundação do MPL – Brasil aconteceu no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); a luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro); II Revolta da Catraca barra aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (julho). (CIDADES REBELDES, 2013, p. 18).

⁵⁸ Orquestrados por milhares de estudantes, reivindicavam nas ruas, qualquer forma de afastamento dos modelos hierarquizados, expondo outra maneira, ainda que embrionária, de organização (CIDADES REBELDES, 2013, p. 14).

“vandalismo” tornou-se contumaz para caracterizá-los. Neste momento, o JN exibiu cidadãos criticando a algazarra e a desordem.

Os manifestantes atacaram e danificaram cerca de oitenta ônibus e estações de metrô em São Paulo. Alguns foram presos e incriminados por formação de quadrilha e depredação de patrimônio público, ambos crimes inafiançáveis. Até então, os movimentos estavam no âmbito municipal e estadual. No dia 13 de junho as reportagens seguiam o mesmo viés das anteriores. Neste mesmo dia foi noticiada a PEC 37⁵⁹, de forma secundária, porém, segundo Souza (2017), demonstrando o começo da articulação e do arranjo entre o aparelho jurídico-policial do Estado e a imprensa.

Na cobertura de 15 de junho, as reportagens do JN referiam-se aos protestos dos produtores rurais contra os povos indígenas e a política de demarcação de terras da Funai (amplamente favoráveis aos ruralistas). A moção era retirar das mãos do Executivo as decisões sobre o tema e passá-las para as do Legislativo. Neste dia, também foram destacadas movimentações centradas nos preços das passagens em Belo Horizonte. A mídia permanecia negativa em relação aos fatos. O JN despertou para a possibilidade de crítica ao governo, porém mantendo o seu viés a níveis municipal e estadual (SOUZA, 2016).

A partir de 17 de junho as reportagens tomam outro rumo. Os protestos, tendo a bandeira do Brasil como símbolo, foram citados pela mídia como “pacíficos” e tidos como “expressão democrática”, contrariando as opiniões dos dias anteriores e transformando esses movimentos em manifestações positivas. Ressaltando lemas relacionados a gastos com a Copa do Mundo, a PEC 37 e, de forma subjetiva, corrupção, transformaram os protestos de esfera municipal e estadual em movimentos federativos.

Segundo Souza (2016, p. 91), no dia 18 a mídia iniciou “a criação ética e moral do movimento anti-governo federal” com o uso de imagens como “cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada

⁵⁹ A PEC 37 sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. O item adicional traria a seguinte redação: “A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente”. Disponível em:

<http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>.

Acesso em: 05 nov. 2017.

e usar a bandeira nacional”. O perfil dos manifestantes sofre alterações, não sendo mais jovens e estudantes, mas “famílias de classe média com perfil de renda alta” (Ibid., p. 91). No dia seguinte, o JN sofreu uma mudança decisiva, pois, com a federalização dos protestos assumiu postura de apoiar e encorajar os movimentos como manifestação democrática do povo, visando atingir a presidenta Dilma e, com suas palavras de ordem, formar uma corrente contrária ao PT.

Nos dias posteriores, seguiram-se bombardeios com lemas que se tornariam usuais: a bandeira da antipolítica e antipartidos, inflação, custo de vida, e o ataque à PEC 37. Em 20 de junho, o JN celebrou os protestos memoráveis que aconteceram no Rio de Janeiro e em São Paulo, com ampla participação da classe média conservadora, símbolo da representação política criada pela farsa midiática, até abril de 2016, com o impedimento da presidenta.

A estratégia foi buscada no dia a dia, em teste empírico e tentativa e erro – método, aliás, que seria, desenvolvido em todas as outras estratégias que redundariam, finalmente, no golpe de abril de 2016. Procurou-se premeditadamente e a sangue frio testar o gosto do público e inserir pautas antes estranhas ao movimento, como no caso mais claro do apoio à derrubada da PEC 37. O sentido aqui foi fazer um carinho, materializado pelo apoio explícito de pautas corporativas do aparelho jurídico-policial do Estado a sempre mais poder sem controle, um prenúncio das estratégias de “vazamento seletivo” que se daria mais tarde. A PEC 37 passou a ser a senha de apoio midiático para as corporações jurídicas do Estado e seu projeto de aumento do poder corporativo que lhes assegurava privilégios que os cidadãos comuns sequer sonhavam, lhes propiciando “apropriar-se” da agenda do Estado (SOUZA, 2016, p.93).

A partir de junho de 2013, a imprensa tradicional aliou-se às corporações do aparelho jurídico-policial, projetando invalidar o governo eleito. O tema da corrupção obtinha sempre mais relevância. Questões de saúde e educação passaram a ser tratadas de forma negativa ao governo.

Houve uma deturpação de concepção, criando incertezas para a população, pois a mídia, propositadamente misturou competências federativas – municipal, estadual e federal –, de maneira que qualquer problema nestas áreas recaía única e exclusivamente sobre o governo federal (SOUZA, 2016).

Conforme Souza, a resposta do governo para as manifestações concentrou-se em agilizar os diferentes projetos de relevância coletiva paralisados no Congresso. No dia 24 de junho apresentou-se uma reforma política para atacar a corrupção e cinco pactos: “transporte público, reforma política, corrupção como crime hediondo, médicos estrangeiros, e a destinação do pré-sal para 100% da educação” (SOUZA, 2016, p.94). Apesar de inteligentes, constituíam resposta tardia por parte do governo. As medidas foram barradas no Congresso e tratadas com descaso pela mídia que vivenciava o ápice de seu poder, traçando a agenda política daqueles dias.

O êxito da campanha midiática revelou sua aliança com a velha classe média conservadora, que jamais aceitara a linha de reforma social petista. Nas manifestações, a cantilena midiática fortaleceu esta classe, reservando-lhe o papel de “herói cívico”. A novidade, de acordo com o estudioso, “é a mídia transformar esta classe em “revolucionária com extraordinária e súbita autoconfiança, podendo exprimir-se nas ruas sem qualquer vergonha ou pejo” (Ibid., p.96).

A classe média conservadora, transformada em revolucionária, não precisava mais reclamar na surdina, vociferando sobre “os rolezinhos dos jovens da periferia de São Paulo ou do ‘populismo petista’ com os programas de transferência de renda, ou ainda dos aeroportos, ‘com gente sem educação e que fala alto’”, uma classe que “agora se torna orgulhosa de si mesma” (SOUZA, 2016, p.96-97). A repulsa, no que diz respeito à pobreza, culpabilizando os próprios pobres, figura a própria distinção existente nessa construção que escamoteia, desde sempre, os responsáveis pelo grande número de excluídos no Brasil. O projeto que alçou voo de 2003 até 2013 buscou a inclusão social e oportunizou aos pobres o acesso a bens de consumo sem igual.

Outro fato interessantíssimo trazido por Souza é o termo populismo, que a grande mídia tradicional, os meios de comunicação, qualquer que seja a denominação dada, utiliza para recrutar seu público, pois a conotação ao termo sugere que “alguém estaria se aproveitando da ingenuidade dos pobres para se consolidar no poder” (SOUZA, 2016,

p.98). Trata-se de projeto visando “continuar a esquecer e abandonar os pobres, como a maioria havia feito até então, já que assim não seriam feitos de tolos” (Ibid., p. 98).

Desde os anos de 1950, a imprensa tradicional “tem uma clara posição política conservadora alinhada com as teses de direita, com privilégios, e por isso mesmo nunca admitiu [...] governo algum que tendesse a promover reformas a favor dos mais pobres”. Pretendiam eliminar o getulismo e atuaram para retirar de cena o petismo. “Ela é a expressão contemporânea do ideário da casa-grande” (SOUZA, 2016, p.165). Ainda, “o antigetulismo e o antilulismo construídos pela mídia são irmãs siamesas,[...] a continuada reação termidoriana⁶⁰ diante de qualquer transformação política à esquerda” (Ibid., p. 165), por mais tímida que seja.

Nossa mídia nunca deixou de ser um ator político.
Contra Getúlio. Contra Juscelino. Contra Jango.
Conivência com a ditadura. Criou as condições
para a eleição de Collor. Defenestrou-o quando ele

⁶⁰ A **reação termidoriana** é considerada uma das fases finais do processo da Revolução Francesa. Após o período designado pelos historiadores como Reino do Terror (ou somente Terror), em que as garantias dos cidadãos foram suspensas e a facção da Montanha, do partido jacobino, assassinou e perseguiu seus opositores, alguns girondinos sobreviveram e se organizaram na articulação de um golpe.

No dia 27 de julho de 1794, data conhecida como *9 Termidor* pelo calendário da Revolução Francesa, Robespierre e seu partido foram derrubados em uma ágil manobra da Convenção. Para conseguir reverter o quadro, Robespierre apelou para a população pedindo que ficassem ao seu lado. Porém, o único grupo que poderia ouvi-lo, os raivosos, já tinha sido derrotado e os *sans-culottes* não atenderam ao seu apelo. Os dirigentes do partido jacobino e Robespierre foram guilhotinados. Desta forma, representantes da alta burguesia retornaram ao poder, iniciando um refluxo do movimento revolucionário.

No poder entre os anos de 1794 e 1795, a Convenção Termidoriana não durou muito, mas iniciou um processo de reativação dos projetos da alta burguesia, como anulação de medidas da Montanha. Entre tais mudanças, houve o fim da Lei do Preço Máximo e o encerramento da hegemonia da Junta de Salvação Pública. Além disso, dissolveram clubes políticos, perseguiram jacobinos e extinguíram prisões despóticas e julgamentos sumários.

não servia mais aos seus interesses. Enamorou-se de Fernando Henrique durante os oito anos de mandato. E nunca descansou um único dia de combater o projeto político iniciado em 2003, com a posse de Lula. Dilma, no momento em que escrevo, recebe um impressionante bombardeio cotidiano, sem que haja preocupação alguma com a veracidade dos fatos (JOSÉ, 2016, p.167).

Compete destacar excelente reflexão sobre a crítica ao populismo, que:

[...] criminaliza a atenção à maioria esquecida, [...] é ouvida o tempo todo durante todos esses anos e não apenas da boca dos não especialistas da classe média, mas também de intelectuais em livros e jornais [...] como meio de deslegitimar as medidas de apoio à parte de baixo da população mostra que a classe média conservadora e os partidos que a representam estão na defensiva, sem um discurso articulado e convincente. Por conta disto, perdem todas as eleições para presidente, e perdem também a hegemonia ideológica [...] (SOUZA, 2016, p. 98).

Para Souza (2016), a originalidade das “jornadas de junho” foi deslocar o protagonismo das manifestações para velhos atores brasileiros: a fração da classe média moralista e conservadora. Este segmento, que transformou as manifestações em efetivos acontecimentos de massa e, a partir de 19 de junho, quando o JN destaca os atos como “uma festa democrática”, retirando o caráter multifacetado das manifestações e separando esta classe média patriota do pequeno grupelho de “vândalos” que a ela se juntava nas ruas, cria-se uma nova estética e moral para o movimento.

Tal estética dada aos movimentos envolve símbolos como a camisa e a bandeira do Brasil, utilizadas por este segmento de classe e que traziam mensagens estampadas: “Nosso time é seleção e nós

torcemos pelo Brasil.” O patriotismo que representa o país como um todo, que não aceita as diferenças e se coloca como único representante da nação. Conforme Souza, ressurgia um protofascismo e, distante de ser criticado pela mídia foi incentivado e enaltecido. O JN, em suas reportagens, apontava os “‘amarelinhos’ quando iam às ruas, reagem espontaneamente, enquanto os ‘vermelhos’ eram militantes profissionais sectários” (SOUZA, 2016, p. 101). Este segmento passou a representar simbolicamente o interesse de toda uma nação, sugerindo mudanças, adequadas a todos.

O princípio moral foi crucial: primeiro porque infundiu neste segmento de classe o protagonismo do movimento, mesmo em se tratando de simples objeto de manobra da aliança entre elite e mídia. No entendimento de Souza (2016), o JN formulou esse sentimento com destreza; segundo porque cambiou paulatinamente o movimento das bandeiras por melhores serviços públicos, e de forma subjetiva os temas que passaram a vigorar foram o combate à corrupção e a PEC 37.

As críticas ao “populismo petista” e a seus programas de governo abandonaram o tom de contestação reacionária de um segmento privilegiado, assumindo a aparência de comprometimento político e democrático contra o mundo corrupto da política. Estava arquitetada a base do golpe de 2016, com fundamental participação da mídia no resultado, posteriormente. A diferença foi que na primeira tentativa de golpe, “branco”, à ocasião do Mensalão, contava-se com a aliança das elites econômicas, o Congresso comprado, a mídia manipuladora e a justiça “justiceira” (Ibid., p.103), porém, faltava o apoio popular necessário a qualquer golpe.

Mídia e o aparato jurídico-policial aliaram-se para o golpe, iniciado após a derrota da PEC 37 no Congresso. Primeiramente, com a defesa das agendas corporativas do aparato jurídico-policial do Estado e, em seguida, com os chamados vazamentos seletivos, ordenados e ilegais de fragmentos de declarações comprometedoras largamente espetacularizadas para um público exclusivo. A Lava Jato tornou-se centro do espetáculo, criminalizando o PT e a base de apoio do governo. “Mesmo que os partidos da base governamental como o PP e o PMDB tivessem mais envolvidos por controlarem setores-chaves na Petrobrás, cujo esquema de propinas constitui a base da Lava Jato” (SOUZA, 2016, p.108), esses são conhecidos por alianças apenas para obter vantagens pessoais ou eleitorais e, por isso, não receberam muito interesse da

opinião pública. O oposto ocorre com o PT que desponta como caminho de fazer política diferenciada, afastado da corrupção, porém, o partido se vê implicado na mais absoluta crise de “sobrevivência de sua história”.

No âmago do problema, o sistema político adotado no Brasil – “presidencialismo de coalizão” -, onde o Presidente do país precisa compor sua base de apoio no Congresso Nacional, através de uma série de negociações e trocas com as forças dominantes no Congresso Nacional, para que haja governabilidade. Muitos elementos fazem do legislativo uma casa de interesses conservadores da sociedade brasileira. Dentre estes elementos, pode-se citar “a fragmentação partidária, a massiva sobre-representação de interesses econômicos com agenda conservadora via financiamento privado de eleições e a pouca representatividade e responsabilidade em relação ao eleitor [...]” (SOUZA, 2016, p.108).

O Mensalão exprime caso em que o governo do PT, para poder governar, comprou o apoio dos políticos ligados aos partidos fisiológicos, que fazem de sua agenda “um balcão de negócios”. Segundo Souza (2016) a tática adotada pelo PT foi de não barganhar diretorias de empresas como Petrobrás, Furnas, e outras organizações estatais, regalo dos políticos de partidos que visam apenas locupletar-se do Estado, sem qualquer projeto para a sociedade. Terminou numa série de prisões e escândalos.

Após o caso do Mensalão, a estratégia para governabilidade transformou-se e o PT precisava do Congresso, por isso, passou a entregar empresas e cargos públicos para o saque costumeiro.

A Petrobrás e as suas diretorias de investimento bilionário, em época de pré-sal e reservas fabulosas, foram a cereja do bolo do saque. [...] o esquema ilegal na Petrobrás existia desde muito tempo. O próprio FHC [...] assumi ter sido alertado por Benjamin Steinbruch, embora nada tenha feito. Paulo Francis também já havia denunciado o esquema em 1996 e, sem provas que só surgiram agora, foi processado e condenado. Também nesse caso, ainda que os partidos de sustentação do governo tenham sido os principais envolvidos, PP e PMDB à frente, foi a corrupção petista que

provocou alarde e comoção social. (SOUZA, 2016, p.109).

A partir de novembro de 2014 uma série de prisões e “vazamentos seletivos”, coadunados entre os meios de comunicação tradicionais e os integrantes do aparelho jurídico-policial, instalaram clima de “linchamento” político. Cotidianamente, a mídia veiculava fragmentos de depoimentos seletos, que deveriam estar sob sigilo judicial, a fim de impactar o público. A estratégia de criminalização do PT e, por conseguinte, do projeto de inclusão desenvolvido pelo partido, tornou-se, a partir deste momento, a ideação obstinada dos eminentes cúmplices do golpe: a mídia conservadora e o complexo jurídico-policial do Estado.

O eixo do embuste centrava-se na concepção de que os heróis da justiça e os jornalistas da imprensa brasileira, direcionados pela TV Globo, haviam entrado num combate decisivo à corrupção no Brasil. A farsa ficou explícita quando se personificou a corrupção, a fim de atacar o adversário político. Corrupção constitui problema estrutural, um orquestramento complexo que ultrapassa as intencionalidades individuais, porém, ao “fulanizá-la”, retira-se esta compreensão, dividindo a questão entre bons e maus, de forma maniqueísta. Souza (2016) aponta que, via de regra, a população não compreende os meandros da sociedade e das diferentes áreas de alta complexidade, como a economia e a política, acabando por se confundir e acreditar nesta forma simplista de tratar o tema corrupção.

Uma imprensa que se presta, de forma arguta a não esclarecer seu público, “que manipula na direção que mais lhe convém as emoções que o público sente, mas não compreende” (SOUZA, 2016, 100), não debate o tema da corrupção como um problema estrutural com consequências tanto na ação do mercado no Estado, não demonstra interesse em superar este problema nocivo à sociedade brasileira.

Souza (2016, p. 113) indica que, ao se estabelecer a corrupção como circunscrita ao Estado, os donos do mercado, aliados a elite intelectual para produção e promoção desta farsa com “prestígio de ciência”, ficam livres para praticar “abusos legais e ilegais sem que nem a legalidade nem, muito menos, a legitimidade dos seus atos seja posta em xeque” (Ibid., p. 113).

[...] Não deveria ser considerado corrupção impor uma taxa arbitrária – no caso, a maior do mundo – acoplada a todos os preços que pagamos no mercado que drena o produto do trabalho de todos para o bolso de uma meia dúzia de privilegiados? É isso que a taxa de juros faz. Não é percebida assim porque os financistas têm um exército de jornalistas e articulistas que defendem que a taxa de juro alta [...] serve para proteger a nós todos contra a inflação. Como é dito em todos os jornais e em todas as televisões, os não especialistas, sem armas para se defender, acabam acreditando (Ibid., p. 113).

A financeirização do capital trouxe muitas mudanças estruturais que afetaram também a imprensa, com relações de comando verticalizadas, permitindo maior controle de cima para baixo. Deixam de existir os debates nas redações, altera-se a característica de repórteres e redatores, agora mais jovens e dóceis a esse comando verticalizado. O PT e seus governos respondem a estas situações com ajuda específica de jornalistas e pequenos blogs, ainda de maneira insatisfatória. TVs públicas de qualidade, como em outros países, e a ampliação da concorrência neste setor, fazem-se essenciais. “Faltou à esquerda uma reflexão madura sobre o papel central da mídia na construção seletiva e distorcida do debate público” (SOUZA, 2016, p.115).

Aliada à mídia, a elite econômica, em especial após a federalização das Jornadas de Junho de 2013, esforçou-se para comprar as eleições de 2013, sem êxito. Porém, via financiamento privado das eleições e sob a batuta de Eduardo Cunha, aliou-se a centenas de deputados de diferentes partidos, formando, “o Congresso mais venal e mais reacionário de que se tem notícia no Brasil” (Ibid., p.130).

Com a derrota de Aécio Neves nas eleições de 2014, o interesse econômico, associado à mídia e com o Congresso comprado, tinha que terminar o projeto petista em andamento e, para isso, restava apenas o golpe de Estado. Cumprir tal intento demandava cúmplices dentro do Estado que assegurassem a aparência de legitimidade do golpe. O aliado

do momento foi o aparato jurídico-policial, representado por uma casta jurídica que se considera notável, com interesses em ganhos políticos e materiais exorbitantes, tentando se apropriar da agenda do Estado para interesses corporativos. A combinação destes elementos teceu o golpe. “Esses três atores trocam vazamentos ilegais e todo o tipo de ilegalidade antidemocrática com muita habilidade” (SOUZA, 2016, p.131), dificultando qualquer reclamação ou crítica, pois a casta jurídica faz parte do jogo.

Historicamente, a esfera jurídica nasce quando se separa da política, segundo Max Weber, um processo de passagem do direito material ao direito formal. Porém, no Brasil, para Souza (2016), nós tivemos um problema muito sério de polarização da esfera jurídica, “pois não há mais quem possa dizer o limite entre o que é jurídico e político”. Essa realidade inquieta, porque significa que “não temos mais justiça nem aparelho judiciário independente. Os juízes fazem política abertamente, representando partidos e seus interesses.” (Ibid., p. 131).

Trata-se de um golpe ancorado na “politização do judiciário”, que não resguardou a Constituição, com direitos individuais fundamentais sendo maculados. Tal golpe associa capitalismo voraz e esmorecimento às garantias democráticas, cujas expectativas são de exploração da riqueza nacional, com um Estado coercivo e policial. Decretado sob a batuta da elite financeira, da mídia, do parlamento comprado e da casta jurídica, o golpe pôs fim ao governo eleito democraticamente. Fato consumado, as aspirações voltam-se para a pilhagem.

Vender as riquezas brasileiras, o petróleo à frente, cortar os gastos sociais, e fazer a festa da turma da “privataria”. Os pobres voltam ao esquecimento, à marginalidade e aos salários de escravos por serviços à classe média e às empresas dos endinheirados. Tudo como antes no quartel de Abrantes (SOUZA, 2016, p. 132-133).

O que restou para esta associação de poderosos – a elite financeira, a imprensa, a casta jurídica e o parlamento comprado -, foi um governo desprestigiado. A estratégia do golpe uniu esses poderosos, mas

conflitos começam a surgir. O PMDB e o PSDB estão envolvidos em irregularidades que começaram a aparecer e, a casta jurídica extremamente comprometida no golpe, no iminente risco de ser desmascarada, empenhando-se para manter o aspecto de neutralidade, e a mídia por sua distorção contumaz e criminosa dos fatos, também corre o risco de perder em algum momento o seu capital de confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi analisar o papel da mídia como intelectual orgânico no desmantelamento de um projeto político que, mesmo a passos curtos, vislumbrou reformas, ainda que parcas e precárias, incitando o repúdio de forças conservadoras brasileiras, pois arrojou alterar engrenagens de exploração de classe no Brasil. Neste trabalho busquei compreender estratégias da mídia para formação do consenso, da hegemonia neoliberal e neoconservadora que culminou com o golpe de 2016, no Brasil.

Ratifico as ideias da professora Simionato (1995) quanto à articulação teórico-metodológica, de raízes marxistas, continuadas por Gramsci. Constitui proposta adequada para pensar a transformação social acreditando que, mesmo com tamanhas complexidades sociais, políticas e econômicas com as quais adentramos no século XXI, o método de pesquisa utilizado por estes estudiosos permanece ferramenta imprescindível para o entendimento da ordem social na atualidade. A realidade vivida por Gramsci, na perspectiva da revolução, distingue-se dos dias atuais, de colapso na forma de compreender a concepção revolucionária. No âmbito de acumulação capitalista, sistema dominante no mundo, cabe-nos o compromisso de questionar a miséria, a irresponsabilidade e a divisão que assolam o mundo e, neste caso específico, o projeto brasileiro.

Não tive a pretensão de construir uma análise de meios específicos de veiculação de opinião, procurando compreender como os meios de comunicação tradicionais ou a mídia em geral, arquitetados como agentes político-ideológico, devem ser reconhecidos essencialmente como formadores/formatadores da vontade coletiva, visando manter o *status quo*.

Desde a juventude, Gramsci estudou profundamente a temática dos intelectuais porque queria compreender a importância da cultura na construção de um novo projeto social. Concorro com a professora Simionato (1995), entendendo essencial compreender o tema dos intelectuais, primeiro, pelo lugar e a função que ocupam na estrutura social e, segundo, pelo lugar e a função que exercem em um processo histórico delimitado. Dessa delimitação Gramsci desenvolve duas características de intelectuais: o intelectual orgânico e o intelectual

tradicional. Qualquer grupo que pretenda chegar ao poder, necessita envolver intelectuais para sustentação à sua hegemonia. Inserir a mídia na categoria de intelectual orgânico, na concepção marxista gramsciana, significa ressaltar a capacidade que ela desenvolve em organizar e influenciar todo o coletivo, mantendo projeto hegemônico liberal-conservador vigente no Brasil.

Apoiar-me em Gramsci significa que ele não é um fim para as reflexões colocadas nesta dissertação, mas um meio para análise das intrincadas relações no âmbito do Estado, ampliado para a construção da hegemonia, permitindo perceber antagonismos e conflitos que perpassam tanto a sociedade civil quanto a política. Mesmo com a Carta Magna de 1988, ancorada em projeto político democrático-participativo com a sedimentação de direitos, a atualidade evidencia o fortalecimento de forças neoliberais que trabalham na contramão desses direitos.

Aproprio-me, e concordo com as ideias de Edmundo Dias (2006), quando destaca que a visão de democracia acompanha um projeto em curso, fundamenta-se no conceito de que a democracia moderna se originou no decurso de autonomia da sociedade civil do Estado como estrutura dominante. Para Souza (2016), a visão liberal-conservadora denota o Estado como incompetente e inconfiável, enquanto o mercado torna-se local de racionalidade e virtude.

A distorção do conceito weberiano de *patrimonialismo* no Brasil remete sempre ao “político” e não ao “científico” - a personalização, subjetivação e simplificação do Estado, afastando a ideia de conflitos, dividindo a todos entre “honestos” e “corruptos”, ideias estas que tornam a “prática” a vida, escamoteando razões de desigualdade e injustiça social, dando ênfase à questão da corrupção estatal e reprimindo os conflitos de classe.

No Brasil, os partidos são instituições frágeis, prevalecendo a figura de grandes coronéis, empresários, padres, doutores que, localmente comandam legendas, não conformando debate ou questão de grupo com ideias e projetos conjuntos. O Congresso brasileiro demonstra que, no país, a política destina-se a interesses pessoais.

Lula, para vencer a eleição em 2002, realizou muitas alianças partidárias, disciplinando e neutralizando diversas correntes do partido, engendrando a política de coligações e o estratagema da campanha nos padrões usuais, custeada pelo empresariado de porte e com a contratação de grandes marqueteiros. Lula chegou ao poder com o apoio de onze

partidos, figurando entre eles opositores históricos como Paulo Maluf, José Sarney e Roseana Sarney. Fatos que demonstram a inconsistência da política partidária no Brasil e que o PT não efetivaria mudanças estruturais. A inconsistência dos acordos ratifica quão pueril é a política partidária no capitalismo atual, centrado acima de tudo em figuras.

Após a reeleição, Lula fez um acordo com o PMDB para, juntos, capitanearem a Câmara dos Deputados e o Senado, transformando o Congresso numa negociata de cargos, distanciando-se dos princípios do partido, mantendo o conservadorismo na política econômica (OLIVEIRA, 2010). Sem dúvida, refletir sobre o projeto do PT como um partido de centro-esquerda, que permaneceu no poder do Executivo Federal por 13 anos e 4 meses, até o golpe engendrado pelo parlamento, requer pensar numa administração distinta para o país.

Devido a estas diferentes coligações, o PT não realizou reformas estruturais, político-partidárias, econômicas, midiáticas ou mesmo da classe jurídica, dando ensejo para a realização do golpe. Ao contrário dos critérios de um partido de centro-esquerda, tanto Lula quanto Dilma Rousseff, em todos esses anos, não romperam radicalmente com os empresários da mídia, do agronegócio e do mercado, realizando uma composição com estes segmentos.

A lógica do PT foi a conciliação entre a classe dos trabalhadores e o capital e, ainda, inclusão e ascensão social capitalista, pensando em introduzir o país num movimento de independência, desenvolvimento tecnológico para se estabelecer com excelência no cenário mundial. Mesmo não sendo um partido considerado socialista, o PT conseguiu um aumento real no salário mínimo, trabalho formal crescente, inclusão e ascensão social de milhões de brasileiros, tanto no consumo como no acesso à moradia e às universidades.

Na verdade, em meados de 2013, os donos do capital perceberam o poder direcionado aos trabalhadores, que passaram a participar de uma fatia maior da divisão das riquezas do país, fato assustador para as elites, pois, apesar dos seus ganhos *records*, os trabalhadores estavam com uma participação social maior. Tal situação mexeu com o imaginário desta casta brasileira, incapaz de dividir espaços antes considerados próprios - aeroportos, shopping centers, universidades, entre outros -, com uma classe C “desqualificada” para tal. Conceber a presença de filhos de pobres nas universidades, almejando futuro diferente dos pais e

misturando-se a esta casta, foi inconcebível para a classe dominante que resolveu requerer o poder total, a qualquer custo.

Conforme Souza (2015, p. 239), é importante descortinarmos a relação de classes na política brasileira, estabelecida a partir da trama das “Jornadas de Junho”, quando o Estado foi transformado em “vilão” e a “sociedade”, engajada e politizada, em “mocinho”. Nascia o conflito brasileiro entre “petralhas” e “coxinhas”, os apoiadores do governo do PT e os engajados no PSDB, uma polarização que não gerou maior politização e sim um discurso de ódio entre ambos.

No início dos movimentos, em São Paulo e em outras capitais, o mote da mobilidade urbana aliado às reivindicações de melhorias em saúde e educação, liderados por estudantes tanto da classe média como da periferia, apresentaram-se num consenso com os interesses das classes populares. Porém, a partir do dia 19 de junho, as manifestações massificaram-se e ganharam a aderência da mídia nacional, protagonizando a liderança dos movimentos à classe média, conforme Souza (2015), os 20% dos mais escolarizados e de maior renda.

Assim como as classes dominantes de todo mundo, a classe média brasileira é privilegiada e busca ocultar ou naturalizar a causa destas prerrogativas. Concordo com Souza (2015) quando ressalta que a classe rica brasileira detém o monopólio do capital econômico e a classe média o monopólio do capital cultural, considerado caro e substancial para a reprodução de mercado e Estado, concretizado no ensinamento dado nas universidades de prestígio, nas especializações, no conhecimento de línguas estrangeiras e, além disso, pela formação familiar desde o berço, de algumas “disposições invisíveis para o comportamento competitivo” (SOUZA, 2015, p.241).

Com base em nossa herança cultural, educam-se os filhos para o equilíbrio, para o condicionamento, para uma visão de futuro e para a capacidade de foco. Tais disposições agrupadas são a base do êxito escolar e, logo, profissional. Como estes ensinamentos são naturalizados dentro dos lares, tornam-se imperceptíveis, fazendo com que a classe média acredite no “mérito individual”, adquirido pelo esforço próprio, ocultando as vantagens de nascimento privilegiado. A classe média é, nessa lógica, a classe dos mais capazes, dos mais competentes, dos mais dotados, dos mais trabalhadores extraíndo, deste engodo, sua virtude.

Naturalmente, as classes dominantes, ao longo de todos os tempos, além de quererem desfrutar as regalias que fundamentam a sua

felicidade, acreditam ter direito a estas regalias. Para dar força a esta prática, é indispensável dissimular quaisquer regalias de nascimento, metamorfoseando o “milagre do mérito individual”, discurso presente na grande maioria dos jovens, afiançados do juízo de “justiça”, ou, o que Souza(2015, p. 241) denomina a “boa consciência” do privilegiado, que acredita ter direito a reconhecimento e salários superiores, e culpabilizaos abatidos por sua própria sorte, ou seja, por sua pobreza e padecimento, ocultando o processo de exclusão vivenciadopelos mais pobres.

Desta forma, o discurso de naturalização dos privilégios, ao mesmo tempo em que oculta o projeto excludente da sociedade brasileira, cria o mito da “meritocracia” que deturpa a realidade e legitima a dominação social, transfigurado numa suposta oposição entre mercado e Estado. Por isso, quando em determinado momento o discurso das manifestações de junho passou a ter como mote central a corrupção, a intenção foi mostrar um Estado improbo e um mercado virtuoso, ocultando conflitos e explorações de classe, numa sociedade que se percebe formada por indivíduos e não por classes. A separação entre Estado e mercado não existe, pois os dois constituem um conjunto – um não existe sem o outro, assim, para um Estado corrupto há um mercado impondo interesses.

O discurso de um Estado “improbo” e um mercado “virtuoso”, encobrimdo a luta de classes, abaliza a transferência de direitos fundamentais para o mercado, garantindo *moto continuo* os seus lucros. Desqualificar o ensino e a saúde a encargo do público transfere estes direitos para o mercado, fazendo com que a população passe a pagar por estes direitos, criando, na classe dos expropriados, o *ethos* da incapacidade, da culpabilidade por muitas vezes não ter a condição de comprar direitos fundamentais mercantilizados. Por meio desse mito, transfere-se “legalmente” para os mais ricos uma fatia desproporcional do PIB brasileiro em ganhos de capital, restando uma parte ínfima para investir na maioria da população trabalhadora brasileira (SOUZA, 2015).

Dias (2006, p. 57) acata o real como neutro, dado que viabiliza a inserção dos dirigidos à esfera dos dirigentes, através da uniformização da vida social. Classes, saberes, tudo limita diferenças, remetendo a coletivo de individualidades que se resume a diferenças e não a desigualdades, segundo a lógica dos liberais. Os conflitos são aceitáveis desde que controlados na e pela ordenação vigente, pois, para a ordem liberal não existe o estado de classe. Gramsci rompe com este discurso

quando afirma que o Estado é a maneira pela qual uma classe avulta sua força e habilidade para governar. Devido ao determinismo, os de baixo sucumbem à ideologia dominante que estabelece o domínio de uma classe sobre a outra, quer no âmbito material quer no âmbito teórico-discursivo. Nesse sentido, o domínio de classe pode se instaurar sem, obrigatoriamente, o uso da coerção física.

Concordo com Dias que, conceber a totalidade como concepção epistemológica central e as ideologias como dimensões indispensáveis da contradição em processo, inquirir o real e elaborar os princípios que o esclarecem e não apenas o retratam e validam, significa viabilizar interferência severa na totalidade social e, apenas assim, a transformação da sociedade constitui perspectiva real. Por isso, em Gramsci, a organização do saber e da subjetividade das classes subalternas é imprescindível. Os movimentos de aniquilar o velho e de criação do novo caminham juntos, sendo disparate a “velha teoria de que primeiro ‘tomamos o poder’ e depois ‘construímos a nova sociedade’” (DIAS, 2006, p.59).

A classe média brasileira agiu nas manifestações de junho como o *front* dos interesses do capital, ou seja, de seus próprios interesses. Agente da transferência do foco das demandas por transporte, saúde e educação, pelo tema da corrupção sempre estatal e personificada, transformando a “sua irresponsabilidade social” ao condenar os expropriados a sua própria sorte em heroísmo, apoiado por uma mídia tradicional que se diz neutra, mas com proprietários interessados em manter os benefícios “da riqueza socialmente produzida concentrada em suas mãos”(SOUZA, 2015, p. 245).

Sendo a classe média heterogênea, também sofre da “violência simbólica” – não apenas econômica como cultural e intelectual capitaneada pela mídia -, que a todos é imposta diariamente, pois, frações desta classe que almejavam melhorias na sociedade brasileira, devido à falta pluralidade do debate político, mantêm-se sob a mesma cantilena do “mito” da meritocracia. A abissal desigualdade social é o factual problema brasileiro, travestida nas mais variadas formas: segurança pública, mão de obra qualificada, escola e saúde pública de péssima qualidade. O problema, conforme Souza (2015), está em assentir, naturalizar e conviver com sujeitos sem nenhuma possibilidade efetiva de existência justa, irresponsabilizados por isto.

A partir das “Jornadas de Junho de 2013” e das eleições vencidas em 2014 pelo PT, houve uma clara mudança conservadora no panorama da política brasileira. O economicismo e o culturalismo conservador institucionalizaram-se como discurso hegemônico capitaneados pela mídia conservadora. Nesta conjuntura, envolvendo sempre um escândalo midiático, como o caso do “Petrolão⁶¹”, desobriga a problematização de forma plural, somente manipulando a opinião pública.

Conhecer a história, para Gramsci, é perceber conflitos e antagonismos. Pensar em políticas públicas para a comunicação brasileira, bem como em quaisquer outros setores é compreendê-las a partir não só “dos grandes marcos legais, das leis gerais, dos estratégicos projetos nacionais que eventualmente contenham” (PIERANTI, 2017, p.7), mas compreender também diretrizes, programas e projetos que, retratados em preceitos denominados secundários, têm a possibilidade de gerar transformações positivas mesmo em um campo “tão refratário a isso como o é o da radiodifusão brasileira” (Ibid., p.7). A administração pública revela como a burocracia estatal, profissionalizada, consciente, competente é imprescindível para a democracia, não negando a política, mas compreendendo-a, fazendo justa mediação entre a política, políticos e políticas públicas, agindo em benefício do interesse público.

A história brasileira, segundo Souza (2015), apresentou-nos dois projetos: um iniciado por Vargas, com o fortalecimento da industrialização brasileira, a partir dos anos de 1930, pretendendo um país que incluísse a participação da maioria da população no consumo e também o projeto que mantém intocáveis os arranjos de privilégios. Nesse

⁶¹ Nome dado para o esquema de corrupção e desvio de fundos que ocorreu na Petrobrás, através de contratos superfaturados e dinheiro sujo para benefício de políticos. Este dinheiro era também utilizado para barganhas políticas, para comprar votos e financiar campanhas políticas. Relacionado com vários partidos políticos, incluindo PT, Partido Progressista (PP) e PMDB. Em março de 2014, a operação da Polícia Federal designada Lava-Jato prendeu o doleiro Alberto Youssef e Paulo Roberto da Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobrás, que recebia propinas de empreiteiras prestadoras de serviços a empresa e, posteriormente Youssef passava o dinheiro das propinas para alguns políticos. Segundo depoimento de Youssef, mais de 30 políticos estavam envolvidos no esquema. Disponível em: <https://www.significados.com.br/petrolao/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

embate, nasceu o projeto do PT, timidamente inclusivo, e o projeto que tomou vulto em 1964 concretizado com a “privataria” do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para João Sicsu (2017) existem atualmente três correntes políticas no Brasil, associadas, que propagam e debatem, procurando arquitetar bases sociais, porém apenas dois projetos reais: o partido da Globo e dos grandes bancos privados com parcela do Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal, que tutela os interesses das multinacionais, dos banqueiros e dos rentistas; o partido constituído pelos “políticos fisiológicos e patrimonialistas filiados ao PMDB, PSDB, DEM” e a outros menores que não possuem um projeto político e, por isso, aderem ao partido da Globo; e a corrente dos partidos políticos de esquerda, centrais sindicais e movimentos sociais, que defende um projeto de crescimento econômico, com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social.

O projeto político alternativo, à frente dos ideais derrotados em 1964, por uma sociedade mais justa, conduziu a sociedade brasileira nos últimos doze anos, apesar de não possuir a “hegemonia na esfera pública que constrói a opinião pública e, portanto não detém o efetivo controle da prática econômica e social” (SOUZA, 2015, p. 246). Concordo com Souza (2015) que, numa sociedade conservadora, os limites para avançar são poucos e mesmo que de forma muito restrita, este projeto alternativo incluiu uma parcela, ainda que pequena, da população no mercado de consumo e diminuiu as condições de fome extrema, em projeto inacabado, sem a devida organização e guiado pela conjuntura.

Um grave erro do Partido dos Trabalhadores foi, em mais de uma década à frente do executivo, não construir discurso de sustentação ao seu projeto e, desta forma, permitiu que o discurso hegemônico se mantivesse sob a égide do projeto do partido Globo e seus aliados, que mantiveram as forças sociais e econômicas intocadas, um projeto excludente. Sob este aspecto é preciso pensar na importância da radiofusão ligada ao pluralismo, que deve fazer parte da agenda pública, com políticas de concessões e outorgas claras.

Para Dias, na linguagem se corporificam e se mostram fundamentos, concepções, senso comum, religião, folclore e onde recebem força e se difundem. A linguagem permite o esclarecimento ou o mascaramento e é através dela que toda e qualquer concepção de mundo se concretiza. É o lugar da renovação cultural precisa. Trabalhar a

linguagem é decifrar os “signos da linguagem anterior e ser capaz de construir a linguagem necessária à articulação dos nossos projetos” (DIAS, 2006, p.67). Por meio da linguagem, pode-se “comunicar e processar o debate hegemônico [...] o conhecimento/desconhecimento da linguagem permite criar/destruir, controlar/libertar a capacidade de estruturar projetos e práticas” (Ibid., p.71).

A dificuldade das classes trabalhadoras em arquitetar sua identidade é um dos fatores imprescindíveis de subordinação e práticas, indicando conhecimento e entendimento equivocado e fragmentado, apoiado na sua inclusão subordinada na totalidade social. Geralmente, no âmbito de práticas e discursos dominantes, aceitos como originais e como perspectivas, as soluções das classes subalternas se caracterizam como não-saberes. Justamente por essa razão os saberes/práticas dos dirigentes determinam padrões e linhas de qualquer saber constituído. Por isso, suas respostas restringem-se ao “campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples” (DIAS, 2006, p. 70), abandonando, desta forma, a óptica da organização do momento ético-político, do seu caráter como classe do projeto de sua hegemonia.

Compete destacar que as classes dirigentes também estão sujeitas ao cotidiano, ao imediato, ao fragmentário, uma vez que estamos numa sociedade que visivelmente cultua o mercado. Porém, é preciso compreender que as classes dirigentes dominam a estrutura – controversa –, do processo de produção e reprodução social, sinalizando e comandando o andamento do coletivo. A produção-reprodução das classes dirigidas torna-se depreciada, dissociada de si mesma e focada na “nacionalidade contraditória de seu(s) antagonista(s)” (DIAS, 2006, p. 70). Para a classe dirigente faz-se suficiente reproduzir práticas planejadas como “instrumentação técnica da sua racionalidade, colocando-se no chamado “campo econômico”, como resposta dos problemas diretos da produção e reprodução da realidade.

Abater o domínio ideológico de outra classe é premissa indispensável, porém, para além disso, também compete construir intelectuais, pois não é factível uma organização social sem autoconsciência crítica, que reflita histórica e politicamente a formação de uma elite de intelectuais. Trata-se de um desafio organizar e dirigir, conectar teoria e prática, constituir um grupo de pessoas verdadeiramente capacitadas para a produção teórica e filosófica. Processo complexo e antagonico, a hegemonia em implantação apresenta obstáculos quando se

separa teoria da prática. Os novos intelectuais necessitam da força do coletivo, da classe. Combater o determinismo, o mecanicismo e o fatalismo é *sine qua non*, uma das maneiras de emancipação do “pensamento e das práticas das classes subalternas” (DIAS, 2006, p.73). O assenso ingênuo e crédulo do “econômico” e do “político” como campos do concreto presente viabiliza a vinculação das classes subalternas a um projeto que não as representa.

O uso da linguagem pelas classes dirigentes e, não apenas dominantes, edifica entendimento de sua intercessão, quer procurando construir um novo mundo num movimento revolucionário quer preservando amplamente o projeto existente. Dias (2006), de forma precisa, mostra como economicistas, historiadores e cientistas sociais ocultam as mazelas do capitalismo, enfatizando alguns fatos e desconectando-os da história em andamento.

Para Bonfim (2002, p. 329), os discursos portam significações experienciais que se referem à difusão de concepções de mundo, auxiliando na construção de relações sociais e precisando “pontos em comum entre o produtor e o leitor/consumidor” e expressando avaliações no uso das palavras – positiva, negativa, de rejeição, etc. Tais discursos podem demonstrar a ideologia contida nos textos.

Laclau e Mouffe (apud BALSALSA, 2017, p.2) especificam discurso como “a totalidade estruturada resultante da prática articulatória que estabelece uma tal relação entre elementos que a identidade destes resulta modificada como resultado desta prática.”As práticas discursivas organizam-se de formas distintas, não formando apenas fenômenos linguísticos, mas perpassando o corpo das corporações e dos costumes, se estruturando.

Para Balsa (2017), é preciso compreender a disputa pelas significações como maneira de incremento da edificação discursiva da hegemonia. Uma palavra possui diferentes significados, construindo sentido conforme o contexto em que for empregada e os movimentos de edificação das acepções são perpassados de disputa pelo poder. Devido a isto, no plano especificamente linguístico do discurso, apoiado em Laclau, Balsa acredita que podemos distinguir os níveis de consolidação, de desmonte da batalha ideológica, que existe sobre alguns significantes. Na associação dos discursos, com amparo institucional e uma “sedimentação linguística”, inclinada à naturalização, encontramos leis essenciais que estabelecem o funcionamento de uma sociedade.

Quanto ao discurso considerado “populista” pelos contrários ao programa do PT, é preciso reconhecer que a direita se reorganiza e consegue cada vez mais resultados. Nesta conjuntura, torna-se evidente a ausência “histórica de uma estratégia política tanto de forças de centro-esquerda como de esquerda” (BALSA, 2010, p.7). Balsa, apoiado em Sader (2009), acredita que estas duas correntes têm debatido poucas ações políticas e, atualmente, se colocam sobre a posição dicotômica entre reforma e revolução quando nenhum projeto reformista superou o processo de reformas para transformar-se em projeto revolucionário, tampouco em proposta socialista triunfante.

Balsa acredita que Sader aborda a questão do populismo como um elemento para solucionar esta dicotomia, porém jamais o inclui, pois, no Brasil, o termo populismo alude à uma ideia negativa. O populismo pode ser compreendido como uma associação de procedimentos objetivos da política, desenvolvendo-se sob uma estratégia socialista que superasse a oposição entre reforma e revolução. Através do significante “povo” permitiria litigar a hegemonia da totalidade das classes subalternas de uma forma mais efetiva do que numa lógica estritamente “classista” (BALSA, 2010). Nesse sentido, a lógica populista hegemônica pensa o conjunto dos cidadãos, o povo, como ideia de soberania e de igualdade, quesito que aponta a inovação petista.

O tema da comunicação é imprescindível para o fortalecimento democrático. Por isso, concordo que a questão da mídia deve estar na pauta dos debates com a sociedade, no cotidiano, “disputando espaço com outros temas de importância como economia, segurança pública, desemprego, educação, entre outros” (LIEDTKE, 2006, p. 152). Não podemos depender de “empresas jornalísticas para que este debate aconteça, pois são raros momentos em que as grandes empresas da mídia nacional promovem o debate público sobre ela mesma.” (Ibid., p. 153).

A contradição de um país democrático apresenta falhas profundas no campo da comunicação social e rebelar-se contra esta realidade é conquistar formas de fortalecimento democrático, de igualdade e participação popular. Nessa perspectiva, os meios de comunicação alternativos têm desempenhado papel significativo e funcionam como ferramentas de regionalização e pluralidade da comunicação social. Cabe ressaltar que se originam da urgência em atender a falta de comunicação, na medida em que os *massmedia* e não conseguem satisfazer as necessidades comunicacionais de determinados

grupos sociais. Mídias alternativas procuram outras formas de expressar interesses, aspirações, concepções e culturas.

Percebe-se, conforme Venício A. de Lima (2013), que as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm sido de extrema importância para os movimentos “rebeldes” da atualidade, por todos os cantos do planeta: seja na África, na Europa, na América Latina. Porém, deve-se ter lucidez quanto ao “ambiente” onde acontecem. Atualmente, a despeito da celeridade das transformações tecnológicas, especialmente no âmbito das comunicações, faz-se necessário ter ciência da centralidade da mídia tradicional e de todos os movimentos que ocorrem com o seu envolvimento, direta ou indiretamente.

Parcela da população não tem acesso à internet, limitando-se aos meios tradicionais e monopolizadores de comunicação. E, mesmo com a estruturação de espaços alternativos, sua abrangência ainda é insuficiente na forma de impactar a população.

Termino com uma fala brilhante do professor Giovanni Semeraro, componente da banca da tese de doutorado da aluna Telma Cristiane Sasso de Lima, intitulada “Protestos brasileiros no ciclo 2013-2015: uma Análise Gramsciana das Ações Coletivas Populares”, em 2017:

Hoje as disputas deslocaram-se para os ciberespaços, porém a elite, os setores mais abastados dominam estas tecnologias enquanto as classes populares periféricas chegam vagarosamente. As classes populares foram vitoriosas nos anos de 1980, porém falharam ao não dominar fontes de informação. A esquerda se iludiu, não tinha um jornal, não tinha uma televisão, sempre esnobou isso, achando que num estalar de dedos tudo ia se modificar; nada aconteceu e a classe dominante se organizou. Não são grupelhos, são grupões, são legiões, são fortes. [...] A habilidade da classe média e alta da mídia foi metabolizar o movimento das ruas. Existem mais de 240 organizações de direita; a direita é mais palatável, são fortíssimos, enquanto a esquerda apresenta avanços pontuais. São fagulhas: o movimento Passe Livre, Sem teto, a mídia Ninja entre outros estão sem dúvida abrindo

caminhos, mas ainda caminhos de desconstrução. Todos estes grupos são financiados, tem apoio de partidos – deve se relativizar os movimentos, pois no fundo são ondas, bolhas de sabão que dissolvem-se antes de chegar. Deve-se valorizar e apoiar, mas se não houver uma organização permanente, um projeto, não existirá hegemonia. Toda vontade coletiva é sempre vontade histórica – Nós tivemos uma vontade coletiva nos anos de 1980 que depois sumiu. É o grande desafio da política. Estamos julgando uma luta de classes. Gramsci é o autor que melhor reflete isso, como se constrói a vontade coletiva.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Roberto. Imprensa e Controle da Opinião Pública (informação e representação no mundo globalizado. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.75-101.
- AZEVEDO, Diego Gib.O Regime Constitucional da Plena Liberdade de Imprensa: a Lei de Imprensa e o julgamento do Supremo Tribunal Federal. **ESPM – Central de Cases**, 2014. Disponível em: http://www2.espm.br/sites/default/files/o_regime_constitucional_da_plena_liberdade_de_imprensa.pdf. Acesso em: 23 jun. 2017.
- BALSA, Javier. Pontos de diálogo entre a teoria da hegemonia de Laclau e os estudos de linguagem. In: SILVA, Teixeira da et al. (Orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: a obra de Ernesto Laclau a partir das abordagens empíricas e teóricas. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- _____. Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista. **Revista de Ciências Sociais Segunda Época**, Buenos Aires, n. 17, 2010, p. 7-27.
- BARROS, B. M. C. de. As Igrejas e os Meios de Comunicação: uma análise Jurídica da Convergência entre Mídia e Fé. In: **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea – VII Mostra de Trabalhos jurídicos Científicos**. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/1167/7/1610>. Aceso em: 20 jul. 2017.
- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOMFIM, João Bosco Bezerra. Ideologia no discurso da mídia – o poder das palavras e as palavras do poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.327-342.

COUTINHO, C.N. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

CUNHA, Paulo José. Televisão e Poder no Brasil. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 217-223.

DAGNINO,E; OLVERA,A; PANICHI, A. **A disputa pela construção democrática na América Latina**.São Paulo: Terra e Paz: Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, Abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2018.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**: um ensaio introdutório. S/d. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/107.pdf>>. Acesso em: 20 nov.2016.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DREIFUSS, R. A. 1964: A Conquista do Estado. In: DREIFUSS, R. A. (Org.) **Ação, Política e Golpe de Classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 229-279.

EKMAN, P; BARBOSA, B. A Regulação da mídia não é censura. Carta Capital, São Paulo, 04 de junho de 2014.Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340.html>. Acesso em: 24 jan. 2018.

FERNANDES, Vivian de Oliveira. Panorama da mídia alternativa no Brasil e na América Latina. In: **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/panorama-da-midia-alternativa-no-brasil-e-na-america-latina>. Acesso em: 20 out. 2017.

GRACIOSO, Francisco. Ritos de Passagem da Empresa Nacional para o Século 21. **Revista Marketing**, São Paulo, n. 333, p. 43-50, out. 2000. Disponível em: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/estudosespm/article/view/1363>. Acesso em: 13 out. 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 2: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ªed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, Caderno 11.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Ed e Tradução Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, Caderno 13.

_____. **Cartas do Cárcere (Antologia)**. Porto: Estaleiro Editora, 2011. Disponível em: http://estaleiroeditora.blogaliza.org/files/2011/08/cartas_do_carcere_gramsci_pant.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

HAUSER, Vanessa; GAGLIARDI, André. **O espaço da mídia alternativa nas sociedades democráticas contemporâneas e seu papel na formação do pensamento crítico**. S/d. Disponível em: <http://docplayer.com.br/48671221-O-espaco-da-midia-alternativa-nas-sociedades-democraticas-contemporaneas-e-seu-papel-na-formacao-do-pensamento-critico-1.html>. Acesso em: 22 ago. 2017.

HEINZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre. Tche, 1987.

HOEVER, Rejane Carolina. O conceito de elite orgânica transnacional em René Dreifuss e o caso da Comissão Trilateral. In:

Anais do Seminário Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. Niterói, 2015. Disponível em:
<http://www.niepmarx.blog.br/MM2015/anais2015/mc34/Tc342.pdf>.
Acesso em: 28 set. 2017.

IANNI, Octávio. **O Príncipe Eletrônico.** Perspectivas. São Paulo, 1999. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2079>. Acesso em 20 set. 2017.

JOSÉ, Emiliano. **Intervenção da Imprensa na política brasileira** (1954-2014). 2ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014.

_____. **Imprensa e poder** - Ligações perigosas: a CPI do PC, do Collor e do Orçamento numa análise crítica. Salvador: EDUFBA; Hucitec, 1996.

LEITE, Humberto Vieira. **Elitismo democrático na era dos meios de comunicação de massa.** S/d. Disponível em:
<http://www.uni7setembro.edu.br/recursos/imagens/File/publicidade/midiademocracia/ARTIGO01.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

LESKE, G. D. S.; PERNISA Jr, C.; SCHNEIDER, C. **Redes, Ruas e Narrativas Colaborativas:** o Novo *Boom* da Mídia Alternativa no Brasil. In: Anais do 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia - Mídia e Memórias do Autoritarismo. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-7-2013-historia-da-midia-alternativa/redes-ruas-e-narrativas-colaborativas-2013-o-novo-boom-da-midia-alternativa-no-brasil/view>. Acesso em: 30 set. 2017.

LIEDTKE, Paulo Fernando. Governando com a mídia: duplo agendamento e enquadramento no governo Lula (2008-2006). Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, 2006. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88858>> Acesso em: 27 nov. 2016.

_____; AGUIAR, Itamar. Políticas Públicas de Comunicação no Governo Lula (2003-2010): avanços e retrocessos rumo à democratização do setor. In: BRITTES, Juçara (Org.). **Saber militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil** [recurso eletrônico]. São Paulo: Intercom, 2013. (Coleção GP'S: vol. 8, ebook).

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Liberdade de Imprensa ou de Interesse? **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 29 abr. 2017. Disponível em: <http://observatoriodaimpresa.com.br/imprensa-em-questao/liberdade-de-imprensa-ou-de-interesses-10458/>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. Globalização e comunicações no Brasil. In: LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 93- 114.

_____. Existe concentração na mídia brasileira? In: **Concentração da Mídia: Debates no Conselho de Comunicação Social**, 2004. **Texto apresentado na 5ª Reunião do Conselho de Comunicação Social**, realizada no Congresso Nacional em 30 de junho de 2003, p. 90-98. Congresso Nacional.

_____; GUIMARÃES, Juarez (Orgs.) **Liberdade de expressão: as várias faces de um desafio**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____; LOPES Cristiano Aguiar. **Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004) – as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Observatório de Imprensa, 2007 [online]. Disponível em: http://www.observatoriodaimpresa.com.br/download/Coronelismo_eltronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em: 15 maio 2017.

LOBATO, Elvira. Concessões crescem em família. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial: TV Brasileira 50 anos, 16 out. 2000, p.3.

MARQUES, Ibsen José Fabis; SILVA, Marcelo Donizete da. Liberdade de imprensa: autonomia ou exercício de poder? **Revista de Educação**, Batatais, v. 1, n. 1, p. 107-131, jan./dez. 2011.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 (Coleção Comunicação).

NOGUEIRA, M.A. **As ruas e a democracia**: Ensaio sobre o Brasil contemporâneo. Brasília – DF: Contraponto, 2013.

_____. Os intelectuais, a política e a vida. In: MORAES, D. de. (Org.). **Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 357-372.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-28.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 1 ed., 2014

PERSEU, Abramo. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas Públicas de Radiodifusão no Governo Dilma**. Brasília – DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2017.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, M. O intelectual, a universidade estagnada e o poder da crítica. In: MORAES, D. de (Org.). **Combates e utopias: Os**

intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 167-172.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

_____. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Revista Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SERRANO, Pedro Stevan. A mídia alternativa e a liberdade de Expressão. **Carta Capital**, São Paulo, 30 jan. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-midia-alternativa-e-a-liberdade-de-expressao-8328.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SILVA, J.C.J. Análise histórica das Constituições brasileiras. **Revista Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 10, 2011, p. 217-244. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/download/13910/10234>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no serviço social**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SICSÚ, João. Três correntes políticas, dois projetos. **Carta Capital**, São Paulo, 21 maio 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tres-correntes-politicas-dois-projetos>. Acesso em: 18 jan. 2017.

SOUZA, J.A. **Tolice da Inteligência Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

_____. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Herbert Glauco de. **Contra- Hegemonia:** um conceito de Gramsci? Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2001.